

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**DIVISÕES TEMÁTICAS E TEÓRICO-METODOLÓGICAS NA CIÊNCIA POLÍTICA  
BRASILEIRA: EXPLICANDO SUA PRODUÇÃO ACADÊMICA (2004-2008)**

**Fernando Baptista Leite**

**Orientador: Prof. Dr. Renato Monseff  
Perissinotto**

**CURITIBA  
2010**

**FERNANDO BAPTISTA LEITE**

**DIVISÕES TEMÁTICAS E TEÓRICO-METODOLÓGICAS NA CIÊNCIA POLÍTICA  
BRASILEIRA: EXPLICANDO SUA PRODUÇÃO ACADÊMICA (2004-2008)**

**Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, pelo Curso de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.**

**Orientador: Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto**

**CURITIBA  
2010**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

## ATA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata da Sessão Pública, de defesa de dissertação para obtenção do Título de Mestre em Sociologia. No dia 13 de julho de 2010, às 14:30 horas, nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, composta pelos Professores Doutores Adriano Nervo Codato - UFPR, João Feres Júnior – UNIRIO / UERJ e Renato Monseff Perissinotto orientador - UFPR e Presidente da Banca Examinadora, com a finalidade de julgar a dissertação do(a) candidato(a) FERNANDO BAPTISTA LEITE, intitulada “DIVISÕES TEMÁTICAS E TEÓRICO-METODOLÓGICAS NA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA: EXPLICANDO SUA PRODUÇÃO ACADÊMICA (2004-2008)”, para obtenção do grau de mestre em Sociologia. O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa estabelecido pela coordenação do curso, com abertura, condução e encerramento da sessão solene de defesa feito pelo orientador Dr Renato Monseff Perissinotto. Após haver analisado o referido trabalho e argüido o(a) candidato(a), os membros da banca examinadora deliberaram pela “.....*aprovado*.....” do(a) acadêmico(a), habilitando-o ao título de Mestre em Sociologia, linha de pesquisa “Sociedade e Política nas Democracias Contemporâneas” da área de concentração em CULTURA E PODER, desde que apresente a versão definitiva da dissertação conforme regimento interno do programa. Curitiba, 13 de julho de 2010.

Prof Dr Adriano Nervo Codato

Prof Dr João Feres Júnior

Prof Dr Renato Monseff Perissinotto

Orientador e presidente da banca examinadora

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor e orientador Renato Monseff Perissinotto pelo acompanhamento e pelas sugestões extremamente úteis feitas ao longo da elaboração deste trabalho.

Ao professor Adriano Codato, que me acompanhou como um co-orientador, trazendo-me de volta à terra com seu pragmatismo, quando necessário, e abrindo novos caminhos de investigação com sua visão, quando oportuno.

Ao professor Emerson Urizzi Cervi, sem cuja disciplina metodológica e sem cujo acompanhamento no Núcleo de Pesquisa em Sociologia e Política Brasileira este trabalho não seria possível.

Ao professor João Feres Jr., que leu e comentou atenciosamente um trabalho provisório que daria origem a esta dissertação, estimulando-me a solucionar alguns problemas fundamentais.

E a todos que contribuíram para com suas críticas e sugestões. O trabalho é na verdade uma obra coletiva, sintetizada e conduzida individualmente.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....</b>	<b>VI</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>VIII</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>IX</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>I ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA.....</b>	<b>16</b>
I.1 ELEMENTOS DE MÉTODO.....	16
I.1.1 Recorte temporal.....	16
I.1.2 Determinando os periódicos de referência.....	16
I.1.2.1 Determinando os artigos a serem analisados.....	18
I.1.3 Indicadores de pesquisa e suas categorias.....	20
I.1.3.1 Periódico.....	20
I.1.3.2 Área temática.....	20
I.1.3.3 Abordagens.....	21
I.1.3.4 A relação do artigo com a democracia liberal.....	26
I.1.3.5 Natureza do objeto de estudo.....	27
I.1.3.6 Natureza das evidências apresentadas.....	27
I.1.3.7 Tipo de estatística utilizada.....	28
I.2 DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS.....	28
I.2.1 As relações entre periódicos, abordagens e áreas temáticas.....	28
I.2.1.1 Aproximação: abordagens mais frequentes nos periódicos.....	28
I.2.1.2 Associação entre periódicos e abordagens.....	33
I.2.1.3 Associação entre áreas temáticas, periódicos e abordagens.....	36
I.2.2 Uma dimensão do campo de produção: o ‘contínuo empírico-teórico’.....	39
I.2.2.1 Evidências quantitativas e evidências qualitativas.....	43
I.2.2.2 Tipo de estatística utilizada.....	46
I.2.3 Outra dimensão do campo de produção: o ‘contínuo politicista-societalista’.....	48
I.2.3.1 A relação dos periódicos com a democracia.....	56
I.2.4 Hierarquia da produção acadêmica.....	56
I.2.4.1 Uma forma de determiná-la.....	56
I.2.4.2 Resultados.....	57
I.3. Conclusões.....	60
<b>II ELEMENTOS PARA UMA EXPLICAÇÃO HISTÓRICA DA SITUAÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA.....</b>	<b>61</b>
II.1 REFERENCIAIS TEÓRICOS.....	61
II.1.1 Princípios.....	61
II.1.2 Um esquema da produção acadêmica em Ciência Política.....	64
II.1.2.1 Dimensões principais e seus elementos.....	65
II.1.2.1.1 Relação entre objeto e ordem: a questão da autonomia do objeto.....	66
II.1.2.1.2 A questão da “autonomia do político”.....	67
Síntese parcial.....	69

II 1.2.2 Fatores determinantes dessas posições.....	70
II 1.2.3 Elaborando uma hipótese de pesquisa. O exemplo da Ciência Política norte-americana.....	71
Síntese.....	74
<b>II.2 HIPÓTESE DE PESQUISA.....</b>	<b>75</b>
II.2.1 Visões de ciência política e organização do campo da Ciência Política brasileira.....	75
II.2.2. A ligação entre visões e agentes (grupos).....	83
<b>II.3 UMA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA PRELIMINAR.....</b>	<b>84</b>
II.3.1 Contextualização: a Ciência Política brasileira na história da Ciência Política.....	84
II.3.2 Visões e agentes na construção da Ciência Política brasileira.....	85
II.3.2.1 Intelectuais, visão humanística e formação da Ciência Política.....	86
II.3.2.2 A proximidade com as “ciências sociais” e o societalismo.....	91
II.3.2.3 O ‘grupo’ mineiro-carioca e a Ciência Política autônoma.....	94
II.4 Conclusões.....	105
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>111</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>117</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1 – DADOS DOS PERIÓDICOS ESCOLHIDOS (PERIÓDICOS “MAIS IMPORTANTES”).....	17
TABELA 2 – ARTIGOS ANALISADOS POR PERIÓDICO.....	20
TABELA 3 – ABORDAGENS ACADÊMICAS DOS ARTIGOS, POR PERIÓDICO.....	28
TABELA 4 – CLASSES DE ABORDAGENS DOS ARTIGOS, POR PERIÓDICO.....	31
TABELA 5 – ÁREAS TEMÁTICAS DOS ARTIGOS, POR PERIÓDICO.....	32
GRÁFICO 1 – DISTÂNCIAS (CORRESPONDÊNCIA) ENTRE PERIÓDICOS E ABORDAGENS MAIS FREQUENTES.....	33
TABELA 6 – PROPORÇÕES DE ABORDAGENS NOS PERIÓDICOS.....	34
GRÁFICO 2 – DISTÂNCIAS (CORRESPONDÊNCIA) ENTRE PERIÓDICOS E <i>CLASSES DE ABORDAGENS</i> .....	34
TABELA 7 – PROPORÇÕES DAS CLASSES DE ABORDAGENS NOS PERIÓDICOS.....	35
GRÁFICO 3 – DISTÂNCIAS (CORRESPONDÊNCIA) ENTRE PERIÓDICOS, ABORDAGENS E ÁREAS TEMÁTICAS.....	36
GRÁFICO 4 – DISTÂNCIAS (CORRESPONDÊNCIA) ENTRE PERIÓDICOS, <i>CLASSES DE ABORDAGENS</i> E ÁREAS TEMÁTICAS.....	37
TABELA 8 – PROPORÇÕES DAS ÁREAS TEMÁTICAS NOS PERIÓDICOS.....	37
TABELA 9 – SÍNTESE DAS CORRESPONDÊNCIAS ENTRE PERIÓDICOS, ABORDAGENS, CLASSES DE ABORDAGENS E ÁREAS TEMÁTICAS.....	39
TABELA 10 – CONTÍNUO <i>EMPÍRICO-TEÓRICO</i> : CORRELAÇÃO ENTRE PERIÓDICOS, ABORDAGENS, CLASSES DE ABORDAGENS E ÁREAS TEMÁTICAS, DE UM LADO, E <i>NATUREZA DO OBJETO</i> E A <i>NATUREZA DAS EVIDÊNCIAS</i> , DE OUTRO.....	40
GRÁFICO 5 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA CORRESPONDÊNCIA ENTRE PERIÓDICOS, ABORDAGENS, CLASSES DE ABORDAGENS E ÁREAS TEMÁTICAS, DE UM LADO, E A <i>NATUREZA DOS OBJETOS</i> E A <i>NATUREZA DAS EVIDÊNCIAS</i> , DE OUTRO.....	42
GRÁFICO 6 – DISTÂNCIAS (CORRESPONDÊNCIA) ENTRE PERIÓDICOS, ABORDAGENS, ÁREAS TEMÁTICAS E <i>NATUREZA DAS EVIDÊNCIAS APRESENTADAS</i> (CLASSES ELEMENTARES).....	44
GRÁFICO 7 – DISTÂNCIAS (CORRESPONDÊNCIA) ENTRE ABORDAGENS (MAIS FREQUENTES) E <i>TIPO DE ESTATÍSTICA UTILIZADA</i> .....	45
GRÁFICO 8 – DISTÂNCIAS (CORRESPONDÊNCIA) ENTRE PERIÓDICOS, ABORDAGENS, ÁREAS TEMÁTICAS E <i>TIPO DE ESTATÍSTICA UTILIZADA</i> .....	46
GRÁFICO 9 – DISTÂNCIAS (CORRESPONDÊNCIA) ENTRE ABORDAGENS (MAIS FREQUENTES) E <i>TIPO DE ESTATÍSTICA UTILIZADA</i> .....	47
GRÁFICO 10 – DISTÂNCIAS (CORRESPONDÊNCIA) ENTRE CLASSES DE ABORDAGENS, ÁREAS TEMÁTICAS, PERIÓDICOS E <i>DEFINIÇÕES DE</i>	

<i>POLÍTICA</i> .....	51
GRÁFICO 11 – DISTÂNCIAS (CORRESPONDÊNCIA) ENTRE ABORDAGENS E <i>DEFINIÇÕES DE POLÍTICA</i> .....	52
TABELA 11 – PROPORÇÕES DAS <i>DEFINIÇÕES DE POLÍTICA</i> NOS PERIÓDICOS.....	52
GRÁFICO 12 – CORRELAÇÃO ENTRE PERIÓDICOS E A DEMOCRACIA LIBERAL (COMO OBJETO DE ESTUDO) (DIMENSÃO DESCRITIVA).....	54
GRÁFICO 13 – CORRELAÇÃO ENTRE PERIÓDICOS E PREOCUPAÇÃO COM A DEMOCRACIA LIBERAL (DIMENSÃO NORMATIVA).....	55
TABELA 12 – CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA.....	56
TABELA 13 – COEFICIENTE DE VALOR DOS PERIÓDICOS.....	58
TABELA 14 – VALORES DE $P_{hc}$ PARA AS ABORDAGENS MAIS FREQUENTES.....	58
TABELA 15 – DEFINIÇÕES DE “SOCIETALISTA” E “POLITICISTA” ADOTADAS.....	70
FIGURA 1 – ESQUEMA DOS FATORES E DOS ELEMENTOS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA.....	75

## RESUMO

A dissertação é uma pesquisa sobre a produção acadêmica da Ciência Política brasileira, organizado em dois capítulos. O primeiro consiste em uma análise estatística da produção, contemplando o período de 2004 a 2008. O segundo, em uma análise histórica em que se constrói uma hipótese para explicar a situação identificada. A análise da produção estrutura-se em torno de três elementos centrais: periódicos, abordagens e áreas temáticas. Seus objetivos principais são (1) caracterizar a produção veiculada por seis importantes periódicos de Ciência Política, a saber, *Dados*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Revista de Sociologia e Política*, *Lua Nova*, *Opinião Pública* e *Brazilian Political Science Review*; (2) identificar possíveis relações entre periódicos, de um lado, e abordagens e áreas temáticas, de outro; (3) identificar a hierarquia cultural da produção, a partir daqueles elementos. Além disso, descrevemos certos aspectos da produção em Ciência Política desses periódicos, relacionando-os com certas características substantivas identificadas nos artigos. Isso foi feito analisando-se 364 artigos publicados entre o início de 2004 e o fim de 2008. Classificamos tais artigos a partir de uma série de indicadores, formados por classes de características elaboradas para identificar aspectos substantivos considerados pertinentes. Os dados reunidos foram então submetidos a uma análise estatística, em função da qual construímos uma interpretação. Defendemos a tese de que a produção acadêmica da Ciência Política brasileira contemporânea organize-se, entre outros fatores, em torno de um ‘contínuo empírico-simbólico’ e um ‘contínuo politicista-societalista’. No capítulo histórico, realizamos um estudo preliminar, exploratório, da história da Ciência Política brasileira. Estabelecemos alicerces teóricos para uma interpretação que almeje identificar as razões por trás da forma da produção acadêmica identificada no capítulo anterior. Além disso, elaboramos uma hipótese de pesquisa, construída à luz daqueles alicerces, a fim de fornecer uma *direção* para a elaboração de uma explicação histórica. Com essa hipótese em mãos e utilizando algumas evidências bibliográficas, antecipamos uma interpretação provisória. Defendemos que os contínuos que organizam a produção contemporânea é o produto de um conflito entre grupos e ‘visões’ de ciência política responsáveis pela formação do campo da Ciência Política brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Ciência Política brasileira; análise da produção acadêmica; história da ciência política; hierarquia; periódicos; abordagens; áreas temáticas.*

## ABSTRACT

The dissertation is an inquiry concerning the academic production of Brazilian Political Science, organized in two chapters. The first consists in a statistical analysis of the production, contemplating the period from 2004 to 2008. The second is a historical analysis in which we build a hypothesis to explain the identified situation. The analysis of the production is structured around three central elements: academic journals, approaches and thematic areas. The main objectives are (1) to characterize the production diffused through six important academic journals of Political Science, *Dados*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Revista de Sociologia e Política*, *Lua Nova*, *Opinião Pública* e *Brazilian Political Science Review*; (2) identify possible relations between journals, in one hand, and approaches and thematic areas, in another; (3) identify the cultural hierarchy of the production, by means of these elements. Furthermore, we describe certain aspects of the production of Political Science of these journals, relating them to certain substantive characteristics identified in the papers. This was done analyzing 364 papers published between the beginnings of 2004 to the end of 2008. We classify these papers using indicators formed by classes of characteristics, developed to identify substantive aspects considered pertinent. The gathered data were then submitted to statistical analysis through which an interpretation was built. We defend the thesis that the academic production in contemporary Brazilian Political Science is organized, among other factors, around an 'empiric-symbolical continuum' and a 'politician-societalist continuum'. In the historical chapter, we make a preliminary, exploratory study of the history of Brazilian Political Science. A theoretical base is established for an interpretation that aims to identify the reasons behind the academic production's form identified in the previous chapter. Furthermore, we elaborate a research hypothesis, build upon that base, to provide a *direction* for the development of a historical explanation. With this hypothesis in hand and using some bibliographic evidences we anticipate a provisory interpretation. We argue that the continuums organizing contemporary production are the product of a conflict between groups and 'visions' of political science responsible for the formation of the field of Brazilian Political Science.

**KEY WORDS:** *Brazilian Political Science; academic production analysis; history of political science; hierarchy; journals; approaches; thematic areas.*

## INTRODUÇÃO

A produção de conhecimento sobre a própria profissão poderia ser por si só um fim em si mesmo. Trata-se de um importante elemento da identidade e do prestígio de uma disciplina acadêmica ou de qualquer grupo social. Como se sabe, faz parte da própria natureza social dos grupos a celebração de seus valores e elementos em comum, o que é necessário tanto subjetivamente (pois confere sentido à vida dos indivíduos) como socialmente (pois favorece a coesão do grupo). Além disso, o meio acadêmico é um espaço social como qualquer outro. Portanto, ele também é, ou deveria ser, objeto de estudo da Sociologia. Não há razão lógica ou científica para excluí-lo do escopo da investigação sociológica.

Mas há pelo menos duas razões, mais substantivas, que afetam diretamente a prática científica, exigindo que submetamos o próprio campo acadêmico à análise científica – de preferência sociológica.

Em primeiro lugar, a ciência, especialmente a social, não se desenvolve num ambiente fechado. Ao contrário do que gostaríamos, seu desenvolvimento não decorre exclusivamente de operações lógicas, do escrutínio empírico e do debate de idéias. O contexto social e institucional em que um campo acadêmico insere-se influencia as condições de trabalho e de exercício da prática acadêmica e, nela, a científica. É claro, isso não faz o conhecimento acadêmico ou científico ser destituído do conteúdo objetivo, tal como qualquer fantasia social ou subjetiva – ainda que se aceite que fatores extra-científicos possam eventualmente limitar a objetividade da prática científica. Trata-se, simplesmente, de assumir que certa organização do trabalho acadêmico e científico, certos procedimentos burocráticos, certas políticas de gestão e de (des)incentivo da produção acadêmica<sup>1</sup> e mesmo certos fenômenos políticos podem favorecer ou desfavorecer o desenvolvimento cultural e institucional de um campo acadêmico.

Em segundo lugar, características intrínsecas ao objeto das ciências humanas geram importantes problemas metodológicos que exigem cuidados específicos por parte dos cientistas sociais. Como nas ciências sociais o objeto de estudo confunde-se com o observador, não fazendo parte de uma ordem de realidade separada de nossa consciência, somos acometidos por complexos obstáculos metodológicos. Um desses problemas é a

---

<sup>1</sup> Produção acadêmica refere-se a uma forma específica de produção cultural (BOURDIEU, 2004b:105), própria dos campos acadêmicos. Há vários meios através dos quais tal produção é difundida, em especial, livros, trabalhos apresentados em congressos e artigos.

influência que o objeto (práticas e cultura humanas) pode exercer sobre o observador, influenciando ou mesmo controlando suas representações teóricas do próprio objeto. Analogamente, o observador também pode influenciar o objeto de estudo. Sua teoria pode, por exemplo, impingir ‘perturbações’ na realidade social, influenciando os agentes a agirem de determinada forma, eventualmente não prevista – ou desejada – pela teoria.

A esse respeito, Norbert Wiener (1954, p. 34-35), falando a respeito da possibilidade do conhecimento em ciência, refere-se metaforicamente a dois tipos de objetos: um seria um “demônio maniqueísta”, o outro, um “demônio agostiniano”. Wiener imagina o “demônio maniqueísta” como um tipo de “adversário” do cientista, e compara-o a um habilidoso adversário num jogo de xadrez. Sendo um “demônio maniqueísta”, tal adversário, diz Wiener, age deliberadamente de modo a enganar o jogador. Ele está determinado a vencer, utilizando-se dos meios cabíveis. Tem uma política de confusão, e estará disposto a modificar essa política ao perceber que o jogador de xadrez pudesse ou começara a descobri-la. Deste modo, o adversário de um jogador de xadrez *modifica* seu comportamento à medida que o jogador tenta decifrar suas intenções e, além disso, *pretende* enganá-lo. No caso do cientista natural, seu “adversário” é um “demônio agostiniano”, ou seja, não altera seu comportamento à medida que forem descobertos seus mistérios, as causas de suas manifestações. Diferentemente do adversário do jogador de xadrez, ele é passivo; do ponto de vista do observador, é naturalmente resistente à decodificação, mas não *busca* enganar o cientista. Assim, diz Wiener, enquanto o “demônio maniqueísta” é uma *força contrária à ordem*, uma *consciência*, o “demônio agostiniano” (a natureza) não é uma força em si mesma, mas uma “medida de nossa própria fraqueza”. Em outras palavras, o “demônio agostiniano” não é uma *consciência* exterior ao observador que busca enganá-lo; trata-se, simplesmente, de uma realidade demasiado complexa para ser totalmente decodificada por meio de operações racionais. Com esforço e inteligência, diz Wiener, o cientista *pode* superar parcialmente suas dificuldades e decodificar os “mistérios da natureza” sem que esta se articule de modo a manter-se oculta.

Mas o cientista social não tem a mesma “sorte”. A “natureza” que estuda parece-se com o jogador de xadrez. Ela é esquivada, auto-consciente e, por vezes, orientada de modo a sabotar seus esforços para desmistificá-la – muitas vezes para o seu próprio bem. Ao contrário da natureza do cientista natural, se o cientista social ajustar-se simplesmente aos estímulos de

seu objeto, ele pode afastar-se da verdade. E, além disso, esse ajustamento não-refletido pode produzir efeitos sociais imprevistos – e eventualmente nefastos.

Assim, entre os cuidados metodológicos específicos exigidos em uma ciência em que estamos vinculados ontologicamente com um objeto auto-consciente, está a necessidade de ser “reflexivo”. “Reflexividade”, neste caso, significa a capacidade de um agente social submeter-se à análise sociológica no intuito de descobrir e trazer à consciência, ou, mais exatamente, de *revelar* os constrangimentos sociais que influenciam sua prática – em nosso caso, a prática científica (BOURDIEU, 1992, p. 36-46; 2004a). Nesse ponto de vista, somente se os cientistas sociais tiverem consciência das forças sociais que influenciam suas idéias, teorias e sua pesquisa, influenciando, assim, a imagem reconstruída do objeto, que eles poderão ter certo controle de sua prática científica. Caso contrário, em vez de reconstruir a lógica que opera na prática dos agentes, os cientistas sociais correm o sério risco de reconstruir *a sua relação* com essas práticas e agentes, em função de forças sociais desconhecidas que comandam a análise. Pior ainda, os cientistas sociais podem construir uma representação das práticas conveniente aos interesses dos agentes, tomados como objeto de estudo. A lógica reconstruída dos cientistas sociais, assim, não representaria a lógica-em-uso<sup>2</sup> das práticas sociais. Portanto, se acreditamos na ciência e se almejamos maior objetividade, é preciso conhecer o funcionamento e os mecanismos sociais – internos e externos – que influenciam nossa produção científica.

A nosso ver, esses problemas assumem proporções dramáticas na ciência política, e na Ciência Política brasileira em particular, pelos seguintes motivos. Em primeiro lugar, seu objeto é a política, o poder, contribuindo para a confusão entre *ser* e *dever ser*, entre julgamento de fato e julgamento de valor (WEBER, 2000). Frequentemente, a divisão entre “política” e “ciência da política” não é clara, como mostra a frequente aceção de uma “Política”, que confunde o estudo da política como a sua prática (RIBEIRO, 1981). Ademais, parece não haver consenso quanto à natureza do objeto e dos objetivos da disciplina – o que, aliás, será mais ou menos demonstrado neste trabalho. No que se refere à Ciência Política brasileira, pesa o fato de que ela é uma disciplina relativamente nova. Acreditamos que, à medida que a ciência política institucionaliza-se, torna-se cada vez mais necessário que seus membros conheçam sua história e suas condições de exercício; que tenham ciência dos fatores

---

<sup>2</sup> Utilizando os termos “lógica reconstruída” e “lógica-em-uso”, Abraham Kaplan (1972, p. 5-14) apresenta uma discussão bastante esclarecedora a respeito do problema metodológico aqui discutido.

que influenciam sua prática científica e que condicionam o desenvolvimento geral da disciplina. Um grande estoque de conhecimento sobre a própria disciplina parece-nos ser um indício de maturidade acadêmica, além de seus possíveis ganhos metodológicos.

Inspirando-se nessas idéias, esta dissertação faz parte de uma pesquisa que tem por objeto de estudo o campo da Ciência Política brasileira contemporânea<sup>3</sup>. Essa pesquisa pretende reconstruir teoricamente esse campo, identificando sua estrutura e os fatores responsáveis por gerá-la. Ambiciona, também, apresentar uma explicação para tal. Aproveitamos o mestrado para realizar a primeira etapa desse longo empreendimento: fazer uma radiografia de uma fração específica do campo, identificando alguns de seus elementos principais; os princípios que o organizam; algumas de suas principais dimensões.

Imaginamos que o mundo social, e todas as suas frações específicas, sejam constituídos por três elementos fundamentais: os indivíduos, as instituições sociais e a cultura<sup>4</sup> (BOURDIEU, 1992, p. 1-47). Um entendimento completo de seu funcionamento precisaria apreender a dinâmica em que se envolvem esses elementos. Nesta etapa da pesquisa, foca-se a dimensão cultural. Futuramente, por meio dela, pretende-se atingir as outras, à medida que formos compreendendo a dinâmica entre os elementos e dimensões que constituem o campo.

Assim, o foco deste estudo é a *produção acadêmica*. Ela se refere a uma forma específica de *produção cultural* (BOURDIEU, 2004b, p. 105), própria dos campos acadêmico-intelectuais. Há vários meios por meio dos quais tal produção é difundida: livros, trabalhos apresentados em congressos, artigos. Um universo muito grande para ser pesquisado dentro dos limites de um mestrado. Aumentando um pouco mais o foco, chegamos aos artigos publicados nos periódicos.

Acreditamos que os artigos sejam, atualmente, os principais elementos do campo de produção do campo acadêmico brasileiro, incluindo-se neste a Ciência Política<sup>5</sup>. Achamos que os periódicos constituam a principal parte da produção acadêmica da Ciência Política

---

<sup>3</sup> Para a etapa atual, do mestrado, “contemporâneo” refere-se ao período que vai do início de 2004 até o fim de 2008.

<sup>4</sup> Sistemas simbólicos; linguagem; idéias e valores socialmente generalizados.

<sup>5</sup> Tal como sugere a grande importância do Qualis dos Periódicos no contexto da Ciência Política brasileira contemporânea. Cf. o apêndice 1, para mais informações. Os trabalhos apresentados em Congressos (*papers*) devem também constituir uma parte significativa da produção do campo, mas não foi possível contemplá-los nesta etapa da pesquisa. Pretende-se, contudo, incluí-los na etapa imediatamente posterior a esta.

contemporânea. Pelo menos, trata-se de algo muito importante, não sendo possível dizer algo a respeito da produção da Ciência Política sem considerar a produção veiculada pelos periódicos. E não é possível falar da Ciência Política sem falar de sua produção, de sua dimensão cultural.

Este trabalho apresenta uma análise dessa produção. No intuito de identificar os “princípios de divisão” (BOURDIEU, 2003a, p. 230-231) da Ciência Política, objetiva-se caracterizar a produção acadêmica e identificar sua hierarquia<sup>6</sup>, a partir dos artigos publicados nos *principais* periódicos da área.

Optou-se por restringir a análise à ‘fração superior’<sup>7</sup> do campo por razões operacionais (seria impossível reconstruir todo o campo de produção) e por uma razão teórica: as posições “dominantes” determinariam quais são os princípios de divisão “dominantes” no campo. Para entender como o campo funciona, é imprescindível entender quais são os elementos (especialmente, instituições e produtos culturais) “dominantes”, para, inclusive, entender por que o são<sup>8</sup>.

Além disso, prestamos atenção à caracterização de alguns dos principais elementos da produção dessa fração do campo, como as abordagens<sup>9</sup> e as áreas temáticas, além dos próprios periódicos, no sentido de identificar *posições* definidas, isto é, distanciamentos e proximidades.

---

<sup>6</sup> “Hierarquia cultural” refere-se à hierarquia, socialmente constituída e reconhecida, existente entre os “produtos culturais” (BOURDIEU, 2004b, p. 99-105) correntes no campo. O *valor* desses produtos dependeria da posição que ocupam nessa hierarquia. Além dela, podemos citar a “hierarquia institucional” (neste caso, entre instituições acadêmicas, como as universidades e os institutos de pesquisa) e a “hierarquia de agentes” (neste caso, entre autores, pesquisadores e grupos).

<sup>7</sup> Utilizamos a expressão “fração superior” num sentido *estritamente* descritivo, num sentido *geográfico*. Não se trata de sugerir, de maneira alguma, que essa fração é *melhor* do que as demais ou que as abordagens ou os periódicos “superiores” sejam melhores do que os outros – ou qualquer outro adjetivo que implique em algum julgamento de valor. Trata-se, apenas, de indicar (1) que tal ou qual elemento do campo ocupa uma posição que está *acima* de outras, dada a existência de uma hierarquia, pelo motivo de (2) estar sendo privilegiado pelos princípios de valorização atualmente correntes (ditos “dominantes”) no campo e que contribuem para a reprodução daquela hierarquia.

<sup>8</sup> Optou-se, contudo, em não *pressupor* que haja algum elemento “dominante”, dadas as dificuldades metodológicas envolvidas nessa proposição (*cf.* a discussão a respeito da definição objetivista do conceito de poder em Perissinotto, 2008). Assim, busca-se *constatar* a existência de uma fração superior – que constituirá o horizonte da análise e fornecerá seu material e, a seguir, busca-se identificar a sua composição.

<sup>9</sup> Uma abordagem é composta pela combinação entre certos métodos mobilizados e os princípios, fatores e variáveis aplicados para entender certo objeto (a política ou um fenômeno político, no caso da Ciência Política).

A dissertação compõe-se por dois capítulos. No primeiro capítulo apresentamos nossa análise da produção acadêmica. Ele está dividido em duas seções. Começamos descrevendo os procedimentos que colocamos em curso para realizar a pesquisa sobre a produção acadêmica, e, especialmente, para construir os dados. Como foram definidos os periódicos de referência (*i.e.*: como definimos os periódicos ‘mais importantes’ e a ‘fração superior’); como foram determinados os artigos a serem analisados (o que implica em lançar mão de uma definição de Ciência Política); quais são os indicadores e as categorias da pesquisa, a partir dos quais foram gerados os dados. Então, na segunda seção, são expostos os resultados: uma série de estatísticas a respeito da produção acadêmica, acompanhados de uma análise crítica. A análise estruturou-se em torno de três elementos: os periódicos, as abordagens e as áreas temáticas – estes dois elementos referem-se ao conteúdo dos artigos. A partir de correlações e associações estatísticas entre estes, a produção acadêmica é caracterizada, e algumas hipóteses e inferências são feitas. Em função desses dados, é apresentada a hierarquia teoricamente reconstruída desses elementos, isto é, a hierarquia cultural do campo de produção da Ciência Política brasileira contemporânea.

O segundo capítulo é histórico, em que fazemos um estudo preliminar, exploratório, da história da Ciência Política brasileira. Temos o intuito de fornecer alicerces teóricos para uma interpretação que almeje identificar as razões por trás da forma da produção acadêmica identificada no capítulo anterior. Além disso, construímos uma hipótese de pesquisa, construída à luz daqueles alicerces, a fim de fornecer uma *direção* para a elaboração de uma explicação histórica. Com essa hipótese em mãos e utilizando algumas evidências bibliográficas, antecipamos uma interpretação provisória. Essa interpretação baseia-se nos seguintes “eixos”: o processo de *autonomização* do campo da Ciência Política, dividido em dois tipos, a *autonomização cultural* (de valores, teorias, métodos etc.) e a *institucional* (que se refere ao processo de *institucionalização* da disciplina), que envolve um conflito mais ou menos declarado entre distintas *visões de ciência política*.

A dissertação também traz um apêndice, em que desenvolvemos uma questão polêmica, suscitada pela pesquisa: a questão de utilizar indicadores “dominantes” para determinar a hierarquia do campo, como o Sistema Qualis. Procuramos mostrar que, apesar disso – ou, mais precisamente, *por causa* disso – o Qualis é um fator social eficaz, responsável por efetivamente organizar e hierarquizar o campo.

# I

## ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

### 1. ELEMENTOS DE MÉTODO

Nesta seção, discutimos algumas questões de método e apresentamos os indicadores de pesquisa utilizados para analisar a produção acadêmica da Ciência Política brasileira contemporânea. Iniciamos definindo e justificando o recorte temporal adotado (1.1). No tópico seguinte (1.2), descrevemos os critérios utilizados para escolher os periódicos de referência, à luz dos objetivos da pesquisa. Definidos os periódicos, descrevemos como fizemos para escolher os artigos a serem analisados (1.2.1). No último tópico (1.3) da seção, partimos para os indicadores da pesquisa, em que apresentamos e definimos as classes teóricas que utilizamos para classificar as características dos artigos, sobre as quais se baseiam nossa interpretação da produção acadêmica.

#### *1.1. Recorte temporal*

O recorte temporal da pesquisa é de cinco anos: do início de 2004 ao fim de 2008. Esse período é o que chamamos de “contemporâneo” da Ciência Política brasileira. Em geral, as agências de fomento usam períodos de três a cinco anos como referência para a análise e o julgamento do desempenho das instituições acadêmicas, vindo daí a escolha pelo período de cinco anos.

#### *1.2. Determinando os periódicos de referência*

Supondo que os veículos acadêmicos de difusão cultural e, entre eles, os periódicos, estejam hierarquizados, orientamos esta pesquisa para o que chamamos de a “fração superior” da hierarquia da produção acadêmica da Ciência Política brasileira<sup>10</sup>. Apesar de a produção acadêmica não se reduzir ao que é produzido nos periódicos – poderíamos mencionar os trabalhos apresentados em congressos –, acreditamos que os periódicos sejam o componente principal da produção acadêmica contemporânea, por ser, sem dúvida, seu principal *difusor*.

---

<sup>10</sup> Utilizamos a expressão “fração superior” num sentido *estritamente* descritivo, num sentido *geográfico*. Não se trata de sugerir, de maneira alguma, que essa fração é *melhor* do que as demais ou que as abordagens ou os periódicos componentes dessa fração são melhores do que os outros – ou qualquer outro adjetivo que implique em algum julgamento de valor. Trata-se, apenas, de indicar (1) que tal ou qual elemento da produção acadêmica ocupa uma posição que está *acima* ou *abaixo* da posição de outros elementos, dada a existência de uma hierarquia, (2) pelo motivo desse elemento estar sendo privilegiado pelos princípios de valorização atualmente correntes (“dominantes”) no campo.

Os estratos superiores<sup>11</sup> da produção acadêmica contemporânea seriam compostos, principalmente, pelos periódicos *mais importantes*.

É preciso, pois, definir critérios que nos possibilitem escolher os periódicos, de fato, mais importantes. São eles: (1) a classificação no Qualis de Periódicos da Área de Ciência Política e Relações Internacionais<sup>12</sup>; (2) as estatísticas bibliométricas do SciELO (fator de impacto em dois e três anos e o número de acessos) e (3) a filiação institucional<sup>13</sup>. A partir desses critérios, foram escolhidos os periódicos *Dados*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Revista de Sociologia e Política*, *Brazilian Political Science Review*, *Opinião Pública* e *Lua Nova*. Trata-se dos periódicos mais bem “posicionados”, naqueles critérios.

Os dados considerados para escolher os periódicos podem ser conferidos a seguir.

TABELA 1 – DADOS DOS PERIÓDICOS ESCOLHIDOS (PERIÓDICOS “MAIS IMPORTANTES”)

Dados			
Qualis : A1			
Filiação institucional : Iuperj			
Ano	N. de acessos (artigos)	Fator de impacto (dois anos)	Fator de impacto (três anos)
2007		0.1800	0.3108
2006		0.0208	0.0685
2005		0.3265	0.3521
2004		0.3191	0.2794
2003		0.3721	0.3768
Total/Média	<b>1 799 644</b>	<b>0,2437</b>	<b>0,27752</b>
Rev. bras. Ci. Soc.			
Qualis : A2			
Filiação institucional : Anpocs			
Ano	N. de acessos (artigos)	Fator de impacto (dois anos)	Fator de impacto (três anos)
2007		0.3148	0.3086
2006		0.2037	0.2892
2005		0.2857	0.3133
2004		0.1607	0.1585
2003		0.0755	0.1461

<sup>11</sup> Evidentemente, falar em “estratos” supõe que a produção acadêmica esteja suficientemente diferenciada, de modo a haver distâncias socialmente significativas entre as posições dos elementos (neste caso, periódicos) em questão. Acreditamos que este seja o caso da Ciência Política brasileira contemporânea; aliás, o próprio trabalho irá mostrar diferenças e uma estratificação bastante significativas.

<sup>12</sup> Como ficou mais ou menos claro, estabelece-se uma relação entre os critérios de escolha dos periódicos e os fatores responsáveis pela hierarquia do campo. Esses critérios devem ser ou representar esses fatores. O Qualis é nosso principal critério, e acreditamos que ele seja um dos principais fatores de hierarquização, não só do campo da Ciência Política brasileira, mas de todo o campo acadêmico brasileiro. Essa escolha tende a gerar bastante crítica. A principal delas é a acusação de tomar os critérios “dominantes” como referencial para identificar a hierarquia do campo. Discutimos essa questão com mais atenção no apêndice

<sup>13</sup> Como, até o momento, o SciELO só disponibilizou os dados bibliométricos até o ano de 2007, consideramos os dados de 2003 a 2007, em vez de 2004 a 2008.

Total/Média	<b>3 614 754</b>	<b>0,20808</b>	<b>0,24314</b>
<b>Opinião Pública</b>			
<b>Qualis : B1</b>			
<b>Filiação institucional : Unicamp</b>			
	<b>N. de acessos (artigos)</b>	<b>Fator de impacto (dois anos)</b>	<b>Fator de impacto (três anos)</b>
<b>2007</b>		0.1667	0.2045
<b>2006</b>		0.1667	0.0476
<b>2005</b>		0.0370	0.1250
<b>2004</b>		0.0385	0.1111
<b>2003</b>		0.0870	0.0606
Total/Média	<b>668 451</b>	<b>0,114725</b>	<b>0,10976</b>
<b>Rev. Sociol. Polit</b>			
<b>Qualis : B1</b>			
<b>Filiação institucional : UFPR</b>			
Ano	<b>N. de acessos (artigos)</b>	<b>Fator de impacto (dois anos)</b>	<b>Fator de impacto (três anos)</b>
<b>2007</b>		0.1707	0.1061
<b>2006</b>		0.0000	0.1343
<b>2005</b>		0.0930	0.0877
<b>2004</b>		0.0625	0.0426
<b>2003</b>		0.1379	0.1087
Total/Média	<b>1 451 153</b>	<b>0,09282</b>	<b>0,09588</b>
<b>Lua Nova<sup>1</sup></b>			
<b>Qualis : B1</b>			
<b>Filiação institucional : Cedec</b>			
Ano	<b>N. de acessos (artigos)</b>	<b>Fator de impacto (dois anos)</b>	<b>Fator de impacto (três anos)</b>
<b>2007</b>		0.1944	0.1404
<b>2006</b>		0.0938	0.2105
<b>2005</b>		0.1304	0.1618
<b>2004</b>		0.1915	
Total/Média	<b>797 693</b>	<b>0,152525</b>	<b>0,1709</b>

FONTES: SciELO(2010); Capes (2010d).

NOTAS:

1. O SciELO só disponibilizou dados para esses anos.
2. A avaliação do Qualis apresentada é da área de Ciência Política e Relações Internacionais.
3. Valores referentes às edições impressas, exceto o número de acessos.
4. Número de acessos contados até o dia 19 de abril de 2010; de *Dados* contados desde 25.abr.1997; *Rev. bras. Ci. Soc.* desde 16.out.1998; *Rev. Sociol. Polit.* desde 8.fev.2002; *Opin. Publica* desde 17.mar.2003 e *Lua Nova* desde 19.jul.2002. Trata-se do período máximo disponível no SClelo.
5. O fator de impacto é a diferença proporcional entre as citações recebidas e as concedidas. Quanto mais o número de citações recebidas está próximo do de citações concedidas, maior é o fator de impacto.
6. O período abordado pelo cálculo do fator de impacto funciona da seguinte forma: o índice de impacto de um determinado ano refere-se às citações recebidas e concedidas nos anos anteriores, definidos pelo período. Por exemplo, o índice de impacto de 2007 em um período de dois anos refere-se às citações recebidas e concedidas em 2005 e 2006. Se o período for de três anos, são 2004, 2005 e 2006.

### 1.2.1. Determinando os artigos a serem analisados

Definidos os periódicos, é necessário definir quais artigos serão analisados, afinal, nem todos os artigos publicados são de “ciência política”, ou reconhecidos enquanto tais. O que equivale

a *definir* a ciência política. Em vez de apresentarmos uma definição subjetiva, possivelmente arbitrária, resolvemos partir das definições dos próprios autores. São os agentes do campo, portanto, que nos disseram quais artigos eram de ciência política, quais eram os artigos que deveríamos analisar.

Utilizamos dois critérios para fazer essa verificação. Utilizando o currículo *Lattes*, disponibilizado pelo CNPq na internet, verificamos se os autores dos artigos definem a Ciência Política, ou alguma subárea desta, como uma das áreas em que seu artigo se insere. Como grande parte dos autores não especifica a área dos artigos que publica, recorremos, nesses casos, a um segundo critério: verificamos se a Ciência Política ou alguma de suas subáreas são definidas como uma das áreas de atuação profissional.

Às vezes, contudo, são publicados artigos claramente de ciência política, mas seu autor não especifica a área do artigo e não a define como uma de suas áreas de atuação. Por exemplo, um estudo a respeito da política institucional<sup>14</sup>, a partir de alguma abordagem famosa. Nessas situações, caso o artigo enquadre-se numa definição *strictu sensu* de Ciência Política (*i.e.*, se seu objeto é a política institucional, “oficial”; os partidos, as eleições, o Congresso e os regimes políticos, por exemplo) nós o consideramos como de Ciência Política e o incluímos em nossa pesquisa. Neste caso, abrimos mão da representação que o autor faz de sua posição no campo, por um motivo óbvio: o próprio campo considera seu artigo como sendo de Ciência Política. Casos como esse foram raros. Felizmente, não encontramos casos em que um cientista político publicou um artigo sem qualquer relação com a Ciência Política (*i.e.*, sem qualquer relação com fatos ou conceitos como a “política”, o “poder”, os “fenômenos políticos” ou as “relações de força”). Encontramos apenas casos que, simplesmente, não se tratavam de artigos (entrevistas ou notas introdutórias aos trabalhos seguintes) – que não foram considerados.

Abaixo, apresentamos o número de artigos que compuseram o universo de análise, bem como sua distribuição entre os periódicos. Não trabalhamos com uma amostra: foram analisados *todos* os artigos de Ciência Política, nos periódicos consultados, entre o início de 2004 e o fim de 2008.

---

<sup>14</sup> A política “oficial”; as instituições do Estado, do governo, dos partidos.

TABELA 2 – ARTIGOS ANALISADOS POR PERIÓDICO

Periódico	Fascículos	Artigos	Média
Dados	20	81	4
Rev. bras. Ci. Soc.	15	42	2,8
Rev. Sociol. Polit.	10	88	8,8
Bras. political sci. rev.	4	21	5,25
Opin. Publica	10	72	7,2
Lua Nova	15	60	4
<b>Total</b>	<b>74</b>	<b>364</b>	<b>4,91</b>

FONTE: O autor.

### 1.3. Indicadores de pesquisa e suas categorias

Nesta seção, apresentamos os indicadores utilizados para analisar os artigos. Construimos o banco de dados no qual se assenta nossa interpretação da produção acadêmica em função desses indicadores. Definimo-los a seguir.

#### 1.3.1. Periódico

Trata-se do periódico em que o artigo foi publicado; a principal unidade de análise.

#### 1.3.2. Área temática

Preferimos definir o conjunto de áreas temáticas empiricamente, a partir da análise dos próprios artigos. Tomamos como referência a classificação de áreas temáticas da Capes (2010e). Identificamos 28 áreas nos artigos analisados, que organizamos em seis áreas temáticas. Apresentamo-las a seguir, acompanhadas de suas respectivas subáreas:

1. Desempenho das instituições políticas e sua influência sobre a qualidade da democracia e dos processos de governo
  - 1.1. Estudos eleitorais e partidários
  - 1.2. Estudos legislativos
  - 1.3. Relações Executivo-Legislativo (sistemas de governo)
  - 1.4. Estudos sobre o Judiciário
  - 1.5. Estudos institucionais e da Constituição (regras/arranjo institucional)
  - 1.6. Controles democráticos de processos decisórios (*accountability*)
2. Valores, atitudes, participação e política
  - 2.1. Associativismo, capital social e confiança
  - 2.2. Movimentos sociais e atores coletivos
  - 2.3. Ideologias políticas
  - 2.4. Valores, atitudes, preferências e suas relações com a política (suas instituições, eleições)
  - 2.5. Novas formas de participação política
3. Teoria política, análise de conceitos, história das idéias
  - 3.1. Teoria social e filosofia política
  - 3.2. História das idéias e dos conceitos

- 3.3. Republicanismo, liberalismo e teoria democrática
- 3.4. Pensamento social brasileiro e intérpretes do Brasil
- 4. Estado, sociedade e políticas de governo
  - 4.1. Formação e transformação do Estado
  - 4.2. Políticas públicas e problemas sociais
  - 4.3. Burocracia pública, agências reguladoras e instituições de Estado
  - 4.4. Desenvolvimento, Estado e economia
  - 4.5. Grupos de pressão e representação de interesses
  - 4.6. Elites políticas
- 5. Comunicação política, democracia e processos eleitorais
  - 5.1. Campanhas políticas, agendas e marketing eleitoral
  - 5.2. Mídia e eleições
  - 5.3. Relações entre mídia e política; mídia como ator político
- 6. Relações internacionais
  - 6.1. Integração regional e internacional
  - 6.2. Política e direitos humanos
  - 6.3. Segurança internacional
  - 6.4. Direito internacional e política

### 1.3.3. *Abordagens*

Compõem-se pela combinação entre os métodos utilizados, a posição epistemológica adotada e os princípios, fatores e variáveis aplicados no estudo de um objeto determinado. Confere-se, a seguir, as abordagens que identificamos nos artigos analisados. Assim como as áreas temáticas, organizamo-las em *classes de abordagens*, para ressaltar certas diferenças e semelhanças entre as abordagens individuais.

- 1. Sociológicas e/ou econômicas
  - 1.1. sociologismo
  - 1.2. desenvolvimentismo<sup>15</sup>
  - 1.3. institucionalismo sociológico
  - 1.4. institucionalismo econômico
  - 1.5. marxismo
  - 1.6. análise de elites
  - 1.7. sistêmica
  - 1.8. teorias da modernização
  - 1.9. corporativismo
  - 1.10. redes sociais<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Refere-se à abordagem sócio-econômica desenvolvida especialmente no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), ambos proeminentes no Brasil das décadas de 1950 e 1960.

<sup>16</sup> Tal como definido por Eduardo César Marques (1999; 2006; 2007).

2. Politológicas
  - 2.1. “neo-institucionalismo”
  - 2.2. “neo-institucionalismo” de escolha racional
  - 2.3. pluralismo
3. Históricas
  - 3.1. histórico-institucionalismo
  - 3.2. historicismo
4. Idealistas
  - 4.1. contextualismo lingüístico
  - 4.2. hermenêutica
  - 4.3. história dos conceitos
  - 4.4. memória-tradição política
  - 4.5. pós-moderna
5. Subjetivistas
  - 5.1. análise de discurso/conteúdo
  - 5.2. comportamentalismo (*behaviorism*)
  - 5.3. etnometodológica
  - 5.4. modelos do ator racional
  - 5.5. weberiana
  - 5.6. teoria informacional
6. Político-teóricas
  - 6.1. agonística
  - 6.2. teoria democrática
  - 6.3. teoria política clássica
  - 6.4. teoria política moderna
  - 6.5. teoria política latino-americana

O esquema também contempla as abordagens “jurídica”, “empiricista” e “culturalista”, que não se incluem em nenhuma das classes<sup>17</sup>.

A classe de abordagens *sociológicas e/ou econômicas*<sup>18</sup> reúne abordagens derivadas da Sociologia ou da Economia que (1) *tendem* a estudar objetos externos à política institucional (valor no teste de correlação “Q” de Yule de 0,608) e que, quando tomam algum elemento da política institucional como objeto, tratam-na *heteronomamente*, isto é, mobilizando *fatores externos* a ela para descrevê-la ou explicá-la. Como se verá na seção de análise da produção,

---

<sup>17</sup> Nos testes em que forem consideradas as *classes* de abordagens, em vez das abordagens individuais, as abordagens jurídica, empiricista e culturalista serão tratadas, também, como classes de abordagens.

<sup>18</sup> Seguindo as instruções de Eco (1977, p. 148 e p. 152), além de um artifício gráfico para ressaltar expressões, usamos *itálico* em termos empregados num sentido técnico, devidamente definido.

essas abordagens são a base do *societalismo* (com a exceção da abordagem das redes sociais). Não confundimos as abordagens da Sociologia e/ou da Economia com *societalismo* porque iremos conferir um sentido mais preciso a este termo, tratando-o como um componente fundamental de uma das dimensões que, acreditamos, organizam a produção da área de Ciência Política.

A classe *politológicas* reúne abordagens próprias da Ciência Política, que (1) *tendem* a estudar algum elemento da política institucional (“Q” de Yule de 0,975) e que a tratam *autonomamente*, isto é, mobilizando *fatores internos* a ela para descrevê-la ou explicá-la. São a base do *politicismo*. Não confundimos as abordagens politológicas com *politicismo* porque iremos conferir um sentido mais preciso a este termo, tratando-o como o outro componente fundamental de uma das dimensões que, acreditamos, organizam a produção da área de Ciência Política. Dentro desta, o “neoinstitucionalismo” é a abordagem que entende as instituições estatais como auto-reguladas. Parte do postulado de que os atores políticos têm a sua ação condicionada, senão controlada, pelas regras e mecanismos de funcionamento das instituições políticas. O desempenho destas não depende (ou depende pouco) das preferências dos eleitores, de sua cultura política ou de características pessoais ou sociais dos atores políticos, mas do arranjo institucional – tal sendo, portanto, o foco das atenções. O “neoinstitucionalismo” de escolha racional, por sua vez, é uma espécie de união entre o “neoinstitucionalismo” e a abordagem da escolha racional. As instituições políticas assumem um sentido muito específico: as regras do jogo. Ainda que tal abordagem pudesse ser um *modelo do ator racional*, ressaltamo-la pela importância conferida às instituições políticas na determinação do curso de ação individual, que o faz “neo-institucionalista”. Distingue-se do “neoinstitucionalismo” (genérico) porque o foco é o *jogo político*: o *comportamento* dos atores políticos, suas *escolhas*, face às regras do jogo, e não os efeitos dos arranjos institucionais ou o auto-regulamento das instituições políticas. Utilizamos aspas em “neoinstitucionalismo” e em “neoinstitucionalismo” de escolha racional porque o anteposto “neo” dificilmente faz algum sentido fora da Ciência Política norte-americana. Nesta, há vários cientistas políticos que usam o termo neoinstitucionalismo para se referir a várias abordagens muito diferentes entre si. Para mencionar algumas, fala-se num neoinstitucionalismo histórico, num neoinstitucionalismo sociológico e num neoinstitucionalismo de escolha racional. Além de um neoinstitucionalismo genérico. Basicamente, parece ser “neoinstitucionalismo” qualquer abordagem não-comportamentalista

que surgiu depois do *behaviorism* e que considera, de alguma forma, as instituições (cuja definição também varia consideravelmente). Assim, coisas bastante diferentes entre si parecem ter sido agremiadas pelo motivo de se oporem ao *behaviorism*, que dominou e definiu a Ciência Política norte-americana por quase três décadas – e que o fez opondo-se a uma abordagem filosófico-jurídico-normativa precedente, posteriormente chamada de “institucionalismo”. Retirando tal abordagem do contexto, o “neo” e até o “institucionalismo” das abordagens ditas neo-institucionalistas perde seu sentido. Assim, resolvemos chamar o “neoinstitucionalismo sociológico” de *institucionalismo sociológico* (o que, de um ponto de vista da Sociologia, também faria pouco sentido...) e o “neoinstitucionalismo histórico” de *histórico-institucionalismo*. Mantivemos o termo “neoinstitucionalismo” de escolha racional, e isso por dois motivos: 1) o termo já faz parte do campo da Ciência Política brasileira, e os cientistas políticos têm uma idéia mais ou menos exata do que isso significa e a que se refere; 2) tal abordagem é próxima da abordagem institucionalista, mas distingue-se dela pela orientação subjetivista, pelo foco nos atores racionais, em seus cálculos, e por uma definição mais estrita de “instituição” (como regras do jogo). Enfim, também mantivemos o termo “neoinstitucionalismo”, pelo mesmo motivo: é uma definição corrente e as pessoas sabem, mais ou menos, o que significa e a que se refere.

Na classe de abordagens *históricas*, separamos *histórico-institucionalismo* de *historicismo* para individuar a variação histórica de institucionalismo. Trata-se da abordagem chamada por alguns autores de neoinstitucionalismo histórico. *Historicismo*, por sua vez, é a abordagem que explica (o que se entende) o “político” a partir de fatos, “políticos” ou não, que se entrelaçaram no passado, gerando circunstâncias que produziram os fatos que o analista investiga. Engloba tanto abordagens que conferem algum sentido ao processo histórico, identificando cadeias causais, como abordagens que buscam enfatizar a singularidade histórica de um fato histórico. A política pode ser tratada como autônoma (neste caso, é feita uma história interna, em que se considera os fatos políticos passados) ou como heterônoma (neste caso, a política está em relação com outras dimensões do mundo social, e é influenciada por elas). A partir desta acepção, o *histórico-institucionalismo* é uma variação de *historicismo*, e diferencia-se deste pelo foco dado às instituições políticas (na determinação dos fenômenos políticos) e por possuir certa tendência ao estruturalismo, conferindo um sentido lógico aos fenômenos históricos estudados.

A classe *idealistas* reúne abordagens que tomam as idéias políticas como objeto de estudo e/ou que entendem que os fenômenos políticos são, de alguma forma, um produto de determinadas idéias, de seus efeitos, de sua ação no mundo. Nela, *contextualismo lingüístico* refere-se aos artigos que aplicam os métodos de análise desenvolvidos por John Pocock e Quentin Skinner. *Hermenêutica* é a abordagem que postula que os “fatos” observados dependem do significado que os atores atribuem a esses fatos. Baseia-se, portanto, na interpretação desse significado. É uma abordagem próxima do culturalismo gnosiológico, mas essencialmente interpretativa. Foca os conceitos, as idéias e os significados sociais ligados à política ou, em sentido mais amplo, ao poder em geral. *Memória-tradição política* baseia-se no postulado de que ação presente depende de memória política herdada, que é, contudo, permeada por conflitos e estratégias, no sentido de ajustar-se às necessidades do presente, assim transformando-a. As principais referências são Michel Pollak e Maurice Halbwachs. Já a abordagem *pós-moderna* reúne trabalhos ligados ao relativismo cognitivo das décadas de 1970 e 1980, como o “desconstrutivismo”, baseadas no trabalho de filósofos como Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Jean-François Lyotard, Felix Guatari, Paul Feyerabend, Jacques Lacan, Bruno Latour, Julia Kristeva, Paul Virilio e Luce Irigaray, entre outros.

A abordagem *Modelos do ator racional*, componente da classe de abordagens *subjetivistas*, consiste na Teoria da Escolha Racional e suas variações. Desconsidera as instituições políticas na análise, e daí sua diferença principal em relação ao “neoinstitucionalismo” de escolha racional; o foco está sobre as decisões racionais dos atores. É uma abordagem essencialmente subjetivista, de vertente racionalista. Deriva da Economia, e seu tipo mais conhecido é a Teoria dos Jogos. Na mesma classe, *teoria informacional* é a abordagem que postula que os fatos políticos (geralmente, a política *strictu sensu*) dependem da quantidade e do tipo das informações disponíveis aos indivíduos. Relativamente próxima da tradição da escolha racional, distingue-se desta, pelo menos, no foco dado ao estoque de informação que um ator possui, em vez dos cálculos que este executa dadas suas preferências e limitações. A ação política depende mais das informações disponíveis do que da racionalidade instrumental dos atores.

No que se refere às abordagens individuais, a abordagem *empiricista* é (1) estritamente descritiva, referindo-se a trabalhos que utilizam técnicas estatísticas para analisar um conjunto de dados previamente construídos. O dado é a única unidade de análise, e o objetivo é a sua descrição. A análise do voto numa eleição que utiliza a estatística para identificar padrões é

um exemplo de empiricismo. Ele encontra-se difuso em várias abordagens, mas ressaltamo-lo, no caso de não identificarmos uma abordagem específica. (2) *Não se confunde* com um periódico ou uma classe de abordagem *empirista*. Usamos o termo “empirista” num sentido preciso: trata-se de tomar como objeto de estudo objetos *empíricos* e de tratá-los por meio de evidências de natureza *empírica*. Evidentemente, espera-se que a abordagem empiricista seja, de fato, *empirista*. A abordagem *culturalista*, por sua vez, tem sua principal referência no clássico *Civic Culture*, de Gabriel Almond e Sidney Verba. Postula que o funcionamento das instituições políticas depende de padrões de comportamento socialmente generalizados, sedimentados nas mentes dos indivíduos. O fator determinante é, pois, a *cultura política*, isto é, padrões de relacionamento e de comportamento em relação à política ou às coisas políticas. Essa atitude ou inclinação subjetiva condiciona os processos políticos numa sociedade, e, conseqüentemente, seus resultados. Trata-se, portanto, de uma acepção específica do termo culturalismo, mais próxima do subjetivismo e da abordagem weberiana: não se trata de um culturalismo gnosiológico, típico da Antropologia ou das abordagens “pós-modernas”; nem mesmo um culturalismo objetivista, à maneira de Durkheim.

#### 1.3.4. *A relação do artigo com a democracia liberal*

##### *a. Apresenta preocupação de caráter normativo com a democracia liberal?*

Queremos saber se o artigo apresenta alguma preocupação com o regime da democracia liberal; se apresenta preocupações de caráter normativo, em relação ao regime e seus valores; se ele preocupa-se com o aperfeiçoamento da democracia. É necessário que tal preocupação seja *explícita*. O autor refere-se a valores democráticos (como a representatividade) e orienta seu estudo no sentido de *desenvolvê-los*, de *melhor realizá-los* (como contribuir para melhorar os mecanismos de participação política); utiliza-se o conhecimento da disciplina para melhorar o regime democrático.

##### *b. O artigo tem como objeto a política numa democracia liberal?*

A política institucional, os grupos de pressão e/ou o comportamento, as preferências ou a ação da “sociedade civil”. Consideramos os casos em que o objeto seja relações *entre* democracias liberais (relações internacionais), envolvendo instituições típicas das democracias liberais ocidentais; além disso, são considerados os casos em que o objeto é teórico ou tratado teoricamente, isto é, sem tomar uma instituição ou fração política concreta, numa democracia liberal, como objeto de análise. Atentamos, no entanto, que isso não se

confunde com um fato político *qualquer* que ocorre dentro de um regime democrático: o objeto principal sendo estudado *precisa* referir-se à democracia liberal (o regime, a idéia ou o valor).

### 1.3.5. Natureza do objeto de estudo

O objeto pode ser *empírico* ou *simbólico*. O objeto de um artigo é ‘empírico’ quando ele se refere a observáveis diretos ou indiretos<sup>19</sup>, e ‘simbólico’ quando consiste numa idéia, num pensamento ou num texto. Neste caso, o objeto se refere a constructos mentais ou à própria teoria. É por isso, aliás, que não utilizamos a palavra “teórico”: para considerar objetos que não são propriamente teoria, mas fenômenos mentais e lingüísticos.

### 1.3.6. Natureza das evidências apresentadas

Podem ser (1) *totalmente quantitativas*, (2) *totalmente qualitativas*, (3) *predominantemente quantitativas*, (4) *predominantemente qualitativas*, (5) *quantitativas e qualitativas* e (6) *bibliográficas*. Neste último caso, faz-se referência a textos ou a fragmentos de textos para sustentar uma proposição ou para ilustrá-la. A nosso ver, as evidências bibliográficas compõem-se por *argumentos de autoridade* (apoio sobre o ombro de gigantes...), por *referências ilustrativas* (de uma idéia, de um argumento) ou por *referências a dados alheios*. Não os consideramos “empíricos” porque não consistem em fontes diretas. As referências a textos ou pensamentos, nos casos em que estes são o próprio objeto de estudo, não são consideradas bibliográficas: são consideradas *evidências qualitativas* e, portanto, *empíricas*. Também consideramos a situação de *não haver evidência alguma* como uma informação relevante. Os cinco primeiros tipos compõem o que chamamos de ‘evidências empíricas’, em oposição ao sexto tipo, as ‘evidências bibliográficas’.

---

<sup>19</sup> Observável direto: “*Termos observacionais* são aqueles cuja aplicação se baseia em observações relativamente simples e diretas: ‘relatório de um sonho’, ‘voto registrado’, ‘artefato de pedra’ e outros. Termos dessa espécie são conhecidos sob vários nomes, tais como ‘concreta’, ‘termos empíricos’ ou ‘fenótipos’; com base em sua função usual, são eles por vezes denominados ‘termos descritivos’, ‘variáveis experimentais’ e assim por diante” (KAPLAN, 1972, p. 57-58). Observável indireto: “*Observáveis indiretas* são termos cuja aplicação exige observações mais sutis, complexas ou indiretas, nas quais as inferências desempenham, reconhecidamente, um papel. Tais inferências dizem respeito a presumidas conexões, em geral de tipo causal, entre o que é diretamente observado e o que o termo traduz. O sonho, por exemplo, posto em contraste com sua narração, é lembrado, ou melhor, reconstruído a partir dessa narração, ou talvez a partir de observações feitas a propósito de quem sonhou. Todos nós vemos um eclipse do Sol, mas a faixa escura registrada no espectroscópio é inferida com base em variações periódicas da intensidade da luz, que é tudo quanto ‘vemos’. [...] Inferimos-lhes a existência, mas se a inferência se justifica, eles constituem uma parte do mobiliário do mundo tanto como os objetos designados por termos observáveis.” (KAPLAN, 1972, p. 58-59.)

### 1.3.7. Tipo de estatística utilizada

Se o artigo utiliza alguma ferramenta estatística, classificamo-la em uma das seguintes categorias: (1) *freqüência simples*, (2) *estatística descritiva* e (3) *estatística inferencial*.

São esses os indicadores utilizados na pesquisa. No capítulo seguinte, conferir-se-á os resultados, que consistem na apresentação de estatísticas acompanhadas de um análise crítica.

## 2. DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS

Esta seção está organizada em torno de três tópicos principais. No primeiro (2.1), traçamos um panorama da produção acadêmica dos periódicos, mostrando a distribuição de abordagens e de áreas temáticas em cada um. Então, apresentamos alguns testes de correspondência, em que verificamos existir associações entre certos periódicos e certas abordagens e áreas temáticas, indicando a existência de uma *estrutura de posições*. No segundo e terceiro tópicos (2.2 e 2.3), desenvolvemos e buscamos provar duas hipóteses, referentes a tal estrutura. Defendemos que a produção acadêmica está organizada, em primeiro lugar, em função de um contínuo *empírico-teórico* e, em segundo lugar, em função de um contínuo *politicista-societalista*. No quarto tópico (2.4), reconstruímos a hierarquia da produção acadêmica, à luz do que precede – desta forma indicando não só as diferenças e semelhanças, as distâncias e proximidades, mas a *hierarquia* existente entre os elementos da produção acadêmica.

### 2.1. As relações entre periódicos, abordagens e áreas temáticas<sup>20</sup>

#### 2.1.1. Aproximação: abordagens mais freqüentes nos periódicos

A investigação parte de um panorama da composição da produção dos periódicos, focando as abordagens. A seguir, confere-se uma tabela com as freqüências (proporção) das abordagens, em cada periódico.

TABELA 3 – ABORDAGENS ACADÊMICAS DOS ARTIGOS, POR PERIÓDICO

Dados			Rev. bras. Ci. Soc.			Rev. Sociol. Polit.		
Abordagem	N	%	Abordagem	N	%	Abordagem	N	%
NIER	19	23,5	NI	5	11,9	Análises de elites	11	12,5
NI	14	17,3	NIER	4	9,5	Historicismo	11	12,5
Empiricista	5	6,2	Marxismo	4	9,5	Marxismo	11	12,5
Ator racional	4	4,9	Historicismo	4	9,5	NI	9	10,2

<sup>20</sup> De partida, é preciso fazer uma importante observação, que se refere ao “horizonte”, ao “limite” das inferências que serão apresentadas, envolvendo os periódicos: só foram analisados artigos de Ciência Política. Assim, as inferências não se referem aos periódicos *por inteiro*, mas *somente* à produção de Ciência Política desses periódicos.

Historicismo	4	4,9	Redes sociais	4	9,5	T. democrática	7	8,0
Marxismo	4	4,9	Hist.-instit.	3	7,1	NIER	6	6,8
Hist.-instit.	3	3,7	Culturalism.	2	4,8	Hist.-instit.	4	4,5
Hermenêutica	3	3,7	Hermenêutica	2	4,8	Comportam.	3	3,4
Redes sociais	3	3,7				Hermenêutica	3	3,4
Hist. Conceitos	3	3,7				Redes sociais	3	3,4
Outras <sup>1</sup>	17	20,8	Outras <sup>2</sup>	9	21,6	Outras <sup>3</sup>	15	17,0
Não identificado <sup>6</sup>	2	2,5	Não identificado	5	11,8	Não identificado	5	5,7
Total	81	100	Total	42	100	Total	88	100
<b>Bras. political sci. rev.</b>			<b>Opin. Publica</b>			<b>Lua Nova</b>		
<b>Abordagem</b>	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>Abordagem</b>	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>Abordagem</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
NIER	7	33,3	Culturalismo	24	33,3	Historicista	9	15,0
Empiricista	4	19,0	Empiricista	10	13,9	T. Polit. Mod.	8	13,3
Comportam.	2	9,5	Comportam.	9	12,5	T. democrática	8	13,3
Redes sociais	2	9,5	T. democrática	8	11,1	Hermenêutica	7	11,7
M. ator racional	1	4,8	NI	6	8,3	Marxismo	5	8,3
NI	1	4,8	Ator racional	3	4,2	Jurídico	5	8,3
T. modernização	1	4,8	Sistêmica	3	4,2	Pós-moderna	3	5,0
T. democrática	1	4,8	An. conteúdo	3	4,2	Sociologismo	2	3,3
			An. elites	2	2,8	Sistêmica	2	3,3
			Outras <sup>4</sup>	3	4,2	Outras <sup>5</sup>	8	13,6
Não identificado	2	9,5	Não identificado	1	1,4	Não identificado	3	5
Total	21	100	Total	72	100	Total	60	100

FONTE: O autor.

NOTAS:

1. A categoria “outras” reúne abordagens que compuseram, cada uma, menos de 3,7% dos casos (menos de três casos em 81). São elas: pluralismo (2), teoria informacional (2), sociologismo (2), teorias da modernização (2), institucionalismo sociológico (1), comportamentalismo (1), culturalismo (1), desenvolvimentismo (1), sistêmica (1), memória-tradição política (1), corporativismo (1), teoria política moderna (1) e institucionalismo econômico (1).
2. Reúne abordagens que compuseram, cada uma, menos de 4,8% dos casos (menos de 2 casos em 42). Todas as seguintes abordagens tiveram um caso: comportamentalismo, pluralismo, análise de elites, pós-moderna, empiricista, história dos conceitos, teoria política moderna, teoria democrática e agonística.
3. *Idem*, compondo, cada uma, menos de 3,4% dos casos (menos de três casos em 88). São elas: culturalismo (2), sociologismo (2), jurídica (2), pluralismo (1), desenvolvimentismo (1), empiricista (1), sistêmica (1), teorias da modernização (1), teoria política latino-americana (1), etnometodológica (1), teoria política clássica (1) e weberiana (1).
4. *Idem*, compondo, cada uma, menos de 2,8% dos casos (menos de dois casos em 72). São elas: “neoinstitucionalismo” de escolha racional (1), historicismo (1) e teoria informacional (1).
5. *Idem*, compondo, cada uma, menos de 3,3% dos casos (dois casos em 60). Todas as seguintes abordagens tiveram um caso: “neoinstitucionalismo” de escolha racional, culturalismo, institucionalismo econômico, história dos conceitos, agonística, análise de discurso/conteúdo, teoria política latino-americana e etnometodológica.
6. As abordagens “não identificadas” são, em sua maioria, abordagens específicas da subárea de Relações Internacionais.

As abordagens neoinstitucionalistas claramente predominam na produção veiculada por *Dados*. Se unirmos o neoinstitucionalismo ao seu parente próximo, o neoinstitucionalismo de escolha racional, temos um percentual de 40,8% da produção de *Dados* orientada pela abordagem institucional. Se considerarmos a abordagem histórico-institucionalista como um tipo de neoinstitucionalismo, como fazem alguns cientistas políticos norte-americanos,

chegaremos ao percentual de 44,5%<sup>21</sup>. Se dividirmos a produção de *Dados* em quartis, veremos que quase 25% da produção (o primeiro quartil) é dominada por uma só abordagem (o “neoinstitucionalismo” de escolha racional) e que 50% (os dois primeiros quartis) é dominada por quatro abordagens (o “neoinstitucionalismo” de escolha racional, o “neoinstitucionalismo”, o empiricismo e abordagens do ator racional). Os outros 50% dos casos distribuem-se entre 19 abordagens.

Ocorre algo semelhante em *Brazilian Political Science Review* (*Bras. political sci. rev.*). O neoinstitucionalismo de escolha racional e o neoinstitucionalismo correspondem a 38,1% dos casos. É o periódico em que a variante de escolha racional do neoinstitucionalismo é mais forte, detendo, sozinha, 33,3% da produção. É preciso salientar, contudo, que *Bras. political sci. rev.* é um periódico recente; foi lançado no início de 2007 e tem, até janeiro de 2010, quatro números publicados. É possível que diminua o peso dessa abordagem na produção desse periódico, mas o fato não deixa de ser notável se considerarmos a intenção vinculada à sua criação e seu vínculo com a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Voltaremos a esse ponto na conclusão deste capítulo.

Na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (*Rev. bras. Ci. Soc.*) os dois tipos mais tradicionais de neoinstitucionalismo continuam predominando: somam, juntos, 21,4% dos casos. Mas o marxismo, o historicismo e as redes sociais compõem um grupo maior do que o neoinstitucionalista, com 28,5% dos casos. O histórico-institucionalismo é um caso intermediário, detendo 7,1% dos casos, seguido pelo culturalismo e pela hermenêutica, que juntos somam 9,6%. Como se vê, a produção é menos polarizada na *Rev. bras. Ci. Soc.*, em comparação com *Dados* e com *Bras. political sci. rev.*; ressaltamos a maior força de abordagens heterodoxas. Mas, ainda assim, os neoinstitucionalismos predominam.

Predominância que diminui consideravelmente na *Revista de Sociologia e Política* (*Rev. Sociol. Polit.*) e desaparece em *Opinião Pública* (*Opin. Publica*) e em *Lua Nova*. Na *Rev. Sociol. Polit.*, o neoinstitucionalismo predomina apenas se considerarmos o neoinstitucionalismo e o neoinstitucionalismo de escolha racional como uma só abordagem (o que é bastante lícito). Neste caso, o neoinstitucionalismo teria 17% da produção. A seguir, vem a análise de elites, o marxismo e o historicismo, com 12,5% cada. Ou seja: o ‘oligopólio’

---

<sup>21</sup> Daqui em diante chamaremos a união do “neoinstitucionalismo”, do “neoinstitucionalismo” de escolha racional e do histórico-institucionalismo de “neoinstitucionalismo” *latu sensu*.

da *Rev. Sociol. Polit.* é composto por quatro abordagens. Ressaltamos a força do marxismo, em comparação com *Dados* (4,9% neste contra 12,5% na *Rev. Sociol. Polit.*) e com *Opin. Publica* e *Bras. political sci. rev.* (nenhum caso). Aliás, é notável a semelhança entre a produção da *Rev. Sociol. Polit.* e da *Rev. bras. Ci. Soc.*: das quatro abordagens mais freqüentes de cada, três são as mesmas (neoinstitucionalismos, marxismo e historicismo); a diferença fica por conta da abordagem das redes sociais (importante na *Rev. bras. Ci. Soc.*, com 9,5%, e pouco significativa na *Rev. Sociol. Polit.*, com 3,5%) e da análise de elites (muito importante na *Rev. Sociol. Polit.*, com 12,5% – a abordagem predominante, se separarmos os neoinstitucionalismos –, e insignificante na *Rev. bras. Ci. Soc.*, com 2,4%).

Com efeito, a abordagem elitista distingue a *Revista de Sociologia e Política*. Fora desta, só aparece na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* e em *Opinião Pública* (2,8% dos casos).

Outra característica notável da produção de *Opinião Pública*, para nossos propósitos, é o sumiço dos neoinstitucionalismos entre as abordagens mais freqüentes. O neoinstitucionalismo detém 8,3% de uma produção concentrada nas abordagens culturalista e comportamentalista. O neoinstitucionalismo de escolha racional, Senhor das abordagens veiculadas por *Dados* e *Brazilian Political Science Review*, detém apenas 1,2% dos casos. O peso dos neoinstitucionalismos em *Dados* e em *Bras. political sci. rev.* é literalmente substituído pelo culturalismo, que, sozinho, detém 33,3% da produção. Juntamente com o comportamentalismo, representa 45,8% da produção de *Opinião Pública*.

A presença dos neoinstitucionalismos, escassa em *Opinião Pública*, beira à extinção em *Lua Nova*, em que identificamos apenas um caso de neoinstitucionalismo de escolha racional (1,7% do total). Em *Lua Nova*, as abordagens idealistas dominam a produção.

Reunindo as abordagens em *classes*, temos os seguintes valores:

TABELA 4 – CLASSES DE ABORDAGENS DOS ARTIGOS, POR PERIÓDICO

Classe de abordagem	Periódico											
	Dados		RBCS		RSP		BPSR		Opin. Publica		Lua Nova	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Soc.-Econ.	16	19,8	9	21,4	30	34,1	3	14,3	5	6,9	10	16,7
Politológicas	35	43,2	10	23,8	16	18,2	8	38,1	7	9,7	1	1,7
Históricas	7	8,6	7	16,7	15	17,0	0	0	1	1,4	9	15,0
Idealistas	7	8,6	4	9,5	3	3,4	0	0	0	0	11	18,3
Subjetivistas	7	8,6	1	2,4	5	5,7	3	14,3	16	22,2	2	3,3

Político-teóricas	1	1,2	3	7,1	9	10,2	1	4,8	8	11,1	18	30,0
Empiricista	5	6,2	1	2,4	1	1,1	4	19,0	10	13,9	0	0
Culturalista	1	1,2	2	4,8	2	2,3	0	0	24	33,3	1	1,7
Não identif.	2	2,5	5	11,9	7	8,0	2	9,5	1	1,4	8	13,3
Total	81	100	42	100	88	100	21	100	72	100	60	100

FONTE: O autor.

A estrutura anteriormente esboçada mantém-se, mas agora aparece de forma mais clara. Passemos às áreas temáticas. Confere-se a seguir uma tabela com a proporção que cada área temática representa, nos periódicos<sup>22</sup>.

TABELA 5 – ÁREAS TEMÁTICAS DOS ARTIGOS, POR PERIÓDICO

Área temática <sup>1</sup>	Periódico											
	Dados		RBCS		RSP		BPSR		OP		Lua Nova	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Desempenho das instituições políticas	33	40,7	10	23,8	17	19,3	11	52,4	17	23,6	2	3,3
Teoria política, análise de conceitos e história das idéias	18	22,2	11	26,2	21	23,9	1	4,8	2	2,8	35	58,3
Estado, sociedade e políticas de governo	14	17,3	10	23,8	31	35,2	3	14,3	2	2,8	9	15,0
Valores, atitudes, participação e política	11	13,6	8	19,0	9	10,2	3	14,3	46	63,9	12	20,0
Comunicação política, democracia e processos eleitorais	2	2,5	0	0,0	5	5,7	0	0,0	5	6,9	0	0,0
Relações internacionais <sup>2</sup>	1	1,2	1	2,4	4	4,5	3	14,3	0	0,0	2	3,3
Não identificado	1	1,2	2	4,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	81	100	42	100	88	100	21	100	72	100	60	100

FONTE: O autor.

NOTAS:

1. Há artigos de “relações internacionais” que se inserem em outras áreas, típicas da Ciência Política. A categoria “relações internacionais” agrupa áreas exclusivas da área de Relações Internacionais, não representando, pois, a produção total que se poderia associar à área de Relações Internacionais.

No que se refere à área *desempenho das instituições políticas*, *Dados* e *Brazilian Political Science Review* predominam, enquanto *Lua Nova* mal aparece e a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, a *Revista de Sociologia e Política* e *Opinião Pública* surgem moderadamente. A figura muda radicalmente em *Teoria Política, análise de conceitos e história das idéias*, em que *Lua Nova* predomina e *Opinião Pública* e *Brazilian Political Science Review* são insignificantes. A área *Valores, atitudes, participação e política* é especialidade de *Opinião Pública*, enquanto tal periódico aparece menos em *Estado, sociedade e políticas de governo*, em que é a *Revista de Sociologia e Política* que mais se

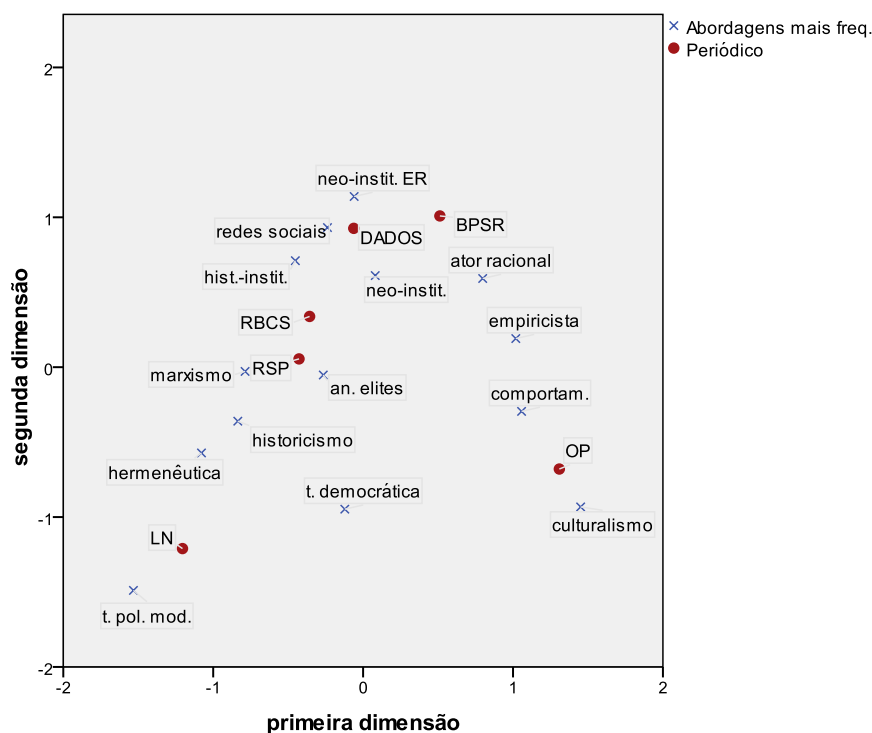
<sup>22</sup> O “perfil das colunas”, no teste de análise de correspondência.

ressalta, ainda que sem a mesma força dos pólos *Opinião Pública*, *Brazilian Political Science Review* e *Lua Nova*.

### 2.1.2. Associação entre periódicos e abordagens

Intuitivamente, parece haver *padrões* na distribuição das freqüências de abordagens e áreas temáticas nos periódicos. Para melhor visualizar as distâncias e as possíveis relações existentes entre tais elementos, fizemos uma análise de correspondência. Trata-se de um teste apropriado para medir as distâncias entre categorias de diferentes variáveis categóricas. Essas distâncias são calculadas em função das diferenças entre as proporções (“massa” ou “peso”) entre as categorias de cada variável, e representadas numa espécie de mapa. A seguir, apresentamos o teste para a relação entre *periódicos* e *abordagens*<sup>23</sup>.

GRÁFICO 1 – DISTÂNCIAS (CORRESPONDÊNCIA) ENTRE PERIÓDICOS E ABORDAGENS MAIS FREQUENTES<sup>1</sup>



FONTE: O autor.

NOTA: Sig. de 0,000. Singular value de 0,657 (primeira dimensão) e 0,565 (segunda dimensão). Inércias<sup>24</sup> de 0,431 e 0,319, respectivamente.

<sup>23</sup> Como há um número muito grande de abordagens, selecionamos as abordagens mais freqüentes para rodar o teste, ou seja, desconsideramos as abordagens que representam menos de 2% do total dos casos.

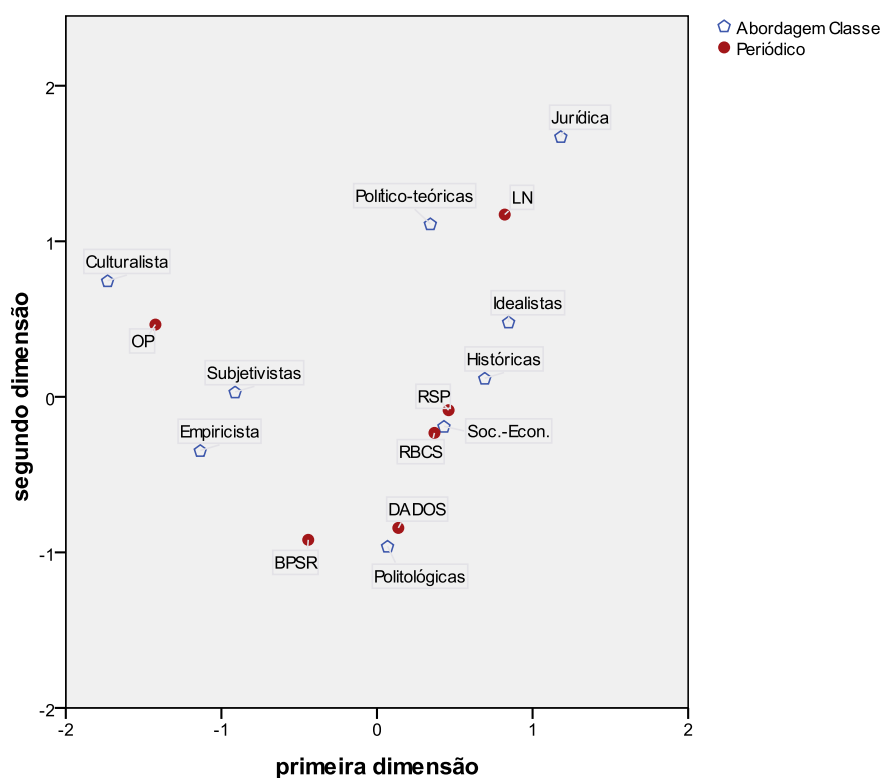
<sup>24</sup> A “inércia” pode ser entendida como a proporção em que uma determinada dimensão *determina* os valores apresentados (neste caso, a disposição das abordagens e dos periódicos). Também é um valor percentual: 0,409 indica que a “primeira dimensão” determina em 40,9% os resultados apresentados pela relação.

TABELA 6 – PROPORÇÕES DE ABORDAGENS NOS PERIÓDICOS<sup>25</sup>

	Dados	RBCS	RSP	BPSR	Opin. Publica	Lua Nova
neo-instit. ER	,306	,121	,085	,389	,016	,026
neo-instit.	,226	,152	,127	,056	,094	,000
culturalismo	,016	,061	,028	,000	,375	,026
historicismo	,065	,121	,155	,000	,016	,231
t. democrática	,000	,030	,099	,056	,125	,205
marxismo	,065	,121	,155	,000	,000	,128
empiricista	,081	,030	,014	,222	,156	,000
comportam.	,016	,030	,042	,111	,141	,000
hermenêutica	,048	,061	,042	,000	,000	,179
an. elites	,000	,030	,155	,000	,031	,000
redes sociais	,048	,121	,042	,111	,000	,000
hist.-instit.	,048	,091	,056	,000	,000	,000
t. pol. mod.	,016	,030	,000	,000	,000	,205
ator racional	,065	,000	,000	,056	,047	,000

FONTE: O autor.

Fizemos outro teste de correspondência, desta vez entre *classes* de abordagens e periódicos. Confere-se os resultados logo abaixo.

GRÁFICO 2 – DISTÂNCIAS (CORRESPONDÊNCIA) ENTRE PERIÓDICOS E CLASSES DE ABORDAGENS<sup>1</sup>

FONTE: O autor.

NOTA: 1. Sig. de 0,000. Singular value de 0,608 (primeira dimensão) e 0,487 (segunda dimensão). Inércia de 0,369 e 0,237, respectivamente.

<sup>25</sup> O “perfil das colunas”, no teste de análise de correspondência.

A seguir, confere-se uma tabela com a proporção de cada classe de abordagem nos periódicos.

TABELA 7 – PROPORÇÕES DAS CLASSES DE ABORDAGENS NOS PERIÓDICOS<sup>26</sup>

	Dados	RBCS	RSP	BPSR	Opin. Publica	Lua Nova
Soc.-Econ.	,203	,243	,361	,158	,070	,175
Politológicas	,443	,270	,193	,421	,099	,018
Históricas	,089	,189	,181	,000	,014	,158
Idealistas	,089	,108	,036	,000	,000	,193
Subjetivistas	,089	,027	,060	,158	,225	,035
Político-teóricas	,013	,081	,108	,053	,113	,316
Empirista	,063	,027	,012	,211	,141	,000
Culturalista	,013	,054	,024	,000	,338	,018
Jurídica	,000	,000	,024	,000	,000	,088

FONTE: O autor.

Em primeiro lugar, o teste de correspondência comprova o que se percebe pelas tabelas de frequência: há uma relação estatisticamente significativa entre os periódicos e as abordagens acadêmicas. O que significa que o fato de tal abordagem estar sendo veiculada por tal periódico não é fortuita<sup>27</sup>.

Ademais, a nosso ver há quatro posições claras no campo de produção dos periódicos mais importantes, segundo as abordagens. *Lua Nova* num extremo, *Dados* e *Brazilian Political Science Review* noutro, a *Revista de Sociologia e Política* e a *Revista Brasileira de Ciências Sociais* entre esses, e *Opinião Pública* ocupando um extremo alternativo. Destarte, identificamos duas oposições principais: 1) entre *Dados* e *Brazilian Political Science Review*, num pólo, e *Lua Nova*, noutro e 2) entre *Opinião Pública* e todos os outros periódicos<sup>28</sup>. Tais

<sup>26</sup> O “perfil das colunas”, no teste de análise de correspondência.

<sup>27</sup> A probabilidade para que isso ocorra é muito baixa, como atesta o valor de *sig*.

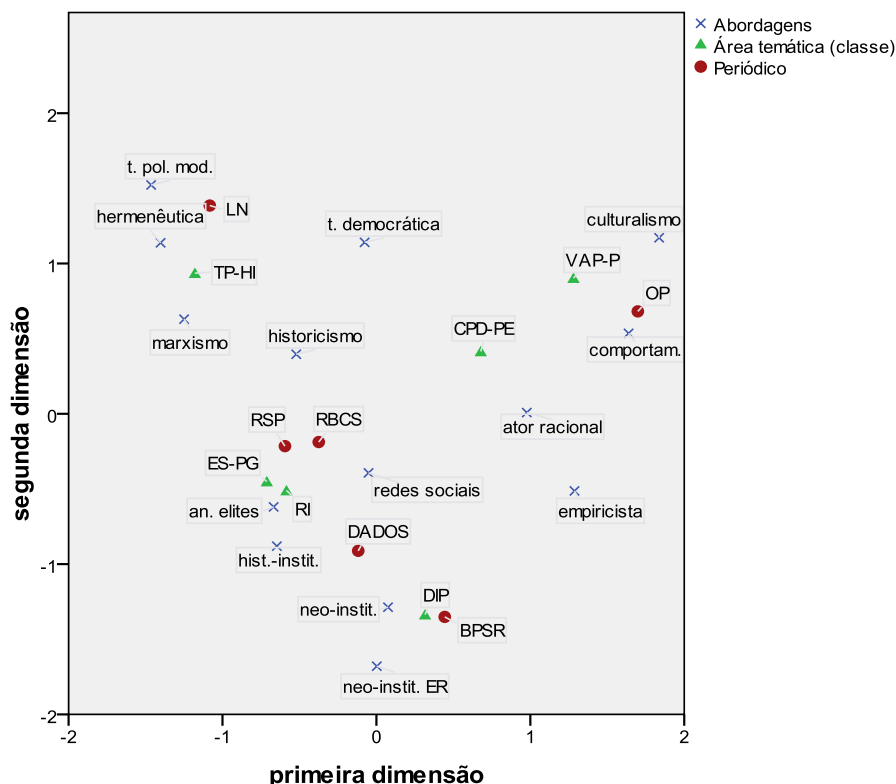
<sup>28</sup> Atentamos que o gráfico é relacional: cada nodo está em relação com todos os outros. Assim, por exemplo, não é que *Dados* e *Brazilian Political Science Review* são “pouco” *empiricistas*, mas *Opinião Pública* é tão *empiricista* quanto elas. Se retirássemos *Opinião Pública* do teste, a abordagem *empiricista* estaria muito mais próxima de *Dados* e *Brazilian Political Science Review*. No mesmo sentido, pode-se afirmar, com base no gráfico apresentado, que há, igualmente, *poucos casos* da abordagem *hermenêutica* ou da *teoria democrática* no periódico *Dados*, pois a distância é praticamente a mesma entre este e aquelas. Mas se observarmos a tabela de frequências, veremos que a *hermenêutica* tem 3,7% dos casos, enquanto *teoria democrática* não tem caso algum. A distância aparece como semelhante porque *Lua Nova* “atrai” a abordagem *hermenêutica*. Ou seja, a *hermenêutica* distancia-se de *Dados* por causa da força de atração de *Lua Nova*. Eis uma situação ideal desse equívoco. Uma abordagem X constitui 20% de um periódico A. A mesma abordagem constitui 70% dos casos do periódico B. Ao mesmo tempo, outra abordagem, Y, detém 10% do periódico A. Ou seja, menos do que a abordagem X. Contudo, a abordagem Y não predomina em nenhum outro periódico (ela constituiria, digamos, entre 10 a 20% da produção de cada periódico). Assim, no gráfico de correspondência, a abordagem X apareceria muito próxima do periódico B – e seria distante de A. Enquanto isso, a abordagem Y apareceria bem mais próxima do periódico A – mesmo tendo a metade dos casos, neste periódico, em relação à abordagem X, que apareceu bem distante. A imensa correspondência entre X e B ocultou a correspondência entre X e A. Ou seja: uma abordagem mais frequente num periódico pode aparecer mais distante deste do que outra abordagem,

oposições decorrem (1) da forte relação entre os periódicos *Dados* e *Brazilian Political Science Review* e as abordagens *politológicas*; (2) da forte relação existente entre *Lua Nova* e as abordagens *idealistas* e *político-teóricas*; (3) da fraca relação entre *Dados* e *Brazilian Political Science Review* e as abordagens *idealistas* e *político-teóricas* e (4) da fraca relação entre *Lua Nova* e as abordagens *politológicas* e *empiricista*.

### 2.1.3. Associação entre áreas temáticas, periódicos e abordagens

Repetimos o teste de correspondência, agora adicionando mais uma variável: as áreas temáticas, organizadas em classes.

GRÁFICO 3 – DISTÂNCIAS (CORRESPONDÊNCIA) ENTRE PERIÓDICOS, ABORDAGENS E ÁREAS TEMÁTICAS



FONTE: O autor.

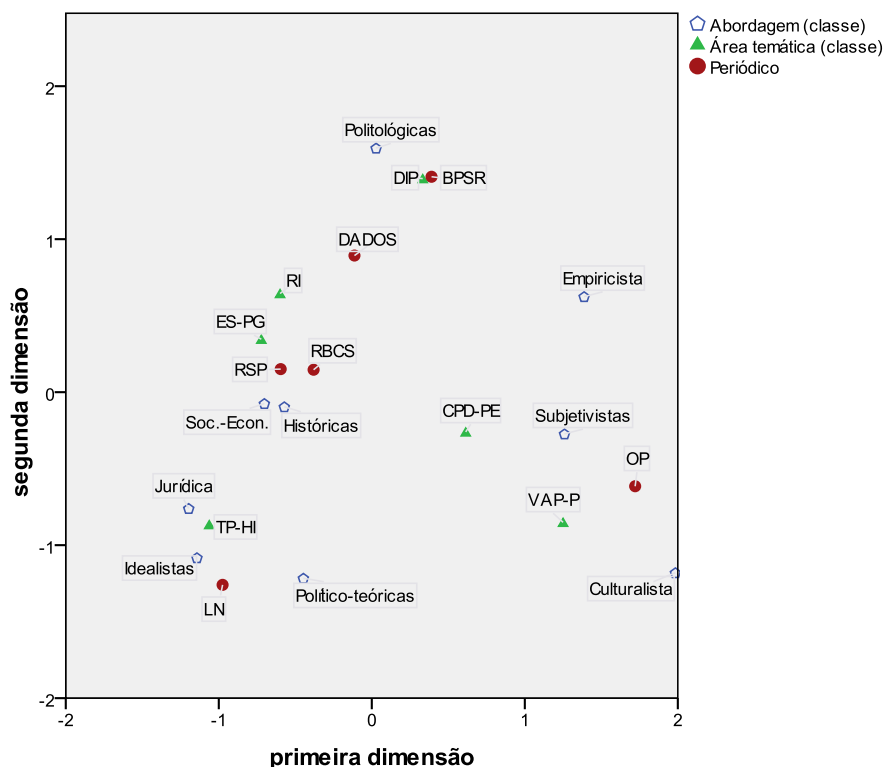
NOTAS:

1. Alfa de Cronbach de 0,819 para a primeira dimensão e 0,779 para a segunda; inércia de 0,734 e 0,694, respectivamente.

2. Significado das siglas: TP-HI = Teoria política, análise de conceitos e história das idéias; VAP-P = Valores, atitudes, participação e política; CPD-PE = Comunicação política, democracia e processos eleitorais; ES-PG = Estado, sociedade e políticas de governo; DIP = desempenho das instituições políticas e sua influência sobre a qualidade da democracia e dos processos de governo; RI = Relações internacionais.

menos freqüente. Exatamente porque as distâncias são relativas; são oriundas das diferenças entre as proporções. Para evitar esse problema, iremos apresentar também uma tabela com as proporções, quando for apropriado.

GRÁFICO 4 – DISTÂNCIAS (CORRESPONDÊNCIA) ENTRE PERIÓDICOS, CLASSES DE ABORDAGENS E ÁREAS TEMÁTICAS



FONTE: O autor.

NOTAS:

1. Alfa de Cronbach de 0,790 para a primeira dimensão e 0,752 para a segunda; inércia de 0,705 e 0,668, respectivamente.

2. Significado das siglas: DIP = desempenho das instituições políticas e sua influência sobre a qualidade da democracia e dos processos de governo; ES-PG = Estado, sociedade e políticas de governo; CPD-PE = Comunicação política, democracia e processos eleitorais; TP-HI = Teoria política, análise de conceitos e história das idéias; VAP-P = Valores, atitudes, participação e política; RI = Relações internacionais.

TABELA 8 – PROPORÇÕES DAS ÁREAS TEMÁTICAS NOS PERIÓDICOS<sup>29</sup>

	Dados	RBCS	RSP	BPSR	Opin. Publica	Lua Nova
Desempenho das instituições políticas	,418	,250	,195	,524	,236	,033
Valores, atitudes, participação e política	,139	,200	,103	,143	,639	,200
Teoria política, análise de conceitos e história das idéias	,228	,275	,241	,048	,028	,583
Estado, sociedade e políticas de governo	,177	,250	,356	,143	,028	,150
Comunicação política, democracia e processos eleitorais	,025	,000	,057	,000	,069	,000
Relações internacionais <sup>2</sup>	,013	,025	,046	,143	,000	,033

FONTE: O autor.

NOTAS:

1. Há artigos de “Relações Internacionais” que se inseriam nas outras áreas, típicas da Ciência Política. A categoria “relações internacionais” agrupa áreas exclusivas da área de Relações Internacionais, não representando, pois, a produção total que se poderia associar à área de Relações Internacionais.

<sup>29</sup> O “perfil das colunas”, no teste de análise de correspondência.

Em primeiro lugar, existe relação estatisticamente significativa entre as áreas temáticas, os periódicos e as abordagens: periódico A *tende* associar-se a abordagem B e a área temática C. Em segundo lugar, a divisão entre os *periódicos* em função das *áreas temáticas* assemelha-se à divisão daqueles em função das abordagens (gráficos 1 e 2). Temos três extremos. Num deles, *Lua Nova* está intimamente relacionada à área *Teoria política, análise de conceitos e história das idéias* (TP-HI). Em outro, *Opinião Pública* anda junto à área de *valores, atitudes, participação e política* (VAP-P). No último, *Brazilian Political Science Review* aproxima-se mais da área *desempenho das instituições políticas e sua influência sobre a qualidade da democracia e dos processos de governo* (DIP), de modo a constituir o último extremo. Além disso, há, a nosso ver, mais duas posições: *Dados* também apresenta uma grande atração com DIP e a *Revista de Sociologia e Política* e, em menor grau, a *Rev. bras. Ci. Soc.*, aproximam-se da área *Estado, sociedade e políticas de governo* (ES-PG). Estes dois periódicos compõem o centro<sup>30</sup>. Em terceiro lugar, identificamos quatro “posições” de correspondência entre abordagens e áreas temáticas, no Gráfico 3: 1) entre o marxismo e a hermenêutica e TI-HI; (2) o culturalismo e o comportamentalismo e VAP-P; (3) os “neoinstitucionalismos” e DIP; (4) o *histórico-institucionalismo* e *análise de elites* com ES-PG.

Por fim, ainda a respeito da relação entre abordagens e áreas temáticas, mas utilizando as *classes* de abordagens como variável (Gráfico 4), no lugar das abordagens individuais, identificamos cinco posições de correspondência: 1) o *idealismo* anda próximo de TP-HI; (2) as abordagens *politológicas* de DIP; (3) a *culturalista* de VAP-P. Também reconhecemos atrações notáveis entre as abordagens *político-teóricas* e TP-HI<sup>31</sup> e entre o *subjetivismo* e VAP-P. As abordagens *sociológicas e/ou econômicas* (Soc.-econ.) oscilam entre TP-HI e ES-PG.

---

<sup>30</sup> Também é interessante notar que, neste caso, o efeito relacional pode produzir alguns equívocos. A área de *teoria política* ocupa 27,5% da produção da *Rev. bras. Ci. Soc.* (sua área mais importante), 22,8% da produção de *Dados* (segunda área) e 24,1% da *Rev. Sociol. Polit.* (segunda área). Sua imensa proximidade com *Lua Nova*, contudo, pode instigar a idéia de que é uma *insignificante* naqueles periódicos. A verdade, contudo, é que ela é uma área significativa, mas, no universo das associações, está muito mais próxima de *Lua Nova*, pelo motivo de monopolizá-la, enquanto sua predominância é bem menor nas outras. Nesse tipo de situação, é preciso olhar também para as proporções, além do gráfico de correspondência, para não confundir as distâncias maiores com insignificância: isso *nem sempre* é verdade.

<sup>31</sup> Essas coisas não se confundem – ainda que andem próximas – porque uma abordagem componente da classe *político-teórica*, digamos, a abordagem agonística, pode tratar de assuntos de outras áreas.

Como periódicos, abordagens e áreas temáticas correspondem entre si, podemos elaborar uma tabela sintetizando, a partir dos periódicos, tais correspondências. Apresentamo-la a seguir.

TABELA 9 – SÍNTESE DAS CORRESPONDÊNCIAS ENTRE PERIÓDICOS, ABORDAGENS, CLASSES DE ABORDAGENS E ÁREAS TEMÁTICAS

Periódicos	Abordagens	Classes de abordagens	Áreas temáticas
Dados	“neoinstitucionalismo”	politológicas	desempenho das instituições políticas
RBCS	heterogênea	históricas	estado, sociedade e políticas de governo
RSP	heterogênea; elites	sociológicas/econ.; históricas	estado, sociedade e políticas de governo
BPSR	“neoinstitucionalismo”	politológicas	desempenho das instituições políticas
OP	culturalismo; comportamentalismo	subjetivistas; culturalista	valores, atitudes, participação e política
Lua Nova	hermenêutica; teoria política moderna	idealistas; político-teóricas	teoria política, análise de conceitos e história das idéias

FONTE: Os autores.

Os testes de correspondência apresentados nos gráficos acusam duas dimensões com inércias bastante expressivas. Analisando a disposição de periódicos, abordagens (individuais e por classe) e áreas temáticas, achamos que tais dimensões referem-se a uma oposição entre abordagens de orientação *teórica* e abordagens de orientação *empírica* (1ª dimensão) e a uma oposição entre abordagens de caráter *politicista* e *societalista*<sup>32</sup> (2ª dimensão). Estando periódicos, abordagens e áreas temáticas filiados a determinada posição a partir dessas duas dimensões. Especula-se, também, se essa dupla oposição constitui o fator principal na determinação das posições na produção cultural da Ciência Política brasileira contemporânea; sua “espécie de capital” (BOURDIEU, 2003a, p. 230-231). Destarte, as hipóteses que tentaremos defender são as seguintes: a produção acadêmica de Ciência Política organiza-se em função (1) de um contínuo *empírico-teórico* e (2) de um contínuo *politicista-societalista*.

## 2.2. Uma dimensão do campo de produção: o contínuo “empírico-teórico”

Para definir o que é ‘teórico’ ou ‘empírico’, cruzamos duas variáveis: a *natureza do objeto estudado* e a *natureza das evidências apresentadas*. Assim, por exemplo, abordagens teóricas são aquelas que tratam de *objetos simbólicos* (1.3.5) por meio de *evidências bibliográficas*

<sup>32</sup> Uma abordagem *societalista* é aquela cujo *objeto de estudo* é algum fenômeno político *exceto* a política institucional *ou* aquela que trata a política institucional *heteronomamente*, mobilizando fatores exteriores a ela para descrevê-la ou explicá-la. Uma abordagem *politicista* toma a política institucional como objeto de estudo *e* trata-a *autonomamente*, mobilizando fatores interiores para descrevê-la ou explicá-la.

(1.3.6). Por outro lado, abordagens empíricas<sup>33</sup> são aquelas que tratam de *objetos empíricos* por meio de *evidências empíricas*.

O contínuo empírico-teórico consiste, portanto, numa oposição metodológica, e, possivelmente, também epistemológica. Assim, por exemplo, a filiação dos periódicos a tal abordagem e a tal área temática (e vice-versa) definiria em larga medida a posição desses periódicos (e abordagens e áreas temáticas) no campo de produção, em outras palavras, a posição desses elementos dependeria, em larga medida, de suas posições teórico-metodológicas<sup>34</sup>.

Para testar essa hipótese, investigamos as possíveis correlações entre periódicos, abordagens e áreas temáticas, de um lado, e a *natureza do objeto* e a *natureza das evidências*, de outro. Referente à natureza do objeto, quanto mais próximo de 1,000 mais o objeto correlaciona-se com ‘empírico’, e quanto mais próximo de -1,000 mais correlaciona-se com ‘simbólico’. Quanto à *natureza das evidências*, quanto mais próximo de 1,000, mais as evidências correlacionam-se com ‘empíricas’ e quanto mais próximo de -1,000, mais correlacionam-se com ‘bibliográficas’.

TABELA 10 – CONTÍNUO *EMPÍRICO-TEÓRICO*: CORRELAÇÃO ENTRE PERIÓDICOS, ABORDAGENS, CLASSES DE ABORDAGENS E ÁREAS TEMÁTICAS, DE UM LADO, E *NATUREZA DO OBJETO* E A *NATUREZA DAS EVIDÊNCIAS*, DE OUTRO<sup>1</sup>

		Natureza do objeto	Natureza das evidências
Periódicos	Dados	,336	,522
	Rev. bras. Ci. Soc.	-,146	-,166
	Rev. Sociol. Polit.	,010	-,055
	Bras. political sci. rev.	,268	,356
	Opinião Pública	,682	,697
	Lua Nova	-,807	-,879
Abordagens (mais freq.)	“Neoinstitucionalismo” (esc. rac.)	,747	,728
	“Neoinstitucionalismo”	,570	,436
	Culturalismo	,432	,398
	Historicismo	,306	,067
	Teoria democrática	-,754	-,723

<sup>33</sup> Não confundir o adjetivo com a abordagem *empiricista* (substantivo). Logicamente, esta abordagem tem orientação empírica, como se verá a seguir.

<sup>34</sup> Isso não quer dizer que essas posições teórico-metodológicas dependam da lógica exclusivamente acadêmica e intelectual do campo da Ciência Política. Os princípios deste campo, ainda que propriamente acadêmicos, podem sofrer influências externas, como do campo político propriamente dito, por exemplo. Assim, o campo da Ciência Política pode estar relacionado de forma *heterônoma* com outros campos, “importando” alguns dos princípios destes, mas conferindo-os uma forma acadêmica, intelectual ou científica. A oposição entre *politicismo* e *societalismo*, por exemplo, *pode ser*, em parte, uma tradução ao campo (acadêmico) da Ciência Política de oposições de caráter propriamente *político*. Para considerar esses possíveis fatores externos, seria preciso ampliar a investigação, contemplando a *dinâmica dos campos* entre a Ciência Política e outros campos – além dos campos acadêmicos mais próximos, como a Sociologia e as “ciências sociais”.

	Marxismo	-,840	-,804
	Empiricismo	1,000	1,000
	Comportamentalismo	1,000	1,000
	Hermenêutica	-,771	-,788
	Análise de elites	1,000	1,000
	Redes sociais	,221	,419
	Histórico-institucionalismo	,654	,658
	Teoria política moderna	-,886	-,895
	Ator racional	1,000	1,000
Classes de abordagens	Sociológicas e/ou Econômicas	-,354	-,267
	Politológicas	,725	,658
	Históricas	,410	,215
	Idealistas	-,791	-,707
	Subjetivistas	,903	,895
	Político-teóricas	-,815	-,803
	Empiricista	1,000	1,000
	Culturalista	,432	,398
	Jurídica	-,849	-,482
Áreas temáticas <sup>2</sup>	DIP	,889	,879
	VAP-P	,489	,414
	TP-HI	-,960	-,917
	ES-PG	,171	,174
	CPD-PE	,452	,419
	RI	-,053	-,281

FONTE: O autor.

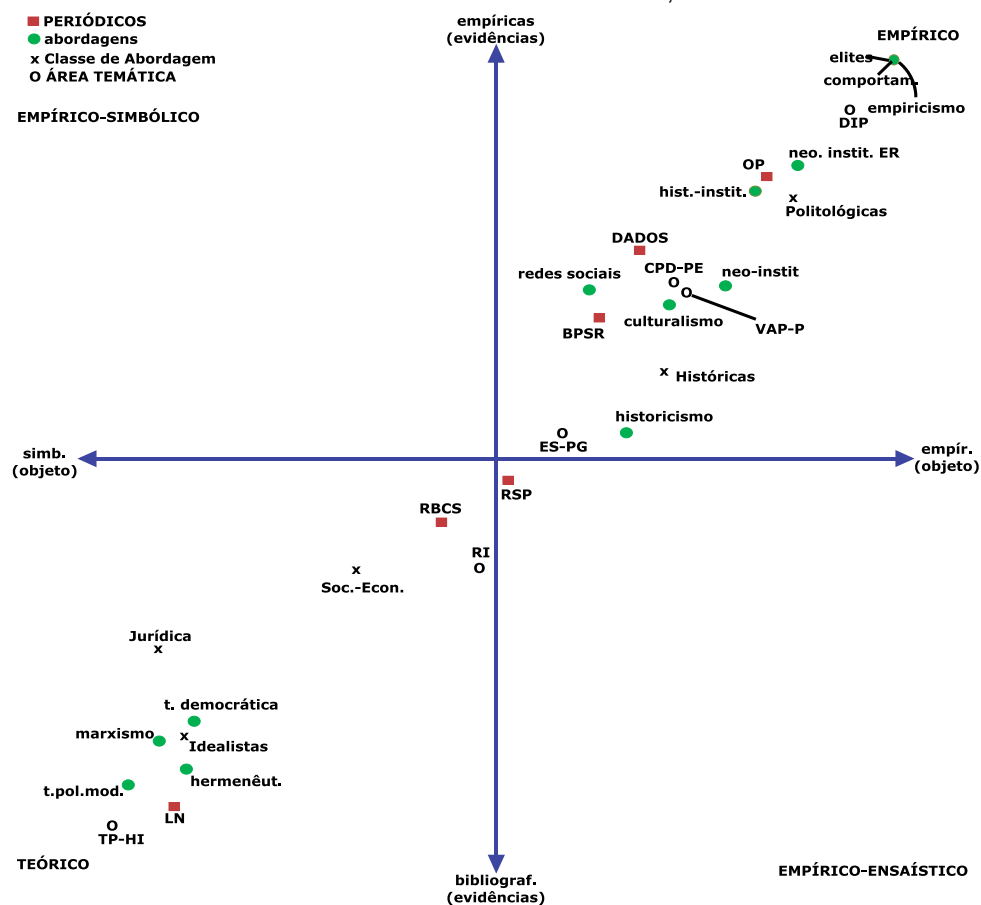
NOTAS:

1. Valores do teste "Q" de Yule.

2. Significado das siglas: DIP = desempenho das instituições políticas e sua influência sobre a qualidade da democracia e dos processos de governo; CPD-PE = Comunicação política, democracia e processos eleitorais; VAP-P = Valores, atitudes, participação e política; ES-PG = Estado, sociedade e políticas de governo; TP-HI = Teoria política, análise de conceitos e história das idéias; RI = Relações internacionais.

Donde construímos o seguinte gráfico, para melhor visualizar as correlações:

GRÁFICO 5 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA CORRESPONDÊNCIA ENTRE PERIÓDICOS, ABORDAGENS, CLASSES DE ABORDAGENS E ÁREAS TEMÁTICAS, DE UM LADO, E A NATUREZA DOS OBJETOS E A NATUREZA DAS EVIDÊNCIAS, DE OUTRO



FONTE: O autor.

NOTAS:

1. Posições determinadas pelo valor do “Q” de Yule, ordenadas em função do eixo “natureza do objeto” e do eixo “natureza das evidências” que, juntos, formam o contínuo *empírico-teórico*.
2. Quanto mais próximo de cada extremidade, mais forte a correlação.

O gráfico pode ser dividido em quatro quadrantes, cada um referindo-se a uma determinada combinação entre natureza do objeto e das evidências. Assim, *objeto empírico* e *evidências bibliográficas* compõem ‘empírico-ensaístico’; *objeto simbólico* e *evidências empíricas*, ‘empírico-simbólico’; *objeto empírico* e *evidências empíricas* formam ‘empírico’; *objeto simbólico* e *evidências bibliográficas*, ‘teórico’. Estes dois seriam os extremos, nomeando o contínuo. Nesse sentido, é notável não aparecerem casos de correlação nos quadrantes simbólico-empírico e empírico-ensaístico. Isso ocorre por haver uma tendência  *muito forte* de os artigos serem ou estritamente ‘empíricos’ ou ‘teóricos’: dos 364 artigos analisados, há 231 artigos empíricos tanto no objeto como nas evidências, 108 simbólicos no objeto e bibliográficos nas evidências, 12 simbólico-empíricos e seis empírico-bibliográficos.

Em nossa nomenclatura, haveria, portanto, 231 artigos ‘empíricos’ e 108 ‘teóricos’, sugerindo que o campo está dividido em função do contínuo *empírico-simbólico*<sup>35</sup>.

Lembremos outro ponto importante: as categorias no gráfico são independentes entre si: cada uma foi medida independentemente, *somente* em função de sua correlação maior ou menor com orientações empíricas ou teóricas; ao contrário do teste de correspondência, em que cada categoria é posta em relação com todas as outras, mostrando as *distâncias* entre elas em função de padrões entre as suas proporções. Mesmo assim, várias proximidades e distanciamentos vistos nos gráficos de correspondência reaparecem, o que sugere, novamente, que o contínuo *empírico-teórico* é uma das dimensões responsáveis pela disposição dos periódicos, abordagens e áreas temáticas no campo.

### 2.2.1. Evidências quantitativas e evidências qualitativas

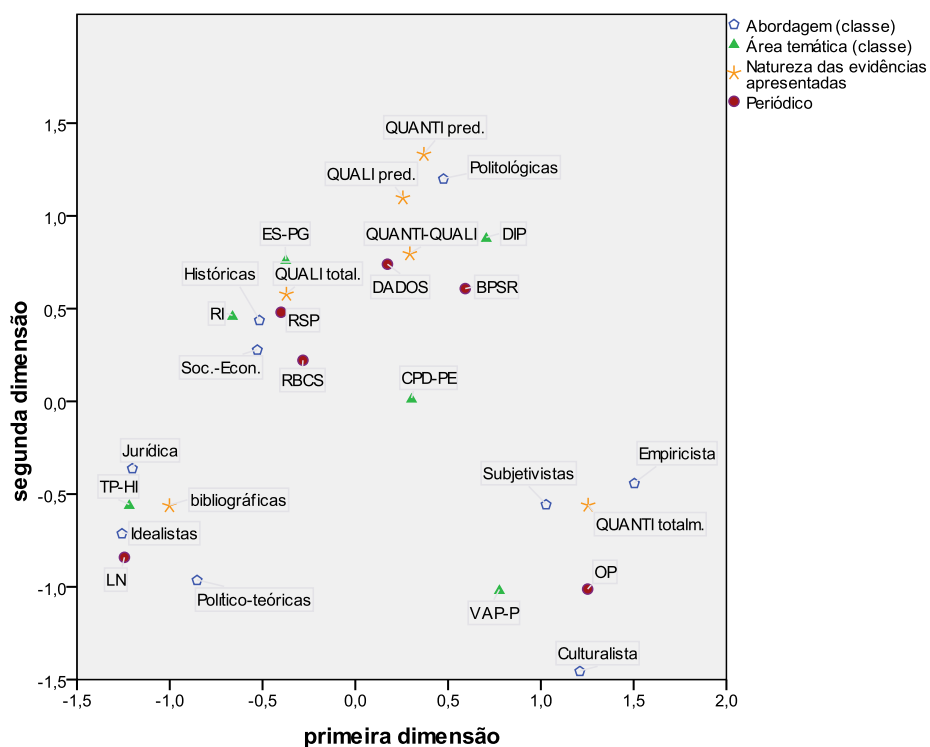
Além de saber que tal ou qual elemento da produção é mais ‘empírico’ ou ‘teórico’, talvez seja interessante saber também que *tipo* de evidência tendem a privilegiar. Assim, decomposmos a categoria das *evidências empíricas* em suas classes elementares<sup>36</sup> e rodamos um teste de correspondência, para visualizar as distâncias.

---

<sup>35</sup> O periódico *Dados* é um caso interessante: tende mais a tratar seus objetos empiricamente do que a tomar objetos empíricos como objeto de estudo. Isso ocorre pelo fato de *Dados* ter uma forte tradição de estudos de idéias, inspirados em autores como Quentin Skinner, John Pocock e Reinhart Koselleck, em que é comum tomar objetos simbólicos – tais como o sentido historicamente variável de termos ou conceitos – mas tratá-los empiricamente, por meio de evidências e métodos qualitativos. Além disso, veja-se *Opinião Pública* e *Lua Nova*, fortemente opostos um do outro. Quer dizer: nos quadrantes ‘teórico’ e ‘empírico’, quanto mais o ponto forma um quadrado, mais ele é estritamente ‘teórico’ ou estritamente ‘empírico’. Assim, *Lua Nova* é o referencial entre os periódicos ‘teóricos’, enquanto *Opinião Pública* o é entre os ‘empíricos’.

<sup>36</sup> Cf., a respeito, o tópico 1.3.6.

GRÁFICO 6 – DISTÂNCIAS (CORRESPONDÊNCIA) ENTRE PERIÓDICOS, ABORDAGENS, ÁREAS TEMÁTICAS E NATUREZA DAS EVIDÊNCIAS APRESENTADAS (CLASSES ELEMENTARES)



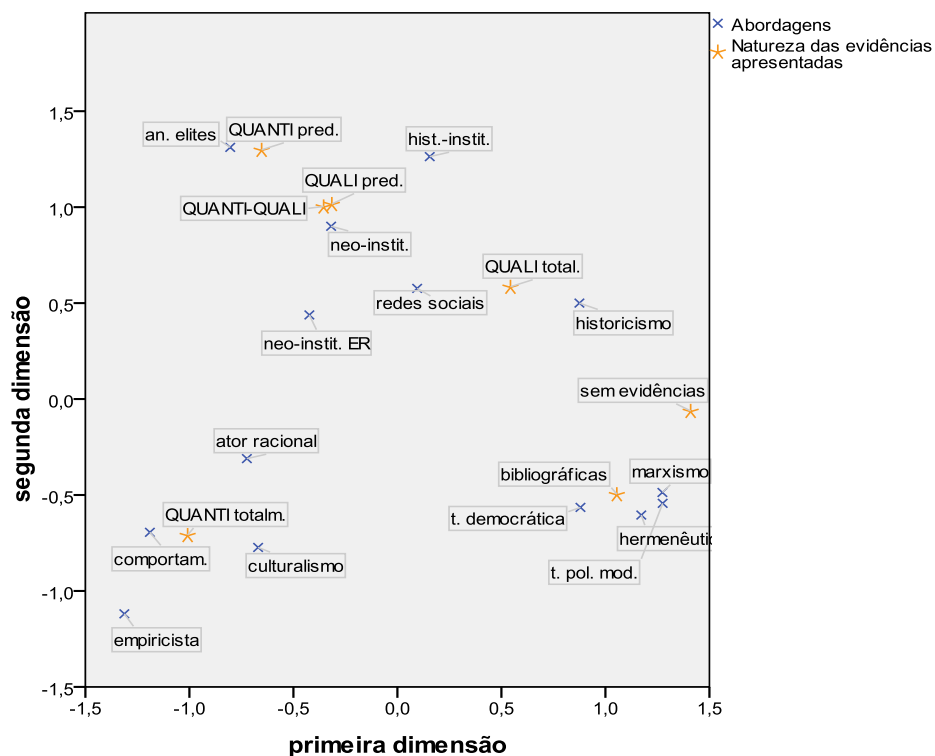
FONTE: O autor.

NOTAS:

1. Alfa de Cronbach de 0,852 com uma inércia de 0,693 para a primeira dimensão e de 0,760 com uma inércia de 0,581 para a segunda.

2. Significado das siglas: DIP = desempenho das instituições políticas e sua influência sobre a qualidade da democracia e dos processos de governo; ES-PG = Estado, sociedade e políticas de governo; CPD-PE = Comunicação política, democracia e processos eleitorais; TP-HI = Teoria política, análise de conceitos e história das idéias; VAP-P = Valores, atitudes, participação e política; RI = Relações internacionais.

GRÁFICO 7 – DISTÂNCIAS (CORRESPONDÊNCIA) ENTRE ABORDAGENS (MAIS FREQUENTES) E TIPO DE ESTATÍSTICA UTILIZADA



FONTE: O autor.

NOTA: Primeira dimensão com *singular value* de 0,744 e inércia de 0,554; segunda dimensão com *singular value* de 0,564 e inércia de 0,318; terceira dimensão com *singular value* de 0,425 e inércia de 0,181.

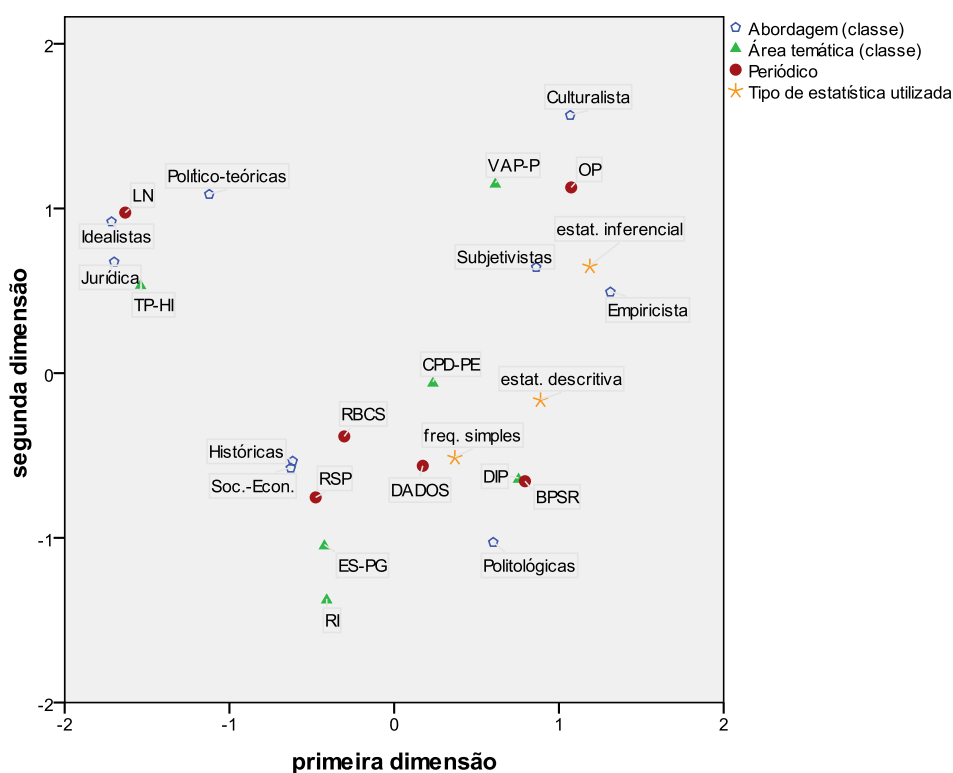
As classes de abordagens *empiricista*, *culturalista* e *subjetivistas*; a área de *valores*, *atitudes participação e política* e o periódico *Opinião Pública* constituem o extremo quantitativo – que, como vimos, correlaciona-se significativamente com a orientação *empírica*, tanto no objeto como nas evidências. Se considerássemos as abordagens individualmente, aí estariam o *empiricismo*, o *culturalismo* (ambos são classes e abordagens individuais, simultaneamente) e o *comportamentalismo*. As abordagens *históricas*, as áreas *Relações Internacionais* e *Estado, sociedade e políticas de governo* e o periódico *Revista de Sociologia e Política* aproximam-se do foco qualitativo, mas com menos intensidade em relação ao extremo quantitativo, já que a *Revista de Sociologia e Política* e a área ES-PG também atraem o ecletismo, isto é, a apresentação de evidências quantitativas e qualitativas. Se considerássemos as abordagens individualmente, o *historicismo* seria a mais qualitativa. As classes de abordagens *jurídica*, *idealistas* e *político-teóricas*; a área de *teoria política*, *análise de conceitos e história das idéias* e *Lua Nova* constituem o extremo bibliográfico. Tomadas individualmente, as abordagens *hermenêutica*, *marxismo* e *teoria democrática*

fariam parte do extremo bibliográfico. Aliás, tratam-se dos elementos que mais apresentam artigos de caráter especulativo, isto é, que tecem proposições sem apoio bibliográfico ou empírico. Os outros elementos são mais heterogêneos – mas dentro da fração de tendência empírica.

### 2.2.2. Tipo de estatística utilizada

Complementando o retrato, substituímos a variável *natureza das evidências* pelo *tipo de estatística utilizada*. Confere-se o gráfico de correspondência a seguir.

GRÁFICO 8 – DISTÂNCIAS (CORRESPONDÊNCIA) ENTRE PERIÓDICOS, ABORDAGENS, ÁREAS TEMÁTICAS E TIPO DE ESTATÍSTICA UTILIZADA



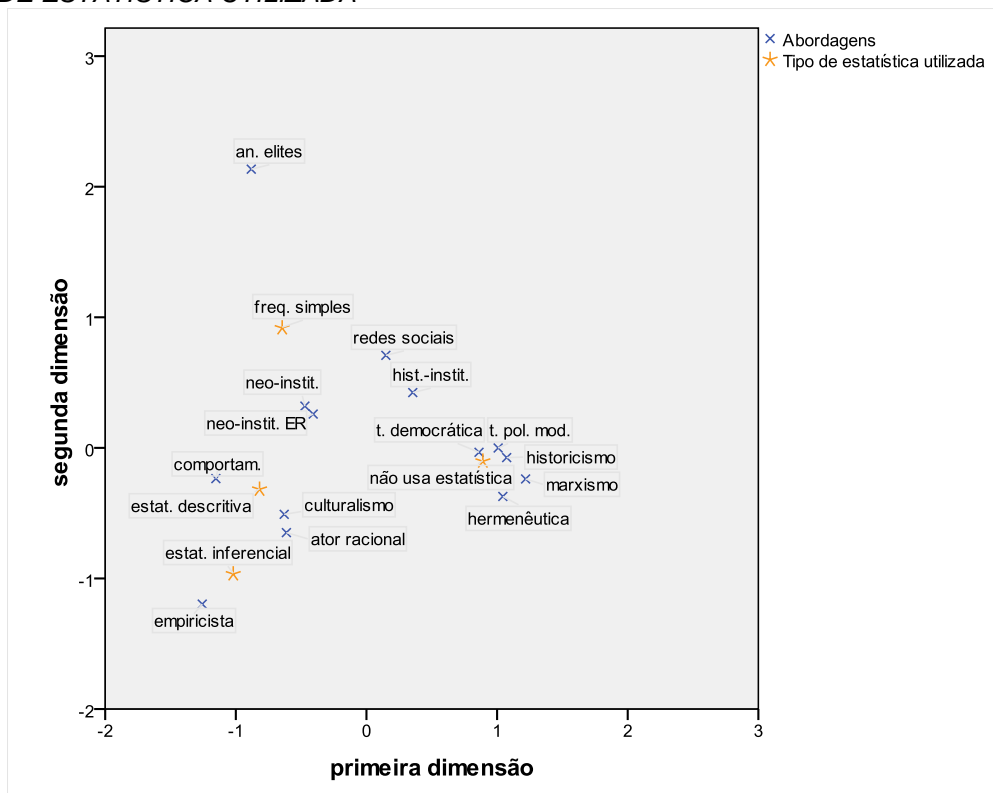
FONTE: O autor.

NOTAS:

1. Alfa de Cronbach de 0,856 com uma inércia de 0,698 para a primeira dimensão e de 0,761 com uma inércia de 0,582 para a segunda.

2. Significado das siglas: DIP = desempenho das instituições políticas e sua influência sobre a qualidade da democracia e dos processos de governo; ES-PG = Estado, sociedade e políticas de governo; CPD-PE = Comunicação política, democracia e processos eleitorais; TP-HI = Teoria política, análise de conceitos e história das idéias; VAP-P = Valores, atitudes, participação e política; RI = Relações internacionais.

GRÁFICO 9 – DISTÂNCIAS (CORRESPONDÊNCIA) ENTRE ABORDAGENS (MAIS FREQUENTES) E TIPO DE ESTATÍSTICA UTILIZADA



FONTE: O autor.

NOTA: Primeira dimensão com *singular value* de 0,732 e inércia de 0,535; segunda dimensão com *singular value* de 0,430 e inércia de 0,185.

No que se refere ao uso da estatística, encontramos algumas oposições semelhantes às que acabamos de identificar. A *hermenêutica*, a *teoria democrática* e o *marxismo* seguem uma orientação “soft” e tendem a não apresentar estatística alguma. Esta posição também é compartilhada por *Lua Nova*, pelas classes de abordagens *jurídica*, *idealistas* e *político-teóricas*, e pela área *teoria política*, *análise dos conceitos* e *história das idéias*. O que também ocorre com o *historicismo* – que, como vimos, privilegia as evidências empíricas de tipo qualitativo, constituindo, assim, a posição mais “soft” no interior das abordagens de orientação empírica. O *empiricismo*, o *culturalismo*, o *comportamentalismo* e as abordagens do *ator racional* são as abordagens que mais se aproximam do pólo “hard”<sup>37</sup>, aproximando-se do uso da estatística inferencial e da estatística descritiva. Completam o pólo “hard” o periódico *Opinião Pública* e a área *valores*, *atitudes*, *participação* e *política*. Os neoinstitucionalismos ficam entre frequência simples e a estatística descritiva, apresentando, contudo, certa atração pelo não-uso de estatística, acusando o uso de métodos qualitativos de

<sup>37</sup> Utilizamos a concepção dos termos hard e soft apresentada em Almond (1990, p. 13-28).

análise institucional<sup>38</sup>. Posição que é semelhante a *Dados* e de *Brazilian Political Science Review*<sup>39</sup>, a classe de abordagens *politológicas* e a área *desempenho das instituições*. A abordagem da *análise de elites* só apresenta frequência simples, enquanto *redes sociais* e o *histórico-institucionalismo*, mais heterogêneos, atraem-se mais pelo uso de frequência simples, estando o *histórico-institucionalismo* mais próximo do foco “soft”. Tal é também a situação da *Revista de Sociologia e Política* e a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ecléticas, mas atraídas pelo pólo “soft”.

### 2.3. Outra dimensão do campo de produção: o contínuo “politicista-societalista”

A situação de *Opinião Pública* – e de seus elementos correlatos – conduz-nos à segunda hipótese. Como vimos, trata-se do periódico mais empirista de todos. Apesar disso, nos testes de correspondência, é equidistante tanto em relação aos outros periódicos empiristas como aos teóricos. Por que *Opinião Pública* distanciar-se-ia de *Dados* e de *Bras. political sci. rev.*, que estão relativamente próximos de si no contínuo empírico-teórico? Ora, os testes de correspondência entre periódicos, abordagens e áreas temáticas (tópicos 2.1.2 e 2.1.3), sugeriram a existência de outra dimensão no campo de produção. Acreditamos que essa dimensão alternativa seja a responsável pelo distanciamento específico de *Opinião Pública*.

Achamos que essa segunda dimensão refere-se à relação específica que cada abordagem tem com o objeto da Ciência Política – e mesmo na relação que cada abordagem tem com a própria Ciência Política, tratando-se, pois, do próprio modo como a definem.

Para investigar essa hipótese, fizemos uma conjectura. Em primeiro lugar, percebemos, subjetivamente, uma forte oposição entre o marxismo e as abordagens “liberais” da Ciência Política norte-americana, como, por exemplo, o comportamentalismo, o pluralismo e o neoinstitucionalismo. Nela, percebemos haver uma oposição referente à própria *definição* do objeto da Ciência Política. O marxismo, de um lado, recusaria a aceitar a política institucional<sup>40</sup> como objeto – e, mesmo, a aceitar uma disciplina dedicada exclusivamente ao

<sup>38</sup> Poder-se-ia supor que os “neoinstitucionalismos” fossem mais “hard”, estando mais próximos da estatística inferencial. De fato, há muitos artigos “neoinstitucionalistas” que o fazem (especialmente da variante de escolha racional), mas eles costumam apresentar também evidências qualitativas, o que diminui o grau de correlação com os métodos quantitativos, em relação a abordagens mais quantitativas como o comportamentalismo.

<sup>39</sup> *Dados* menos do que *Brazilian Political Science Review*, por sua tradição de estudos de história das idéias, já mencionada.

<sup>40</sup> A política “oficial”; as instituições do Estado, do governo, dos partidos.

estudo de certa dimensão do “modo de produção” ou que a tome como autônoma (irredutível), dedicando a seu estudo métodos e teorias exclusivas. Os cientistas políticos norte-americanos do *mainstream*, ao contrário, entenderia que a política é um universo específico que exige o estudo científico especializado; e entenderia que a disciplina dedicada a esse propósito, a Ciência Política, precisa especializar-se e profissionalizar-se. Aos olhos dos marxistas, esta seria uma ciência comprometida com uma visão “burguesa” do mundo social, baseada na separação fundamental entre sociedade civil e política (Estado). Assim, a própria delimitação do objeto de estudo deixaria de fora o que realmente importa: as relações de força (dominação) entre as classes sociais<sup>41</sup>. Que, por sua vez, exige uma abordagem multidisciplinar – mais especificamente, o marxismo. Nesse sentido, abordagens próprias da Sociologia ou da Economia também podem tomar posição semelhante, entendendo que objetos e fatores sociais ou econômicos externos à política institucional podem importar mais, seja determinando esta, seja produzindo efeitos políticos mais abrangentes.

A partir dessa oposição, imaginamos três definições de “política”: *strictu sensu*, *strictu sensu* derivada e *latu sensu*. Essas definições distinguem-se em função do *objeto* ou do *foco de estudo* que atribuem à Ciência Política.

A definição *strictu sensu* trataria da política institucionalizada; do Estado, do governo, dos partidos. Seria a ciência dos processos de tomada de decisão, do “processo de produção de decisões socialmente generalizadas”, como diria Easton (1993, p. 291). A definição de política *latu sensu* (ou certas variações desta) opor-se-ia, e sua crítica, fundamentalmente, partiria da idéia de que a definição *strictu sensu* deixaria de fora o que realmente importa. O universo da política institucional (por vezes chamada de “oficial”) dependeria de “forças” externas de caráter agonístico que, além de influenciá-la ou mesmo controlá-la, comandariam um conjunto de outros fenômenos sociais, como a cultura, a economia e as relações sociais.

A definição que chamamos de *strictu sensu* derivada aceita a visão (“liberal”) da política presente na definição *strictu sensu*, mas desloca o foco de atenção à “sociedade civil”. Trata-se de fenômenos políticos que envolvem os agentes das imediações da política institucionalizada; agentes externos, mas que se referem diretamente à política. As atitudes políticas da “sociedade civil”; o comportamento político dos eleitores; as influências da mídia

---

<sup>41</sup> E, assim, essa “ciência política” estaria comprometida por princípio com o “modo de produção capitalista”.

sobre processos da política institucionalizada. São fatos que se envolvem numa relação com a política institucionalizada, influenciando seu desempenho.

A definição *latu sensu* entende que a política institucionalizada e os fenômenos diretamente relacionados a ela não definam o objeto da Ciência Política, *ou* que ela não seja seu foco. A política institucional compõe o objeto, mas este a transcende, abordando fenômenos políticos mais amplos. Imaginamos três variações dessa versão: 1) aquela que entende a Ciência Política como a ciência do “sistema político” (a economia, a sociedade e as instituições de governo); 2) como a ciência dos fenômenos políticos ou das relações de força e do poder; 3) como a ciência da linguagem, das idéias e/ou da cultura<sup>42</sup> políticas. Radicalizada, a visão *latu sensu* poderia, mesmo, suprimir a própria necessidade de uma disciplina especializada. A definição *strictu sensu* opor-se-ia, e sua crítica, fundamentalmente, partiria da idéia de que a definição *latu sensu* ignora ou subestima a especificidade do universo da política, isto é, a existência de fatores próprios aos elementos da política<sup>43</sup>, que comandam seu funcionamento<sup>44</sup>.

A definição *strictu sensu* seria o núcleo do *politicismo*. A *latu sensu*, por sua vez, do *societalismo*. Provindo daí o contínuo *politicismo-societalismo*.

Aplicando esse esquema à pesquisa, enquadrámos cada um dos 364 artigos analisados em uma dessas categorias e, a partir daí, fizemos testes estatísticos para identificar a relação entre periódicos, abordagens e áreas temáticas, de um lado, e o posicionamento quanto ao objeto da Ciência Política, de outro.

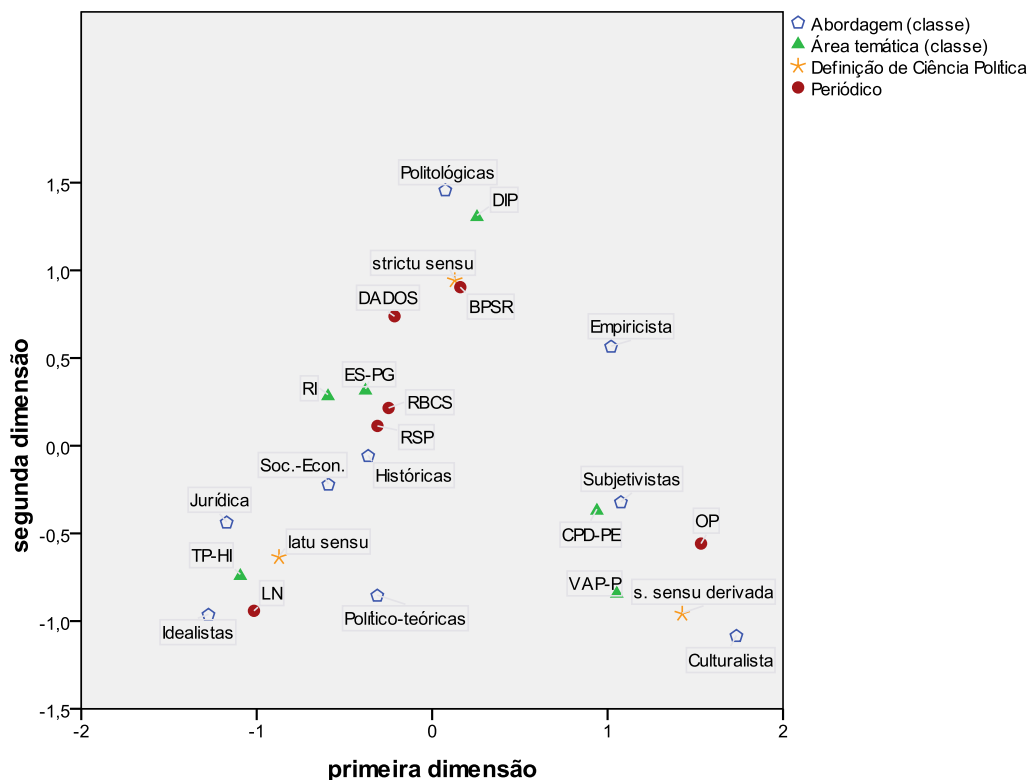
---

<sup>42</sup> Neste caso, trata-se de uma definição gnosiológica de “cultura”, tipicamente antropológica e hermenêutica, diferente da definição subjetivista (das *atitudes políticas*) típica das abordagens atitudinais, como o *behaviorism* ou o culturalismo baseado em Almond e Verba.

<sup>43</sup> Como os arranjos institucionais ou a formação de grupos ou redes sociais específicas, que influenciam o funcionamento da política e produzem efeitos sociais mais ou menos generalizados.

<sup>44</sup> Forjaz referiu-se a essa visão do objeto da Ciência Política por “autonomia do político” (FORJAZ, 1979; 1997).

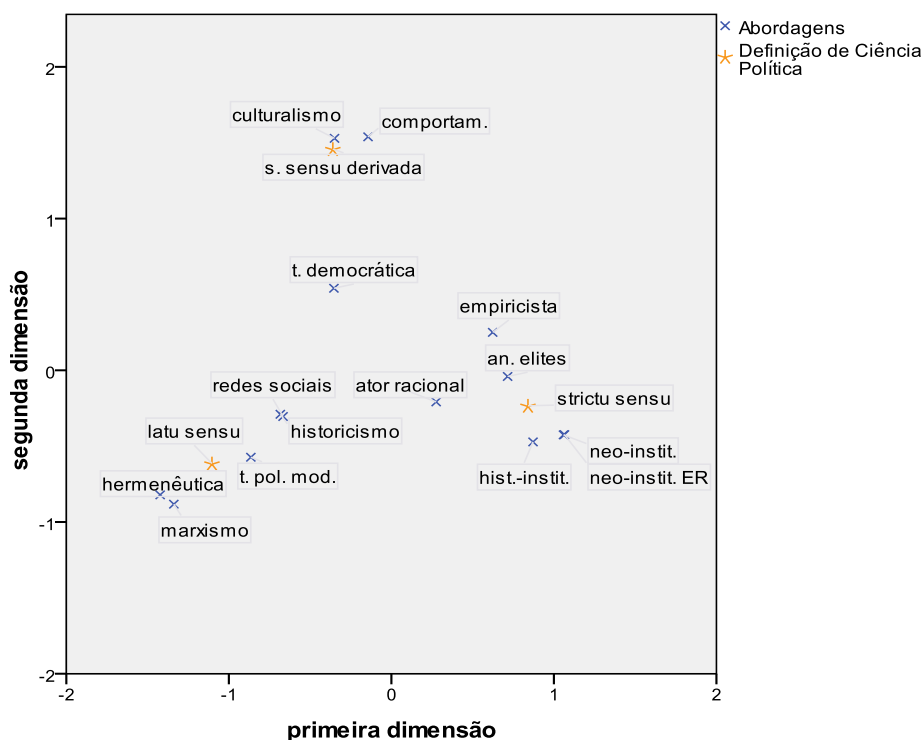
GRÁFICO 10 – DISTÂNCIAS (CORRESPONDÊNCIA) ENTRE CLASSES DE ABORDAGENS, ÁREAS TEMÁTICAS, PERIÓDICOS E *DEFINIÇÕES DE POLÍTICA*



FONTE: O autor.

NOTA: Primeira dimensão com alfa de Cronbach de 0,828 e inércia de 0,659; segunda dimensão com alfa de Cronbach de 0,817 e inércia de 0,646.

GRÁFICO 11 – DISTÂNCIAS (CORRESPONDÊNCIA) ENTRE ABORDAGENS E DEFINIÇÕES DE POLÍTICA



FONTE: O autor.

NOTA: Primeira dimensão com *singular value* de 0,741 e inércia de 0,549; segunda dimensão com *singular value* de 0,586 e inércia de 0,343.

Gostaríamos de saber com mais precisão o peso de cada *definição* na produção veiculada por cada periódico. Para isso, apresenta-se, a seguir, uma tabela com as proporções das definições de “político” nos periódicos.

TABELA 11 – PROPORÇÕES DAS DEFINIÇÕES DE POLÍTICA NOS PERIÓDICOS<sup>45</sup>

Periódicos	“Definição de Ciência Política”		
	<i>Strictu sensu</i>	<i>Latu sensu</i>	<i>Strictu sensu derivada</i>
Dados	,642	,358	,000
Rev. bras. Ci. Soc.	,524	,357	,119
Rev. Sociol. Polit.	,477	,364	,159
Bras. political sci. rev.	,571	,333	,095
Opin. Publica	,347	,056	,597
Lua Nova	,133	,817	,050
Massa	,442	,374	,184

FONTE: O autor.

NOTA: *sig.* de 0,000.

<sup>45</sup> “Perfil das colunas”, no teste de correspondência.

Acreditamos ter identificado a segunda dimensão. Os periódicos, as abordagens e as áreas temáticas posicionam-se diferentemente em função da relação que possuem com o objeto da Ciência Política. Assim, *Opinião Pública* distingue-se de *Dados* e de *Bras. political sci. rev.* por estar, em larga medida, associada a uma visão do objeto da Ciência Política que *privilegia* o universo de fenômenos e de atores que *circunda* a política institucionalizada, estando relacionados diretamente a ela. O principal elemento desse objeto é a “sociedade civil” e os *indivíduos* que estão fora da política. Analogamente, é por isso que o *culturalismo* e o *comportamentalismo* distam do *empiricismo*, da *análise de elites* e dos neoinstitucionalismos: enquanto estes estão mais próximos de uma definição *strictu sensu* de política, aqueles se aproximam de uma variação desta, que *foca* a “sociedade civil”. E o mesmo para as áreas temáticas correspondentes. *Brazilian Political Science Review*, por sua vez, é o periódico mais associado aos artigos cujo objeto é a política institucionalizada (a política *strictu sensu*), seguido por *Dados*. A *Revista Brasileira de Ciências Sociais* está relativamente próxima da política institucionalizada e a *Revista de Sociologia e Política* já demonstra uma atração maior pelo objeto da política *latu sensu*, que, por sua vez, aproxima-se mais de *Lua Nova*; sendo a definição *latu sensu*, como esperado, o terreno por excelência do marxismo e da hermenêutica que, posicionando-se à esquerda da categoria *latu sensu* indicam forte atração, o que não poderia ser diferente, já que *todos* os artigos que manifestam tais abordagens trabalham com uma definição *latu* de “político”.

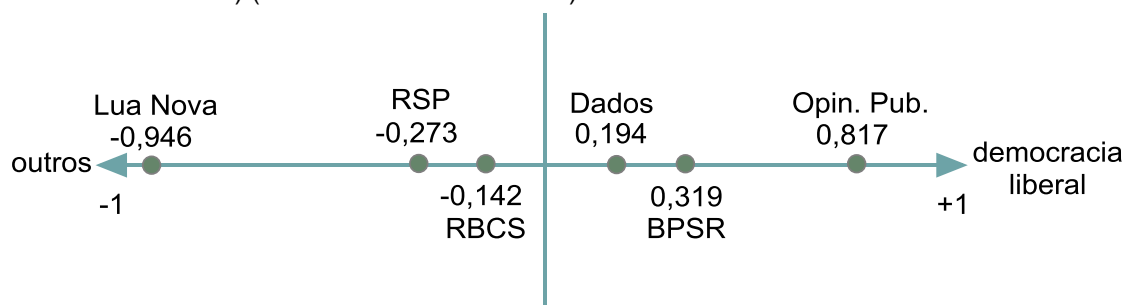
### 2.3.1. A relação dos periódicos com a democracia

Mencionamos anteriormente a possibilidade de fatores não propriamente acadêmicos poderem influenciar os fatores de organização da produção acadêmica da Ciência Política. É possível que essas influências incidam especialmente sobre a definição e o tratamento do objeto. Tomemos como exemplo o caso do *behaviorism*, na Ciência Política norte-americana. Essencialmente, os comportamentalistas compartilham da definição de “político” das abordagens *politicistas*: “político” é a política institucional. Eles deslocam seu foco para o voto, mas seu objeto mantém-se dentro das fronteiras das instituições democráticas. Por que, então, insistem na “sociedade civil”, evitando até mesmo tomar o “governo” e seus elementos (os políticos, por exemplo), como o *foco* de estudo? E porque tomam o processo decisório e o funcionamento das instituições estatais como um reflexo das “preferências” dos eleitores? A nosso ver, porque são cientistas políticos *liberais*; porque estão *comprometidos* com a democracia norte-americana.

Essas observações abrem outra frente de investigação, apontando para a complexa dinâmica dos campos em que se envolve a Ciência Política. Não pretendemos esgotá-la, evidentemente, mas nossa pesquisa fornece-nos certas referências. Assim, uma característica interessante da produção acadêmica é sua relação, ou mesmo seu ‘vínculo’, com a democracia liberal. Buscou-se identificar essa relação por meio de dois indicadores: (1) se algum elemento da democracia liberal compõe o objeto de estudo (*dimensão descritiva*) e (2) se o artigo em questão demonstra alguma preocupação com a democracia (seu desempenho; sua qualidade) (*dimensão normativa*). Trata-se, a nosso ver, de indicadores relevantes para os estudos a respeito da relação ou do comprometimento entre a Ciência Política e a política.

Testamos a relação entre os periódicos e a tomada da democracia liberal, ou de algum de seus elementos, como objeto de estudo. Os resultados do teste “Q”, de Yule, que mede o grau de correlação entre as variáveis, podem ser conferidos a seguir.

GRÁFICO 12 – CORRELAÇÃO ENTRE PERIÓDICOS E A DEMOCRACIA LIBERAL (COMO OBJETO DE ESTUDO) (DIMENSÃO DESCRITIVA)



FONTE: O autor.

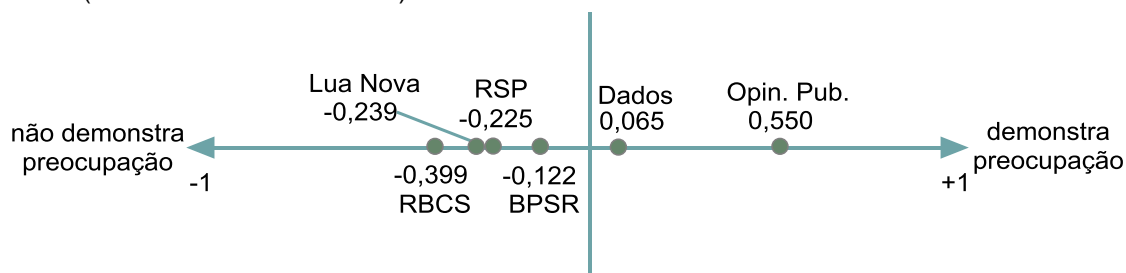
NOTA: Valores correspondentes ao teste “Q”, de Yule, medindo a correlação entre os periódicos e a tomada de algum elemento da democracia liberal como objeto de estudo.

Existe correlação significativa para a *Rev. Sociol. Polit.*, *Bras. political sci. rev.*, *Opinião Pública* e *Lua Nova*. Do lado da correlação *negativa* (tendência em apresentar artigos cujo objeto de estudo não tem a ver com a democracia liberal), *Lua Nova* apresenta um grau de correlação extraordinariamente alto. A democracia literalmente *não faz* parte de seu leque de objetos de estudo. A *Rev. Sociol. Polit.* mostra uma *fraca* tendência a *não* apresentar artigos que tomam a democracia liberal como objeto de estudo, e a *Rev. bras. Ci. Soc.*, uma tendência *muito fraca*. Como na maior parte dos testes, esses periódicos tendem a ocupar uma posição intermediária, entre os extremos. Do lado da correlação *positiva*, *Dados* mostra uma *fraca* tendência em apresentar artigos que tratam de algum elemento da democracia liberal. *Brazilian Political Science Review* mostra uma tendência mais forte, mas ainda considerada “fraca”. Já *Opinião Pública* é o contraponto de *Lua Nova*, apresentando, também, um grau de

correlação muito forte, só que positivo. A democracia liberal é, literalmente, o foco de suas atividades de pesquisa.

Também buscamos considerar se os artigos mostram ou não uma *clara preocupação* com a democracia liberal ou com seus valores, com sua qualidade, seu desempenho. Cruzamos essa informação com os periódicos. Os resultados são apresentados a seguir.

GRÁFICO 13 – CORRELAÇÃO ENTRE PERIÓDICOS E PREOCUPAÇÃO COM A DEMOCRACIA LIBERAL (DIMENSÃO NORMATIVA)



FONTE: O autor.

NOTA: Valores correspondentes ao teste “Q”, de Yule, medindo a correlação entre os periódicos e a tomada de algum elemento da democracia liberal como objeto de estudo.

O único periódico que apresenta uma tendência significativa (“média”) a se preocupar com a democracia é *Opinião Pública. Brazilian Political Science Review*, apesar de tender a apresentar estudos a respeito da democracia liberal, não mostrou veicular artigos com claras preocupações normativas com a democracia. Entendemos que isso ocorre pela orientação ‘empirista’ desse periódico, não apresentando uma preocupação específica com a democracia, ainda que tenda a tomá-la como objeto. Pode-se dizer o mesmo, mas em menor grau, a respeito de *Dados*. Também é interessante a situação de *Lua Nova*: ela não apresenta uma correlação negativa com a força que mostrou no que se refere a tomar a democracia como objeto de estudo. Isso significa que há bem mais preocupação com a democracia do que estudos que a tomam como objeto (ainda que, talvez, seus artigos tendam a defender versões de teor mais alternativo e menos “liberais” de democracia). A correlação negativa, embora existente, é fraca. Na verdade, a *Rev. bras. Ci. Soc.* parece veicular menos artigos que se preocupam com a democracia do que *Lua Nova*. Além disso, não há um único periódico que apresentou uma forte correlação negativa. O que indica que a preocupação com a democracia é um fenômeno mais ou menos generalizado, embora apenas no caso de *Opinião Pública* predomine a ponto de apresentar uma correlação estatística significativa (neste caso, “média” a “forte”). Considerando as associações vistas até aqui, pode-se especular se tais preocupações político-normativas não se relacionam de alguma forma com a adesão a uma

visão *strictu* ou *latu sensu* de “político”: o positivismo e o liberalismo, de um lado, e orientações mais humanísticas e “de esquerda”, de outro. Trata-se de um tópico a ser mais investigado, inclusive historicamente.

TABELA 12 – CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

	<b>Classes abd. predom.</b>	<b>Natureza objeto</b>	<b>Natureza evidências</b>	<b>Método</b>	<b>Objeto</b>	<b>Classificação geral</b>
Dados	politológicas	empírico(+) e simbólico(-)	empíricas	quantitativo(+) e qualitativo(-)	<i>strictu sensu</i>	politicista (na abordagem e no objeto), empirista de orientação quantitativa (predominante) e qualitativa
RBCS	politológicas e históricas	simbólico(+) e empírico(-)	ambas	qualitativo(+) e quantitativo(-)	<i>strictu sensu</i>	eclético de proeminência politicista (na abordagem e no objeto)
RSP	Sociológicas e/ou econômicas e politológicas	ambos	ambas	qualitativo(+) e quantitativo(-)	<i>strictu sensu</i> (+) e <i>latu sensu</i> (-)	eclético de proeminência societalista (na abordagem)
BPSR	politológicas e empiricistas	empírico(+) e simbólico (-)	empíricas (+) e bibliográficas (-)	quantitativo(+) e qualitativo (-)	<i>strictu sensu</i>	politicista (na abordagem e no objeto), empirista de orientação eclética, com proeminência quantitativa
OP	culturalista	empírico	empíricas	quantitativo	<i>strictu sensu</i> derivada	culturalista e comportamentalista de orientação “hard”
LN	teoria política e idealistas	simbólico	bibliográficas	teórico-bibliográfico	<i>latu sensu</i>	teórico-bibliográfico, de orientação “soft” e adepto de definição <i>latu sensu</i>

FONTE: O autor.

NOTA: Os sinais de mais e menos indicam qual dos elementos é predominante.

## 2.4. Hierarquia da produção acadêmica

### 2.4.1. Uma forma de determiná-la

Agora que caracterizamos a fração superior da produção da Ciência Política brasileira contemporânea, resta estabelecer a sua hierarquia. Faremos isso da seguinte forma. Partimos do postulado da transferência de capital (BOURDIEU, 1984, p. 125-168) entre os produtos culturais e seus veículos de difusão. Neste caso, os produtos são os artigos e todos os elementos simbólicos que os compõem; os veículos são os periódicos. Supõe-se que os veículos “transferem” o capital socialmente reconhecido que “possuem” aos artigos, e que tal transferência é o principal responsável pelo valor socialmente atribuído aos artigos e, conseqüentemente, ao trabalho intelectual dos autores. Isto é, a hierarquia dos artigos (e de seus elementos simbólicos) depende da hierarquia dos periódicos. Por sua vez, para manterem sua posição, os periódicos precisam veicular artigos dotados dos atributos acadêmico-intelectuais que a comunidade acadêmica espera que aquele periódico veicule (ou de valor maior, caso se trate de uma situação de ascensão, na qual é preciso atualizar a expectativa

daquela comunidade de modo a cristalizar a nova posição, a partir do seu reconhecimento social).

Portanto, se soubermos a hierarquia dos periódicos, podemos deduzir a hierarquia dos artigos e, conseqüentemente, dos elementos simbólicos associados que os constituem. Mas como aquela hierarquia é em larga medida implícita, é necessário reconstruí-la teoricamente. Com essa “hierarquia” em mãos, derivamos as “hierarquias” dos elementos e características simbólicas (abordagens, áreas temáticas, métodos...) que quisermos identificar. Mas como fazemos isso?

Em primeiro lugar, construímos um *valor de referência* de cada periódico – um coeficiente, que chamamos de *coeficiente de valor do periódico* (“C<sub>p</sub>”). Esse coeficiente representa a *quantidade de capital* que o periódico transfere aos artigos que veicula. Postulamos que ele deriva do Qualis dos Periódicos (da Capes) e do fator de impacto de dois e três anos do periódico. Os níveis do Qualis (“Q”) são representados por uma escala de um a oito, em que o nível A1 vale 8, A2 vale 7, B1 vale 6, B2 vale 5, B3 vale 4, B4 vale 3, B5 vale 2 e C vale 1. Assim, multiplicando o nível nessa escala pela média do fator de impacto de dois e três anos nos últimos cinco anos (“M<sub>f</sub>”), temos o valor do coeficiente de valor do periódico.

Então, para calcular a posição de um elemento ou característica determinada – digamos, uma abordagem –, num periódico específico, multiplicamos “C<sub>p</sub>” pela proporção que esse elemento ou característica ocupa (um valor decimal) em cada periódico (“n<sub>e</sub>”). Com isso, temos a *posição específica* (“P<sub>e</sub>”) dessa característica. Para termos a *posição na hierarquia cultural geral* (“P<sub>hc</sub>”), somamos os resultados dos “P<sub>e</sub>” da característica em questão, de todos os periódicos. Em linguagem formal:

$$P_{hc} = \sum P_e ; \text{ em que } [P_e = C_p \cdot n_e] \text{ e } [C_p = Q \cdot M_f].$$

#### 2.4.2. Resultados

Confere-se, a seguir, o coeficiente de valor de cada periódico – a hierarquia dos periódicos.

TABELA 13 – COEFICIENTE DE VALOR DOS PERIÓDICOS

	Periódicos					
	Dados	RBCS	RSP	BPSR	OP	LN <sup>1</sup>
Qualis	A1	A2	B1	-	A2	B1
Nível na escala	8	7	6	-	7	6

$M_f$	0,260	0,225	0,094	-	0,112	0,161
$C_q$	<b>2,08</b>	<b>1,575</b>	<b>0,564</b>	-	<b>0,784</b>	<b>0,966</b>

FONTE: O autor.

NOTA: 1. Fator de impacto de *Lua Nova* calculado em função dos anos de 2004 a 2007; não há dados disponíveis para 2003.

Agora que temos o coeficiente em mãos, podemos calcular a posição das abordagens e áreas temáticas em cada periódico, para então reconstruir a hierarquia das abordagens. Nossas referências são as tabelas 1, 2 e 3, que mostram a proporção de cada elemento em cada periódico. Extraímos dessa tabela os percentuais para efetuar o cálculo do “ $P_e$ ” de cada abordagem. Bastaria repetir o procedimento para qualquer outro elemento no qual tivermos interesse em verificar a hierarquia. Após realizar o cálculo, chegamos aos seguintes resultados.

TABELA 14 – VALORES DE  $P_{hc}$  PARA AS ABORDAGENS MAIS FREQUENTES

Posição	Abordagem	$P_{hc}$	Classe de abordagem	$P_{hc}$	Área temática	$P_{hc}$
1	neo-instit. ER	0,701	politológicas	1,468	TP-HI	1,593
2	neo-instit.	0,668	soc.-econ.	1,156	DIP	1,548
3	Historicismo	0,474	históricas	0,693	VAP-P	1,102
4	Culturalismo	0,382	culturalista	0,615	ES-PG	1,100
5	Marxismo	0,343	político-teóricas	0,571	RI	0,098
6	t. democrática	0,336	subjetivistas	0,454	CPD-PE	0,086
7	Hermenêutica	0,283	empiricista	0,281		
8	Empirismo	0,248	idealistas	0,178		
9	redes sociais	0,244				
10	hist.-instit.	0,212				
11	comportam.	0,154				
13	análise de elites	0,128				
13	t. pol. Mod.	0,128				
15	ator racional	0,122				
16	Jurídica	0,092				
17	hist. conceitos	0,076				
18	Sistêmica	0,063				
19	an. conteúdo	0,048				
19	pós-moderna	0,048				
21	Sociologismo	0,043				

FONTE: O autor.

Os “neoinstitucionalismos” são, atualmente, as abordagens mais importantes do campo. A principal razão disso é o fato de predominarem nos dois periódicos mais importantes da área, *Dados* e *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, em especial, o fato de representarem quase metade da produção de *Dados*. A posição da abordagem institucionalista fica ainda mais clara quando consideramos o periódico *Brazilian Political Science Review*. Trata-se de um periódico que objetiva inserir-se no campo acadêmico internacional da Ciência Política, em especial, da americana (BRAZILIAN POLITICAL SCIENCE REVIEW, 2007); e, no processo, seguir também sua pauta. É lógico, assim, que

siga uma orientação editorial que privilegie os métodos e objetos mais valorizados no campo internacional – entre os quais está o “neoinstitucionalismo”<sup>46</sup>. Trata-se da abordagem mais valorizada domesticamente; o fato de também ser valorizada na Ciência Política americana é um estímulo decisivo para que seja abraçada por um periódico com as pretensões de *Brasílian Political Science Review*. Assim, a predominância da abordagem institucionalista, nesse periódico, é um indício qualitativamente significativo de sua hegemonia na Ciência Política brasileira contemporânea.

Ressalta-se também a presença proeminente do marxismo e da hermenêutica, especialmente quando lembramos que se trata da hierarquia da *fração superior*, derivada dos periódicos mais importantes. A hermenêutica é uma abordagem importante em *Dados*, em que são freqüentes os artigos sobre história dos conceitos e que apresentam análises do conteúdo intrínseco de idéias e de pensamentos. O marxismo é forte na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, e aparece freqüentemente em todos os periódicos, exceto em *Opinião Pública*. Esses resultados contrariam as visões que descrevem uma Ciência Política dominada por abordagens empiristas e associadas à política *strictu sensu* e que imaginam estar as abordagens “soft” (das quais fazem parte o marxismo e a hermenêutica) relegadas ao ostracismo. É verdade que as abordagens mais importantes do campo são *strictu sensu*, predominantemente empiristas e, mesmo, “hard”, mas as abordagens “soft” e mais *latu sensu* também detêm um grau de influência inegável, manifestado pela presença significativa dessas abordagens nos periódicos mais importantes.

*Teoria política* e o estudo das *instituições políticas* são as áreas mais importantes da Ciência Política brasileira contemporânea. A predominância da área de *teoria política, análise de conceitos e história das idéias* é um indício indireto da força das abordagens “soft”, ligadas a ela. Os neoinstitucionalismos respondem praticamente sozinhos pela importância da área que foca as instituições políticas. Objetos de estudo de caráter simbólico, próprios das abordagens vinculadas à área de *teoria política*, distribuem-se mais uniformemente pelos periódicos (exceto *Opinião Pública*), e são fortes também em *Dados* e na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. A área *valores, atitudes, participação e política* e a área *Estado, sociedade e políticas de governo* são intermediárias; a primeira refere-se fortemente a *Opinião Pública*, ao empirista e ao culturalista, e a segunda à *Revista Brasileira de Ciências*

---

<sup>46</sup> O artigo de Tobin Grant (2004) apresenta um retrato empiricamente fundamentado da Ciência Política norte-americana, em que há evidências disso. Cf. também Jensen (1969), Finifter (1983) e Feres Jr. (2000).

*Sociais*, à *Revista de Sociologia e Política* e às abordagens *sociológicas e/ou econômicas e históricas*. As áreas de *relações internacionais e comunicação política* aparecem como periféricas<sup>47</sup>.

### 3. CONCLUSÕES

Identificamos alguns dos principais elementos da fração superior da produção acadêmica da Ciência Política brasileira contemporânea, a partir dos periódicos, das abordagens e das áreas temáticas. Além disso, encontramos fortes indícios de que a estrutura da produção acadêmica da Ciência Política brasileira contemporânea dependa, pelo menos, de duas dimensões: o contínuo *empírico-teórico* e o contínuo *politicismo-societalismo*, referentes a aspectos metodológicos e à definição do objeto ou do foco de estudo. Assim, atualmente, as posições mais próximas do eixo empírico-politicista beneficiam-se sobre aquelas mais próximas do eixo teórico-societalista – mas não diríamos que aquelas são “dominantes” (no sentido de Bourdieu) ou “hegemônicas” (no sentido de Gramsci), visto que posições teóricas e societalistas também são proeminentes nos principais periódicos. Quanto às possíveis causas dessas circunstâncias, achamos que duas ordens de fatores podem influenciar os princípios de divisão e de valorização do campo: do lado acadêmico, as relações históricas da Ciência Política com outras disciplinas acadêmicas próximas, como a Sociologia, a Filosofia e o Direito, num processo de autonomização institucional e cultural, marcadas pelo estado inicial de confusão com as “ciências sociais” e com o campo intelectual geral; do lado extra-acadêmico, as possíveis influências do campo político propriamente dito. São algumas das novas frentes de pesquisa que se abrem, no sentido de ampliar o conhecimento a respeito das Ciências Sociais brasileiras.

---

<sup>47</sup> No primeiro caso, ocorre que vários trabalhos de Relações Internacionais entraram em outras categorias (*i.e.*: trataram da relação entre países, mas dentro de uma das áreas típicas de Ciência Política, como a análise institucional ou a relação entre Estado e sociedade); no segundo caso, é uma questão de definição: trata-se de trabalhos que trataram da relação entre comunicação política (mídia, por ex.) e a democracia e/ou os processos eleitorais, ou seja, o foco está sobre a mídia e sua relação com a política. Assim, há muitos estudos sobre as eleições, mas a maioria deles trata das atitudes e da cultura política dos indivíduos, entrando, portanto, na área dedicada à cultura e às atitudes políticas.

## II

## ELEMENTOS PARA UMA EXPLICAÇÃO HISTÓRICA DA SITUAÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA

O capítulo é um estudo preliminar, exploratório, da história da Ciência Política brasileira. Estabelecemos alicerces teóricos para uma interpretação que almeje identificar as razões por trás da forma da produção acadêmica identificada no capítulo anterior, baseada na divisão dos elementos daquela em função do contínuo *empírico-teórico* e do contínuo *politicista-societalista*. Além disso, elaboramos uma hipótese de pesquisa, construída à luz daqueles alicerces, a fim de fornecer uma *direção* para a elaboração de uma explicação histórica. Com essa hipótese em mãos e utilizando algumas evidências bibliográficas, antecipamos uma interpretação provisória. O capítulo organiza-se da seguinte forma. Em primeiro lugar, apoiamos-nos num trabalho de Jean Leca para elaborar os ‘princípios teóricos’ utilizados para abordar a Ciência Política brasileira (tópico I.1). A partir desses ‘princípios’, apoiamos-nos em certas referências bibliográficas sobre a história da ciência política no mundo para construir um esquema de análise da produção acadêmica (I.2), composto por várias *hipóteses de trabalho*. Esse “esquema” reúne os fatores (que acreditamos ser) determinantes e descreve, de forma geral, a maneira com que se encadeiam. Então, norteados por esses referenciais, construímos uma *hipótese de pesquisa* (II) e desenvolvemos a interpretação histórica, em que buscamos elementos empíricos e bibliográficos para apoiar essa hipótese (III).

### 1. REFERENCIAIS TEÓRICOS

#### 1.1. Princípios

Jean Leca (1982) fornece-nos um referencial teórico geral, a ‘lente’ que utilizamos para interpretar a massa de informação a respeito da Ciência Política, para determinar quais fatos são relevantes e para reconstruir os fatores determinantes. Em seu trabalho, Leca aplica um esquema teórico de inspiração bourdieusiana, no intuito de descobrir a dinâmica social que rege a *produção acadêmica*<sup>48</sup> da ciência política francesa e que determina sua situação no “campo de produção cultural”<sup>49</sup>. Assim, seu artigo estrutura-se sobre três pilares: 1) a aplicação do conceito de “mercado”<sup>50</sup> para analisar a situação da ciência política francesa; 2) a descrição de elementos de sua história, considerados importantes para esclarecer sua situação no “campo intelectual” francês; 3) uma breve análise de sua situação, feita a partir de considerações sobre sua dinâmica interna e externa.

É essa idéia de “dinâmica interna e externa” que nos é fundamental. *Grosso modo*, analisar a *dinâmica interna* consiste em analisar o arranjo institucional sobre o qual o campo

---

<sup>48</sup> Produção acadêmica é um tipo específico de produção simbólica, de produção de cultura (no sentido de um sistema simbólico), própria dos campos e disciplinas acadêmicos, que se transmite, geralmente, por meio de livros e periódicos. Para mais informações, v. Bourdieu (1996, p. 168-198; 2004b).

<sup>49</sup> O termo “campo de produção cultural” refere-se ao conjunto de campos, numa determinada sociedade, que se orientam para a produção de bens propriamente simbólicos, sendo regidos por uma lógica não-econômica (em relação ao campo econômico) (*ibidem; idem*).

<sup>50</sup> Um sistema de relações, de trocas (de bens simbólicos e/ou materiais) e de competição entre agentes, determinando posições e valores em jogo, que condicionam a prática desses agentes. Entendemos o termo como um sinônimo de “campo”.

se sustenta, a estrutura de agentes que o povoam e o conteúdo dos bens simbólicos (valores; constructos sociais) correntes. Analisar a *dinâmica externa*, por sua vez, consiste na análise das *relações*, que podem ser de *dependência (heteronomia)* ou de *independência (autonomia)*, com *outros* campos. Dá-se atenção àqueles campos que, acredita-se, relacionam-se com o campo em questão (*e.g.*, o da Ciência Política), potencialmente influenciando-o. O terceiro passo consiste em articular a dinâmica interna com a externa, no intuito de reproduzir teoricamente os movimentos sociais que ocorrem no interior dessas divisões sociais. Supõe-se que o que ocorre “dentro” depende do que ocorre “fora”, em função do *grau de autonomia* (ou *heteronomia*) do campo em questão.

Assim, Leca defende que uma análise adequada da ciência política<sup>51</sup> francesa precisaria considerar as relações entre esta (seu “mercado” e sua “produção cultural”) e (1) o campo da ciência política internacional; (2) o “sistema nacional de pesquisa” do qual depende (por meio de vínculos e constrangimentos institucionais); (3) os “bens culturais gerais”, especialmente o “campo intelectual”; (4) o campo político propriamente dito.

O raciocínio por trás da proposta de Leca pode ser aplicado ao caso brasileiro. Pensa ele existir um “mercado” de ciência política, que este possui uma lógica (“economia”) específica, e que esta, por sua vez, está ligada a outros mercados que a influenciam, podendo, no limite, *depende* deles. Acreditamos que isso também ocorra no caso da ciência política brasileira, variando os campos com os quais ela se relaciona (ou se relacionou) e, possivelmente, a forma que essas relações tomam (ou tomaram) ao decorrer do tempo. A configuração tomada por esses fatores, evidentemente, varia historicamente.

Uma tarefa dessa magnitude supera as possibilidades de uma dissertação de mestrado. Utilizamos a proposta de Leca para *orientar* este estudo, para construir hipóteses de alcance mais limitado. Buscamos pensar nos campos com os quais se relacionou a Ciência Política

---

<sup>51</sup> Quando usamos o termo *Ciência Política*, em caixa alta, referimo-nos à disciplina institucionalizada com este nome. Quando aplicamos o termo *ciência política*, em caixa baixa, referimo-nos ao estudo acadêmico do “político”, que pode abarcar várias disciplinas. Assim, o primeiro refere-se ao que existe e ocorre dentro de fronteiras institucionais explícitas de “Ciência Política”, e o segundo a uma prática generalizada que possui algo (o estudo do “político”) em comum. Utilizamos também as expressões *pensamento político* e *reflexão política* para indicar uma prática generalizada de abordagem erudita do “político”, mas *não acadêmica*. O mesmo vale para qualquer outra disciplina (*Sociologia* para a disciplina institucionalizada, *sociologia* para a prática acadêmica dedicada ao estudo da “sociedade” ou dos fenômenos sociais e *pensamento social* para a abordagem erudita generalizada e não acadêmica destes). Quando aplicamos aspas em nomes de disciplinas, ressaltamos o sentido de “o que se chama de”. Dadas essas diferenciações, um campo de ciência política nem sempre corresponde ao campo de Ciência Política, pois este se limita aos produtos vinculados ao arranjo institucional acadêmico que leva esse nome.

brasileira, em suas circunstâncias específicas, e que contribuíram de alguma forma para determinar o que ela é hoje. Assim, prestamos atenção (1) às relações entre frações estratégicas da ciência política, à luz das influências de outras disciplinas acadêmicas, e (2) às influências propriamente políticas, manifestadas por aquelas frações em seus posicionamentos intelectuais e acadêmicos.

Ao analisar essas relações e influências, pensamos em termos de relações de *autonomia* e *heteronomia* entre a Ciência Política e outros campos sociais. Ou seja, reconstruímos a história da ciência política brasileira nos termos de um *processo de autonomização social*, que supõe, em paralelo, um *processo de institucionalização*.

Uma palavra quanto à definição dessas concepções. *Institucionalização* é o processo de estabelecimento de regularidades sociais, isto é, procedimentos tácitos ou explícitos (codificados) que orientam a ação dos indivíduos, tais como regras, normas e valores sociais. Numa linguagem mais técnica, princípios de visão e de divisão (BOURDIEU, 2003a, p. 229-231). As organizações (corpos hierarquizados de funcionários especializados) são formas burocratizadas de instituições. *Autonomização* é o processo de institucionalização, adicionado de dois elementos: 1) instituições que obedecem a uma lógica específica e 2) que ‘refratam’, ‘reprocessam’, constrangimentos, influências ou estímulos de campos externos. Ou seja, compõe-se pelos elementos típicos do processo de institucionalização – com a adição das características de especificidade e irreduzibilidade. Autonomização não é uma etapa, é um *processo*. Não se confunde com um *estado* determinado de autonomia, com “ser autônomo”.

No que se refere à relação entre autonomização, institucionalização e profissionalização: institucionalização e profissionalização são fenômenos necessários para que o campo da Ciência Política seja relativamente autônomo em relação a outros campos, em especial o campo político<sup>52</sup>, aos outros campos acadêmicos e ao campo intelectual. Em princípio, não estabelecemos qualquer relação causal entre institucionalização e profissionalização, mas supomos (1) que a ciência política não pode profissionalizar-se sem institucionalizar-se em determinado grau e (2) que a profissionalização contribui para (aprofundar) a institucionalização da disciplina. Ambos são necessários para aprofundar o processo de autonomização da Ciência Política, ou melhor, para aumentar sua autonomia em

---

<sup>52</sup> Farr (1988) apresenta fortes indícios da relação entre maior profissionalização acadêmica e menor influência política na Ciência Política.

relação a outros campos. No que se refere à relação teórica entre autonomização e institucionalização, é preciso sublinhar: um campo pode institucionalizar-se sem, contudo, tornar-se “autônomo”. A institucionalização de um campo é uma condição necessária para a autonomia (relativa) de um campo, mas não é por si só garantia disso: um campo pode autonomizar-se institucionalmente, mas manter-se culturalmente dependente de campos externos. Ademais, é impreciso dizer que um campo qualquer é “autônomo”: um campo qualquer é, sempre, *relativamente* autônomo. Isso significa que o campo que julgamos ser “autônomo” é irredutível aos valores e ao funcionamento de determinados campos externos, bem com resistente às suas investidas. Esse cuidado de nomenclatura baseia-se no pressuposto (auto-evidente) de que um campo é sempre autônomo *em relação* a um ou mais campos. Assim, um campo *x* pode ser autônomo em relação ao campo *y*, mas heterônomo em relação ao campo *z*. Idealmente, autônomo em relação a todos os campos exteriores a ele. Deste modo, quando dizemos que um campo é autônomo, sem especificar em relação a quê, sugere-se que ele *parece* ‘fechado em si mesmo’, sendo altamente resistente, tanto por sua “lógica imanente” como pelas resistências conscientes de seus agentes, a quaisquer demandas ou constrangimentos externos.

### 1.2. Um esquema da produção acadêmica em Ciência Política

Apresentar-se-á, a seguir, um conjunto de *hipóteses de trabalho*<sup>53</sup>, a partir das quais norteamos a pesquisa e construímos *hipóteses a verificar*<sup>54</sup>.

---

<sup>53</sup> “A hipótese de trabalho não é uma adivinhação a respeito do enigma, uma conjetura a respeito de qual possa ser sua resposta. É uma idéia, não acerca do resultado da investigação, mas acerca dos passos que seja conveniente dar em seguida. Através da hipótese de trabalho se formula uma convicção quanto ao curso da investigação, convicção que, entretanto, não diz, necessariamente, respeito a seu fim último. Podemos também fazer certas presunções – proposições que não correspondem absolutamente a uma asserção – com referência à solução ou à situação problemática em si mesma. Uma presunção é afirmada com o único propósito de testar suas conseqüências (quando combinada a certos supostos e recursos). [...] Frequentes vezes, os chamados ‘modelos’ consistem, em boa porção, de presunções neste sentido.” (KAPLAN, 1972, p. 93).

<sup>54</sup> “Corresponde ao que imaginamos seja a verdade no que respeita à questão em foco e, a partir daí, organizamos a investigação de modo a facilitar a decisão a respeito da correção da conjetura. [...] Quando a hipótese a verificar é comprovada, diz-se que ela constitui um fato ou uma lei, conforme seja particular ou geral o seu conteúdo. Alcançamos, literalmente, uma conclusão: a investigação e o processo de deliberação que desembocam no resultado estão concluídos.” (*ibidem*). Utilizaremos, a partir deste ponto, a expressão *hipótese de pesquisa* para referir ao que Kaplan chama de “hipótese a verificar”.

### 1.2.1. Dimensões principais e seus elementos

A nosso ver, há, pelo menos, duas importantes dimensões responsáveis por dar forma à produção acadêmica da Ciência Política brasileira<sup>55</sup>, sendo imprescindíveis para compreendermos sua trajetória, sua história.

A primeira é a *maneira de se definir* “político”, que implica na *definição do objeto de estudo* (e, por meio disso, do principal foco de atenção). Trata-se da adesão a uma determinada visão do que deve ser o objeto legítimo da ciência política<sup>56</sup>. O segundo é a *maneira de se abordar o objeto*<sup>57</sup>. Trata-se da eleição dos métodos e abordagens teóricas considerados legítimos.

Da segunda poderiam derivar *n* elementos potencialmente relevantes. No que se refere à ciência política, achamos que a segunda dimensão compõe-se especialmente 1) de diferenças relativas ao método e ao estilo e 2) da *ordem* (de fatos) que é mobilizada para explicar ou descrever o objeto estudado. No que se refere ao primeiro elemento, podemos mencionar diferenças de abordagem como a escolha de métodos quantitativos, qualitativos ou ambos, e, dentro deles, de técnicas específicas; a predileção por um determinado referencial teórico, um determinado autor; por uma abordagem de caráter mais empírico ou mais teórico<sup>58</sup>; por um determinado estilo, como o ensaístico, erístico ou formal<sup>59</sup>, para mencionar

<sup>55</sup> Neste caso, o estudo acadêmico do que se entende por “político”, em curso no Brasil desde o início da institucionalização das “ciências sociais”, a partir da década de 1930.

<sup>56</sup> Ou do estudo da política ou dos fenômenos políticos. É importante relativizar o uso do termo *ciência política*, quando não nos referimos a uma situação histórica em que tal termo era corrente, porque as visões a respeito dela variam ao ponto de variar as próprias palavras utilizadas para nomear o estudo erudito, acadêmico ou científico da “política” ou dos fenômenos “políticos”. Assim, por exemplo, fala-se num “pensamento político brasileiro”, indicando o estudo erudito da política em curso no Brasil entre (aproximadamente) 1900 e 1940; fala-se em “ciências políticas”, especialmente em cursos ou instituições próximas ou parte do Direito, sugerindo-se o estudo da política institucional por abordagens jurídicas; fala-se em “sociologia política”, indicando o estudo da política institucional ou das relações de força entre grupos por abordagens da Sociologia, e por aí vai.

<sup>57</sup> O que chamamos de visão de Ciência Política é precisamente a união dos dois fatores.

<sup>58</sup> Cf. o tópico 1.3.5 para a definição precisa das definições de ‘empírico’ e ‘teórico’ adotadas.

<sup>59</sup> Definimos o estilo ensaístico como um subtipo do “estilo acadêmico”. Kaplan (1977, p. 266-267) define caracteriza este como um estilo mais abstrato e geral que o estilo literário, marcado por uma preocupação com a *precisão conceitual*, apresentando um uso mais técnico das palavras, em que assumem sentidos especiais e formam um vocabulário técnico, gerando expressões padronizadas que formam “o jargão próprio da disciplina”. Os “materiais” com que se trabalha tendem a ser “ideados”, antes de “observacionais”, sendo altamente “teórico”, senão “puramente especulativo”, partindo de grandes princípios aplicados a casos específicos que ilustram as generalizações. No estilo erístico (*idem*, p. 267), o foco de interesse consiste em provar proposições, e não “demonstrar possibilidades cognitivas em perspectivas amplas” (que é característica do estilo acadêmico). Neste estilo é grande a importância de dados experimentais e da estatística. Há atenção especial com as relações de dedução, havendo, eminentemente, “derivações lógicas estabelecidas a partir de proposições previamente

alguns. Trata-se de um conjunto de características muito importantes; vamos considerá-las em nossa hipótese de pesquisa e em nossa interpretação da Ciência Política brasileira. Mas por enquanto vamos nos ater ao segundo tópico: ele é um grande responsável pelas oposições acadêmicas na ciência política.

Entendemos uma *ordem* como um conjunto determinado de fatos, que se supõem terem uma natureza em comum, que produzem outros fatos, isto é, são seus fatores determinantes<sup>60</sup> (ou, que conferem a esses fatos as características ou o sentido reconstruídos pelo analista). O fato estudado é, portanto, o *objeto*, enquanto o fator de explicação ou compreensão (fator analítico) é a ordem.

Aliás, podemos traduzir esses fatores e dizer que a forma da produção da Ciência Política tem dependido de duas questões fundamentais: 1) *o que se estuda* e 2) *como se estuda*. O que se estuda refere-se ao objeto, enquanto como se estuda, à ordem, em especial<sup>61</sup>. Esses dois elementos, unidos, compõem o que chamamos de *visão de ciência política*.

#### 1.2.1.1. *Relação entre objeto e ordem: a questão da autonomia do objeto*

Algo muito importante para a Ciência Política são as relações que se estabelecem entre a definição do objeto e a ordem mobilizada para abordá-lo. Mais precisamente, as relações que se referem à *autonomia do objeto*.

Em primeiro lugar, é preciso sublinhar que tanto o objeto como a ordem que o explica são, concretamente, fatos. Ambos são conjuntos de fatos de uma determinada natureza. A diferença reside em que, enquanto o objeto é *abordado* (o que se quer explicar ou compreender) a ordem é o que se utiliza para *abordar* (o que explica ou o que permite compreender).

---

colocadas ou explicitamente admitidas” (*ibidem*). Tende-se a distinguir claramente entre enunciados empíricos, substantivos ou puramente lógicos, e as definições são freqüentes e geralmente apresentadas explicitamente. Já o estilo formal é próprio das análises de matemática pura, apresentando um alto grau de abstração, interessado estritamente nas relações lógicas estabelecidas, em vez do conteúdo empírico das variáveis.

<sup>60</sup> Poder-se-ia pensar nos “reinos” (biológico, psicológico, social...) aos quais se refere Durkheim.

<sup>61</sup> Reconhecemos que a passagem de ‘maneira de abordar o objeto’ para uma ‘ordem de fatos’ não é uma passagem automática, algo que podemos deduzir ( $P \rightarrow Q$ ): ora, há outras ‘maneiras de abordar o objeto’. Acreditamos que a ‘ordem’ seja o elemento principal por causa de nossa pesquisa histórica, cuja interpretação será apresentada no tópico III. Rigorosamente, essa importância deve ser provada – o que infelizmente não acreditamos ter sido feito neste estágio da pesquisa.

Assim, na ocasião de a natureza dos fatos mobilizados para explicar corresponder à daqueles que se quer explicar, então se diz que o objeto é *autônomo*. A autonomia – ou, na falta dela, *heteronomia* – de um objeto refere-se ao *local de origem* da ordem de fatos mobilizada em seu estudo: se tal ordem está no próprio objeto, isto é, se o objeto é, também, uma ordem, ou se está fora. Portanto, para um objeto  $x$ , a ordem mobilizada pode ser o próprio objeto ( $x_x$ ), sendo este autônomo, ou pode vir de fora ( $x_n$ ), sendo heterônimo.

Nas ciências mais tradicionais, o objeto é geralmente tratado como autônomo. Na verdade, essa condição parece ser necessária para a própria legitimação de uma disciplina científica. Assim, por exemplo, Durkheim dedicou grande parte de sua carreira tentando demonstrar que o “social” seria um “reino” autônomo em relação aos demais, para exatamente justificar a existência de uma ciência especializada, dedicada ao seu estudo. Ademais, várias ciências naturais só se formaram por causa da separação teórica dos fenômenos naturais da vontade divina, subtraindo os fenômenos naturais da competência da religião e justificando, assim, a existência e a exclusividade da ciência.

Na ciência política isso toma uma proporção singular, porque o objeto nem sempre é tratado, também, como a ordem por meio da qual se faz a análise. Assim, duas frações de cientistas políticos que estudam o mesmo objeto – a política institucional, por exemplo –, podem analisá-la a partir de ordens diferentes: a partir da própria política institucional (tratando como “variável independente”, por exemplo, os arranjos institucionais) ou a partir de fatores externos. Neste último caso, poderíamos pensar em abordagens que tratam os fatos da política como manifestações de fatores econômicos, psicológicos ou “sociais” (isto é, externos à “política”). Aliás, algumas visões de ciência política referem-se explicitamente ao que chamam de “autonomia do político”, em especial aquelas íntimas de abordagens politológicas, como a neo-institucionalista<sup>62</sup>.

#### 1.2.1.2. A questão da “autonomia do político”

Achamos que é importante distinguir o *objeto* “político” da *ordem* “política” quando se fala em “autonomia do político”. Exatamente porque, no caso da ciência política, eles não necessariamente se confundem.

---

<sup>62</sup> Sobre a proximidade entre a problemática da “autonomia do político” e abordagens politológicas, cf. Forjaz (1997).

Ora, como a definição do objeto está contida na escolha da ordem (pois ordem = maneira de abordá-lo), e sendo autônomo o objeto que consiste em sua própria ordem, ao variar a definição do objeto varia automaticamente a ordem que deve ser considerada para julgar seu grau de autonomia: a autonomia de um objeto deve ser determinada por sua relação com uma determinada ordem.

Assim, alguém pode dizer que determinado cientista político (ou abordagem) ignora a “autonomia do político” quando este define “político” de forma diferente. Nesta definição, o objeto “político” pode configurar *também* uma ordem, autodeterminando-se – sendo, portanto, *autônomo*<sup>63</sup>. Por exemplo: se “político” for um determinado tipo de idéias e se o fator analítico estiver nelas próprias (sua estrutura semântica, por exemplo) então o objeto é autônomo, pois não se está mobilizando uma ordem de fatores externos ao fato: o fato é seu próprio fator. Analogamente, se “político” forem relações de força entre grupos, e se o fator analítico forem essas relações agonísticas, então o objeto é tratado, na verdade, como autônomo.

Quem define “político” como a política institucional pode acusar esses acadêmicos de ignorarem a “autonomia do político”, quando estes tratam de coisa diferente ou mesmo ignoram-na, sejam quais forem as razões. Então, o que se estaria acusando, na verdade, seria tal desinteresse pela política institucional – e o conflito referir-se-ia a uma questão do *objeto legítimo* da ciência política, em vez da *maneira de abordá-lo*<sup>64</sup>.

Nesse sentido, quando falamos em ‘societalista’ e ‘politicista’, é preciso indicar a que nos referimos: ao *objeto* (e.g.: ‘societalista’ por ser exterior à política institucional, ‘politicista’ por ser a política institucional) ou à *ordem* (‘societalista’ por desconsiderar a política institucional como fator analítico, ‘politicista’ por considerá-la). Portanto, a saída é (1) estabelecer o objeto referencial que defina “político”; (2) especificar a ordem em função de sua posição (de influência ou causalidade) em relação ao objeto mais a *direção* de seus efeitos.

---

<sup>63</sup> Não se coloca, contudo, a questão de se esse objeto é *realmente* autônomo. Pensamos *apenas* em se ele é tratado ou não como autônomo pelos cientistas políticos. Portanto, se eles estão certos ou errados no tratamento de seu objeto, não cabe a nós dizer, é uma questão que compete a eles resolver.

<sup>64</sup> Com isso em mente, seria interessante se os cientistas políticos, nos conflitos acerca de sua disciplina, indagassem-se se o que estão chamando de “político” é a mesma coisa, ou seja, se não estão na verdade divergindo em torno da questão do que é ou qual deveria ser o *objeto de sua atenção* (o que *vale a pena* estudar e o que *interessa*), em vez de estarem discutindo problemas teóricos ou metodológicos (como qual é o método mais adequado ou qual a ordem de fenômenos [econômicos, sociais, psicológicos etc.] mais relevante).

Tomamos a política institucional como referencial por acreditamos que ela desempenhe um papel efetivo na organização do campo de produção da Ciência Política brasileira contemporânea – é a peça fundamental e definidora do contínuo *politicista-societalista*<sup>65</sup>. As definições de societalista e politicista adotadas podem ser assim sintetizadas:

TABELA 15 – DEFINIÇÕES DE “SOCIETALISTA” E “POLITICISTA” ADOTADAS

		ORDEM (em relação ao objeto)		
		Interna (autonomia)	Externa (heteronomia)	
OBJETO	Política institucional	politicista (ordem e objeto)	societalista (ordem)	
	Exterior à pol. instit.	societalista (ordem e objeto)	Pol. instit. politicista (ordem)	Outra sociologismo, economicismo, psicologismo etc.

FONTE: O autor.

#### *Síntese parcial*

Tendo em vista o que precede, achamos que a ciência política (brasileira e americana, pelo menos) depende de dois princípios: 1) a definição de “político”, do objeto de estudo e, dentro deste, do foco de análise; 2) a maneira de abordar o objeto. A nosso ver, esses princípios estão na base das dimensões que organizam efetivamente a produção acadêmica da ciência política brasileira (os contínuos *empírico-teórico* e *politicismo-societalismo*), ainda que a determinação de quem ou o quê assumirá tal ou qual posição dependa de fatores específicos, variáveis historicamente, que abordaremos nos tópicos a seguir.

A ordem mobilizada para abordar o objeto parece-nos o principal elemento do segundo princípio. Ela nos conduz à questão da autonomia do “político”. Daí decorre uma importante divisão: aqueles que acreditam que o “político” determina a si mesmo (*autonomia*) e aqueles que acreditam que ele depende de fatores externos (*heteronomia*).

Assim, se o objeto é a política institucional e se ela determina a si própria, então temos a posição *politicista de ordem e objeto*<sup>66</sup> – um caso de autonomia –, também chamada de

<sup>65</sup> O contínuo *empírico-teórico* compõe-se por elementos acadêmico-intelectuais definidos em função da natureza do objeto estudado e da natureza das evidências apresentadas (ambos, empíricos ou simbólicos). Os extremos (objeto e evidências empíricas, ‘empírico’; objeto simbólico e evidências bibliográficas, ‘teórico’) dão nome ao contínuo. O contínuo *politicista-societalista*, por sua vez, compõe-se por elementos oriundos da definição e abordagem de “político”.

<sup>66</sup> A definição por nós adotada difere, portanto, da de Forjaz (1979), em que ‘politicismo’ indica somente o foco explicativo sobre o “político”, sugerindo sua autonomia, não especificando o objeto (podendo transcender ou não

*politológica*. Inversamente, se o objeto é exterior à política institucional, mas também determina a si próprio, temos *societalista de ordem e objeto*, também um caso de autonomia, mas de outra definição de “político”. Se o objeto é a política institucional, mas determinado por algum fator externo, temos *societalista de ordem*. Se por sua vez o objeto é exterior à política institucional mas determinado por ela, então temos *politicista de ordem*, isto é, a finalidade não é estudar a política institucional, mas ela é mobilizada como fator determinante. Enfim, se o objeto é exterior à política institucional e é determinado por um fator externo a ele que também não é a política institucional, então temos outra coisa, a definir (e, neste caso, tratar-se-ia de uma definição bastante exótica de “político” e de “ciência política” e nos perguntaríamos se não se trata, na verdade, de sociologia, economia, psicologia etc.).

### 1.2.2. Fatores determinantes dessas posições

Voltamos a nos amparar na proposta teórica de Leca para identificar os determinantes das questões *o que estudar e como estudar*. Achamos que o posicionamento quanto a essas dimensões depende (1) da dinâmica interna do campo da Ciência Política, considerado à luz de sua relação com (2) as disciplinas próximas e (3) o campo político propriamente dito. As relações com outros campos acadêmicos são extremamente importantes, a nosso ver, para compreender-se a *autonomização* da ciência política. As relações com o campo político (ou melhor, as possíveis influências deste, especialmente sobre a dimensão simbólica) podem ter um papel central, tanto na *institucionalização* como na *autonomização* e, a nosso ver, influenciam as tomadas de posições dos cientistas políticos, em especial o modo como definem “político” e as ordens que mobilizam para analisá-lo.

Assim, a nosso ver, a escolha de determinado objeto e a escolha da maneira de abordá-lo (e, nesta, a eleição de tal ou qual ordem de fatos como fatores explicativos), *do ponto de vista das determinações propriamente acadêmicas*, dependem da formação acadêmica (sociólogo, economista, psicólogo, jurista, cientista político etc.) e da posição teórica (marxista, culturalista, politicista etc.) dos agentes (indivíduos, grupos, frações), consideradas inclusive diacronicamente (*i.e.*: suas *trajetórias*). Além desses condicionantes internos ao campo acadêmico, achamos que dependem também dos posicionamentos propriamente

---

a política institucional) e não especificando a *origem* e a *direção* do fator determinante (se aponta para o próprio “político”, ou para outros “níveis” sociais).

políticos que tomam os cientistas políticos. Assim, *do ponto de vista das determinações políticas*, se são liberais, comunistas, socialistas, social-democratas, republicanos etc.

### 1.2.3. Elaborando uma hipótese de pesquisa. O exemplo da Ciência Política norte-americana

No que se refere à dinâmica acadêmica, especificamente, a relação com outras disciplinas, a tese de Lipset (1969) sobre a Ciência Política norte-americana ajudou-nos a interpretar e a construir hipóteses para o caso brasileiro.

Lipset defende que, até então<sup>67</sup>, a trajetória acadêmica e cultural da Ciência Política dependeu de sua relação com as outras ciências humanas. Tudo deriva da questão da “autonomia da política”, ou seja, do próprio objeto de estudo: a política obedece a “leis” próprias, isto é, ela se autodetermina, ou depende das leis da economia, da psicologia ou da “sociedade”? Donde deriva: deve a Ciência Política desenvolver um instrumental teórico e metodológico próprio ou deve ela aplicar os modelos e esquemas de outras ciências?

A relação entre a Ciência Política e outras ciências, especialmente as sociais, dependeria do problema metodológico da autonomia de seu próprio objeto. A história da Ciência Política estaria marcada, então, por sucessivas aproximações de outras ciências e, mais recentemente, por tentativas de distanciamento de todas elas. Assim, de um lado estão os que entendem que a política depende de ordens de fatores que não se encontram na própria política (aproximação com alguma ciência), e, de outro, os que entendem que a política dita suas próprias regras e que defendem uma Ciência Política culturalmente (teórica e metodologicamente) autônoma, dedicada ao estudo da política (distanciamento)<sup>68</sup>.

Assim, no fim do século XIX até meados da década de 1920, a Ciência Política norte-americana estaria próxima da História, da Filosofia e do Direito, em especial, alemães. Nos termos do referencial teórico que adotamos, essa proximidade seria de *heteronomia*, especialmente de tipo *cultural*<sup>69</sup>. Havia departamentos de Ciência Política e uma disciplina,

---

<sup>67</sup> O texto é de 1969.

<sup>68</sup> Sobre a relação com a História, v. Jensen (1969); com a Sociologia, Greer (1969) e Sartori (1969); com a Economia, Mitchell (1969) e Olson (1969).

<sup>69</sup> A partir deste ponto, fragmentamos o conceito de “autonomia” e “heteronomia” em dois tipos: cultural e institucional. Assim, um campo autônomo culturalmente em relação a outro é irredutível aos produtos simbólicos (valores, idéias, teorias, métodos...) deste. Inversamente, se heterônomo, é redutível ou altamente dependente (um *importador* de idéias, teorias, métodos etc., por exemplo). Já um campo autônomo institucionalmente possui um arranjo institucional próprio – podendo, contudo, continuar heterônomo culturalmente. (O inverso, isto é, autonomia cultural mais heteronomia institucional, pode ser possível, mas julgamos improvável.) Acreditamos que essa situação acometa largamente a Ciência Política brasileira.

com este nome, com objeto e objetivos precisamente delimitados. A visão de mundo que os cientistas políticos mobilizavam para estudar a política, contudo, provinha daquelas disciplinas. O método<sup>70</sup> predominante era de caráter histórico, o estilo, o ensaístico. O foco das atenções era o “Estado”. Metodologicamente, não se distinguia entre conhecimento positivo e conhecimento normativo. A Ciência Política, aliás, deveria ter como finalidade *educar* os cidadãos, dentro dos valores democráticos; era vista, pelos próprios cientistas políticos, como uma forma de *melhorar* a democracia norte-americana. Posteriormente, essa ‘fase’ ficaria conhecida como “institucionalista”.

A seguir, em busca de cientificidade, a Ciência Política aproximar-se-ia da Psicologia: trata-se do que, posteriormente, viria a se chamar de *behaviorist revolution*. A nova abordagem dominante, o *behaviorism*<sup>71</sup>, seria uma manifestação, na dimensão cultural, do novo estado da Ciência Política, agora próxima da Psicologia. Paralelamente, os métodos de caráter histórico perdem força, a filosofia e o ensaísmo são combatidos, e, pelo menos explicitamente, passa-se a defender uma ciência valorativamente neutra. Tomam seus lugares os métodos quantitativos e a linguagem técnica; a pesquisa empírica ganha mais força; os artigos e os periódicos tornam-se os meios legítimos de produção e de difusão; o estilo de trabalho dominante passa a ser o coletivo, baseado em redes de pesquisadores, reunidos num sistema universitário altamente institucionalizado. O objeto da disciplina também muda: a “política” não era mais o “Estado”, mas o *comportamento* dos cidadãos – daí os estudos eleitorais e as pesquisas de opinião (*surveys*) serem o novo foco analítico. O foco desloca-se do interior das instituições estatais<sup>72</sup>, do “governo”, para a “sociedade civil”.

Entre o começo de 1940 e o fim de 1950, aproximadamente, o comportamentalismo seria a abordagem dominante (SOMIT & TANENHAUS, 1967; ALMOND, 1991). Com sua crise, durante a década de 1960, a Ciência Política fragmenta-se em várias abordagens concorrentes, competindo para tomar o lugar do *behaviorism* e para conferir uma nova

---

<sup>70</sup> Aplicamos o termo “método” no sentido atribuído por Kaplan (1972, p. 25): “Métodos são técnicas suficientemente gerais para se tornarem comuns a todas as ciências ou a uma significativa parte delas. Alternativamente, são princípios filosóficos ou lógicos suficientemente específicos a ponto de poderem estar particularmente relacionados com a ciência, distinguida de outros afazeres humanos.”

<sup>71</sup> Geralmente conhecido no Brasil por “comportamentalismo”.

<sup>72</sup> Os comportamentalistas viriam, mesmo, a recusar o conceito de “Estado”, como uma abstração sem fundamento empírico. Em seu lugar, passam a falar em “governo” e em instituições jurídico-formais.

unidade à disciplina<sup>73</sup>. Assim, alguns cientistas políticos voltam-se para a Economia (teoria da escolha racional, teoria dos jogos); para a Sociologia (teoria sistêmica, culturalismo, “neo-institucionalismo” sociológico); outros voltam-se novamente à História, acusando os preconceitos de parte dos cientistas políticos em relação ao uso de métodos e explicações históricas em Ciência Política (“neo-institucionalismo” histórico). Outros, enfim, sustentam a idéia de que a Ciência Política deveria formular seus próprios métodos e teorias (neo-institucionalismo, em geral).

Assim, no caso americano, a Ciência Política parece oscilar, ao decorrer de sua história, entre a História, a Filosofia, a Economia e a Sociologia (nos casos de heteronomia) e posições que defendem o desenvolvimento de teorias e métodos próprios (no caso de autonomia).

Poderíamos adicionar à equação os efeitos de um fator propriamente político operando na Ciência Política norte-americana, utilizando como exemplo o caso do *behaviorism* (RICCI, 1984). Os comportamentalistas compartilham a definição de “política” das abordagens politológicas: “política” é a política institucional. Eles deslocam seu foco para o voto, mas seu objeto mantém-se dentro das fronteiras das instituições democráticas (JENSEN, 1969, p. 3-15; ALMOND, 1991, p. 66-68). Por que, então, insistem na “sociedade civil”, evitando até mesmo tomar o “governo” e seus elementos (os políticos, por exemplo), como foco de estudo? E por que tomam o processo decisório e o funcionamento das instituições estatais como um reflexo das “preferências” dos eleitores (IMMERGUT, 1998, p. 6-7)? A nosso ver, porque são cientistas políticos *liberais*; porque estão tacitamente *comprometidos* com a democracia norte-americana. Esse comprometimento reflete-se não somente na atenção dada à “sociedade civil”, manifestando o que *merece* ser estudado, o que é importante, mas também na *maneira* de abordá-la: a visão liberal favorece a aceitação da tese de que o “governo” e as instituições estatais são reflexos (ou, no máximo, traduções) das preferências individuais dos eleitores. Isso não é uma hipótese a ser provada: é um pressuposto. É um pressuposto estabelecido, a nosso ver, em função de motivações políticas, e não por razões lógicas ou científicas. Observe-se que alguém poderia muito bem utilizar a teoria psicológica para estudar o comportamento de políticos ou de agentes das instituições estatais, mostrando como

---

<sup>73</sup> Para Lipset e outros autores, como Almond (1990, p. 13-31), nenhuma abordagem logrou êxito nessa empreitada, estando a Ciência Política fragmentada em abordagens diametralmente opostas, mesmo quanto aos princípios, o objeto e os objetivos da disciplina. Essa visão predomina entre os cientistas políticos americanos (RICCI, 1984; EASTON, 1985; SEIDELMAN & HARPHAM, 1985; FARR, 1988; TOBIN GRANT, 2004).

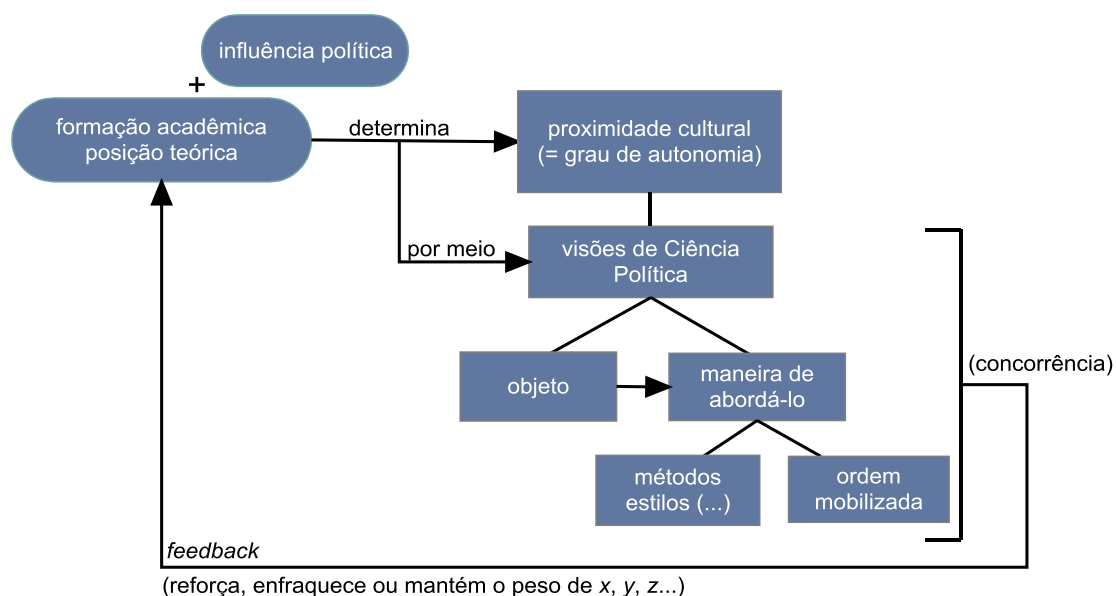
fatores psicológicos influenciam os resultados políticos (as “políticas públicas”, em especial; o “*output*” do sistema político, para falar como Easton). Vê-se, então, que fatores políticos *podem* influenciar as posições teórico-acadêmicas dos cientistas políticos. Buscamos prestar atenção a isso em nossa interpretação da história da Ciência Política brasileira, apesar de focarmos as determinações de ordem acadêmica.

### Síntese

Interpretando a tese de Lipset à luz do esquema de Leca e do desenvolvimento teórico precedente (I.2.1 e I.2.2), poderíamos especular que a produção acadêmica da Ciência Política, organizada em torno de *visões* de ciência política concorrentes, dependeria de (1) sua proximidade cultural, isto é, seu grau de autonomia segundo a dimensão simbólica, em relação a outras ciências humanas e sociais, cujos fatores seriam a formação acadêmica e a posição teórica e (2) de influências políticas (transmitidas pelos cientistas políticos).

O esquema teórico aqui esboçado é, então, apresentado a seguir. Buscaremos aplicá-lo à ciência política brasileira.

FIGURA 1 – ESQUEMA DOS FATORES E DOS ELEMENTOS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA



FONTE: O autor.

A partir desse esquema, a mobilização de ordens de fatores que constituem o objeto de outras disciplinas, ou a importação de seus métodos, teorias e abordagens, seriam fortes indícios de *heteronomia cultural* em relação aos campos dessas disciplinas. A *visão* de ciência política em questão estaria condicionada, pois, pela *proximidade cultural* com determinada(s) disciplina(s). Os prováveis fatores por trás disso seriam a formação acadêmica e a posição

teórica (consideradas diacronicamente). Influências políticas somam-se a esses fatores. Então, o produto da concorrência entre as várias *visões* no campo da Ciência Política (relacionando-se, assim, várias frentes de autonomia/heteronomia com outras disciplinas, combinadas a certas posições políticas), reincide sobre os fatores determinantes, reforçando, enfraquecendo ou conservando o peso de cada um (e, eventualmente, adicionando novos).

Assim, por exemplo, a concorrência interna entre sociólogos marxistas e cientistas políticos liberais *politicistas* (de objeto), por exemplo, pode favorecer os últimos, enfraquecendo as posições dos sociólogos marxistas. E seus métodos, seu estilo, sua forma de organizar o trabalho intelectual, enfim, sua visão de ciência e de Ciência Política.

Como buscaremos mostrar, a Ciência Política brasileira também se relacionou com outras disciplinas de modo a determinar sua dinâmica interna e as características de sua produção acadêmica. Acreditamos que a heteronomia da Ciência Política em relação às “ciências sociais”, e, especialmente, à sociologia, em primeiro lugar, e em relação ao Direito e a filosofia, em segundo, tenha contribuído decisivamente para fazê-la ser o que é<sup>74</sup>. Acreditamos que essas relações dêem-se, aliás, *dentro* do próprio campo da Ciência Política brasileira: os agentes que carregam e transmitem características de outras disciplinas constituem a própria Ciência Política, por causa do baixo grau de autonomia desta – ligado, provavelmente, à sua prematuridade. Achamos que essas oposições intra-acadêmicas estejam ligadas a profundas diferenças referentes às visões de ciência e de ciência política de cada grupo ou fração.

É a partir dessa óptica que buscamos analisar a história da ciência política brasileira, na busca pelas razões da forma atual de sua produção acadêmica. A seguir, construímos uma hipótese de pesquisa, para direcionar nossa interpretação provisória.

## 2. HIPÓTESE DE PESQUISA

### 2.1. *Visões de ciência política e organização do campo da Ciência Política brasileira*

Acreditamos que a organização do campo de produção da Ciência Política brasileira contemporânea, apoiada nos contínuos *empírico-teórico* e *politicista-societalista*, tenha sido produzida por pelo menos três visões de ciência política concorrentes, próprias de certos

---

<sup>74</sup> Aliás, no caso brasileiro, a relação com outros campos acadêmicos e com o campo intelectual é especialmente importante, dada sua institucionalização e diferenciação relativamente recentes.

‘grupos’ e frações de cientistas políticos e sociais também concorrentes<sup>75</sup>, as quais se desenvolveram no interior do campo acadêmico brasileiro, a partir de sua institucionalização, e agremiaram-se progressivamente num campo de Ciência Política relativamente autônomo (do ponto de vista institucional) – algo que, inclusive, ajudaram a constituir. Essas visões estariam condicionadas por outras três ordens de fatores mais ou menos inter-relacionados que, por sua vez, influenciariam a ação dos grupos envolvidos na construção da Ciência Política. A primeira, propriamente acadêmica, consiste nas relações (de autonomia/heteronomia) entre a Ciência Política e o pensamento político e outras ciências humanas (especialmente, sociais). A segunda, propriamente intelectual, consiste em oposições teóricas e metodológicas. A terceira, propriamente política, compõe-se pelas oposições entoadas por motivações e constrangimentos políticos, mais ou menos transfigurados em oposições acadêmicas e intelectuais.

A primeira dessas visões define-se pela figura do *intelectual* interessado pela política e é a nosso ver herdeira dos intelectuais brasileiros das décadas de 1930 e 1940 que dedicaram parte de suas vidas à reflexão de temas políticos, entre os quais poderíamos citar Oliveira Vianna, Francisco, Alberto Torres, Azevedo Amaral, Nestor Duarte, Pontes Miranda, entre outros (LAMOUNIER, 1982, p. 413; KUMASAKA & BARROS, 1988a, p. 1-6). Apesar das profundas diferenças políticas entre eles, todos eram marcados por semelhanças no que se refere a seu *habitus* intelectual. Em vez de *especialistas* ou *profissionais* são, antes de tudo, *eruditos*, a meio-caminho entre a filosofia, as Letras e a política propriamente dita. A nosso ver, esses intelectuais contribuem para a constituição da Ciência Política pelo menos em duas frentes. Em primeiro lugar, disseminam no campo intelectual brasileiro um interesse específico por temas políticos, acumulando um corpo de conhecimento que influenciaria futuros estudiosos, como os intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e, por meio destes, o grupo de mineiros formados no curso de Sociologia e Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)<sup>76</sup>, entre as décadas de 1950 e 1960, influenciando, assim, futuros responsáveis pela constituição de um campo de Ciência Política

---

<sup>75</sup> Entendemos que as fronteiras entre grupos, frações e visões são construções teóricas, havendo na realidade uma massa de indivíduos e de grupos que se assemelham, aproximam-se, distinguem-se e distanciam-se em função de vários fatores. Neste caos aparente, a partir daqueles referenciais, construímos arquétipos de visões e frações, no sentido de *ressaltar* alguns dos princípios de divisão correntes no campo.

<sup>76</sup> A influência, neste caso, seria principalmente *temática*, em vez de teórica, metodológica ou político-ideológica.

institucionalmente autônomo. Podem ser vistos, portanto, como *precursores* da Ciência Política brasileira. Nesse sentido, defende Bolívar Lamounier:

Essa tradição ou “estoque” anterior de pensamento político tem, a meu ver, uma importância decisiva para se compreender as características adquiridas pela Ciência Política que se vai aos poucos institucionalizando. Não só existe entre ambas uma notável continuidade como, sobretudo, parece-me possível afirmar que o prestígio dessa tradição legitimou (e, talvez, exerceu certo efeito limitativo e canalizador sobre) o desenvolvimento da Ciência Política, a partir de 1945. Sem esta referência histórica, parece-me difícil explicar porque a Ciência Política – aliás as Ciências Sociais, de um modo geral – continuaram a se expandir, após 1964, sob condições de acentuado autoritarismo político. (LAMOUNIER, 1982, p. 409.)

Em segundo lugar, contribuem para a formação de uma visão de ciência política marcada por uma posição acadêmica relativamente indiferenciada e subjetivamente próxima da filosofia, baseada na figura do *intelectual* e do *erudito*, herdeira do *habitus* intelectual dos intelectuais precursores. A obra dos adeptos desta *visão* contribuiria para instilar no campo da Ciência Política um conjunto de disposições intelectuais que favoreceriam a adoção de definições mais amplas e vagas de “político” e de abordagens eminentemente teóricas. Assim, certos elementos presentes na Ciência Política contemporânea, como as abordagens *idealistas*<sup>77</sup> (a hermenêutica e a teoria democrática, por exemplo) e áreas teóricas como a de Teoria Política teriam sido importadas para o campo e auxiliado sua constituição, e renderiam o capital simbólico que rendem por causa da presença daquele conjunto de disposições ligadas à figura do *intelectual*, ajustadas, por sua vez, a esses elementos. Trata-se, portanto, de uma *visão* que não reivindica ou estimula a autonomização cultural da Ciência Política, por (1) não focar a política institucional e/ou (2) por considerar ordens externas a ela para explicar ou descrever o objeto, mantendo a Ciência Política culturalmente heterônoma em relação a outras ciências sociais ou a outras disciplinas das Humanidades – ainda que tenha contribuído para sua autonomização institucional.

A segunda *visão* deriva especificamente das “ciências sociais”; da Sociologia, em especial. Já se refere a um corpo de conhecimentos produzido num campo acadêmico institucionalizado – mas este campo é dominado pela Sociologia, ou, simplesmente, é ela própria. Consiste na tomada de temas políticos (em especial aqueles ligados a uma definição *societalista*) como objeto de estudo por parte de sociólogos. Como exemplo, poderíamos citar o grupo de cientistas sociais da Universidade de São Paulo (USP), formado em torno de Florestan Fernandes, que, ao decorrer da década de 1960, num processo paralelo ao

---

<sup>77</sup> Que tomam as idéias políticas como objeto de estudo e/ou que entendem que os fenômenos políticos são, de alguma forma, um produto de determinadas idéias, de seus efeitos, de sua ação no mundo etc.

fortalecimento do marxismo<sup>78</sup> (em que, aliás, foi o agente principal), passa a tratar de temas políticos; além do grupo de cientistas sociais de orientação marxista que se estabeleceu na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ao decorrer da década de 1970 (QUIRINO, 1994; ARRUDA, 2001; PEIXOTO, 2001; TRINDADE, 2005). Relativamente próxima da figura do *intellectual*, favorece o estilo de pensamento acadêmico<sup>79</sup>, abordagens mais teóricas, os métodos qualitativos e o ensaísmo. A nosso ver, esta *visão* constitui-se no campo de produção da Ciência Política pelo motivo desta ter progressivamente se afastado do Direito e se aproximado das “ciências sociais” e, a partir da década de 1960, aproximadamente, a ciência política ter começado a destacar-se – e ainda fazê-lo – institucionalmente do campo maior das “ciências sociais”, fortemente associado à Sociologia, num momento em que a atenção pela política e por temas políticos aumentava nas ciências humanas no Brasil e no mundo. Assim, sociólogos de formação – ou sociólogos no pensamento – interessados em temas políticos passariam a “migrar” para a ciência política por meio de vínculos institucionais de docência e pesquisa *ou* a fazer parte dela por meio de sua própria produção cultural e das relações de comunicação progressivamente estabelecidas, tratando de temas políticos e dialogando com cientistas políticos de formação (ou assim reconhecidos). Deste modo, seja por vínculos institucionais, seja por vínculos culturais e comunicativos com a Ciência Política, esses sociólogos passariam a fazer parte desta, ou melhor, contribuiriam para a formação de seu campo de produção; mas suas disposições mentais os inclinaria a adotar temas e abordagens com a marca da disciplina-mãe – “societalistas”, aos olhos dos cientistas políticos *stricu sensu*, como os temas que envolvem o Estado e as classes sociais e as abordagens da análise de elites, as sócio-históricas e “sociologismos” como o de Pierre Bourdieu e Anthony Giddens<sup>80</sup>, que mobilizam ordens de fatores não propriamente políticos. Uma visão solidária, portanto, a uma definição mais ampla de “político” – como estruturas de dominação e de relações de força, por exemplo. Implicando, assim, na manutenção de certa *heteronomia cultural* da Ciência Política, desta vez em relação às “ciências sociais” e à Sociologia, em particular.

---

<sup>78</sup> Sobre a proeminência do marxismo na USP, *cf.* Trindade (2005, p. 90) e Pécaut *apud* TRINDADE (*idem*, p. 109).

<sup>79</sup> Usamos a definição de Kaplan (1979, p. 266), sintetizada na nota 13.

<sup>80</sup> Referindo-se, neste caso, a um tipo de sociologia próxima da História ou dos métodos históricos.

A terceira *visão* é favorável a uma Ciência Política baseada na pesquisa empírica e autônoma culturalmente, entendendo que seu objeto possui “regras” e uma lógica que lhe são próprias, irredutíveis a determinantes externos. Dissemina-se a partir da ação do ‘grupo’ de cientistas políticos mineiros e cariocas formados na segunda metade da década de 1950, que, em sua maioria, viriam a doutorar-se nos Estados Unidos ao decorrer da década de 1960 e a fundar os primeiros programas de pós-graduação especificamente em Ciência Política, no Departamento de Ciência Política da UFMG e no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), ambos em 1969. Influenciados pelo modelo norte-americano de Ciência Política (seu “mainstream”), cujas abordagens teórico-metodológicas e cuja organização divulgam, esses cientistas políticos mostram-se mais sensíveis à política institucional, inclusive como ordem de fatores explicativos, além de objeto de estudo, opondo-se a orientações jurídicas, “economicistas”, filosóficas e “sociologizantes”. Sua posição teórico-metodológica distancia-se dos métodos das humanidades e aproxima-se do método científico tradicional, do estilo de pensamento erístico, dando-se atenção especial à pesquisa empírica e ao teste rigoroso de hipóteses, em que a estatística tem um papel central. Esta visão também se define por privilegiar ou aderir a uma definição de “político” em sentido estrito, isto é, a política institucional – uma característica que o ‘grupo’ de mineiros e cariocas do ‘eixo UFMG-Iuperj’ também contribuiu para constituir. É, assim, uma visão favorável a temas que focam a política institucional e a abordagens *politicistas*, como o neo-institucionalismo e as abordagens do ator racional.

Mas como essas *visões* agremiar-se-iam e constituiriam o campo da Ciência Política brasileira contemporânea, organizando-o em função dos contínuos *politicista-societalista* e *empírico-teórico*?

A nosso ver, em primeiro lugar, a Ciência Política institucionaliza-se enredada com outras ciências humanas, especialmente a Sociologia, em que várias disciplinas e regiões interdisciplinares das “ciências sociais” aumentavam seu interesse por assuntos “políticos”, somando-se a uma tradição de pensamento político que tem suas raízes nos letrados da época do Estado Novo. Em meio à crescente importância desses assuntos no interior das “ciências sociais”, ao decorrer da década de 1960, com a radicalização ideológica (FORJAZ, 1979, p. 12; ARRUDA, 1995, p. 162-167 e p. 200-211; TRINDADE, 2005, p. 94-97), a Ciência Política inicia sua institucionalização a partir da década de 1970 com as ações levadas a cabo pelo ‘grupo’ de mineiros e cariocas do ‘eixo’ UFMG-Iuperj que, inseridos naquele processo

geral de valorização do “político”, são pioneiros na criação de espaços institucionais e acadêmicos dedicados exclusivamente à Ciência Política<sup>81</sup>. Forma-se, assim, um *campo institucionalizado* de Ciência Política em torno de um grupo *interessado* na autonomia institucional e cultural da Ciência Política, que não se vincula a ela somente por empatia de objeto e que defende (1) a pesquisa empírica, com proeminência quantitativa, (2) a institucionalização de um conjunto de práticas e disposições científicas e (3), em menor grau, a autonomia do “político”, geralmente da política institucional; mas um campo cujos membros ainda estão *socialmente* vinculados ao campo maior das “ciências sociais”. Progressivamente, o campo da Ciência Política vai se expandindo, com a criação de novos programas de pós-graduação e de institutos privados de pesquisa<sup>82</sup>. Especialmente em virtude da proximidade social e cultural em relação às “ciências sociais”, os contornos da Ciência Política continuam, contudo, vagos. Não há periódicos específicos<sup>83</sup>; os temas “políticos” são abordados por várias ciências humanas; não há consenso algum quanto ao que deve definir e distinguir a “ciência política” (REIS & ARAÚJO, 2005; SANTOS, 1980, p. 18). Atraídos pelos temas “políticos”, acadêmicos de formações das mais variadas vinculam-se a cursos, disciplinas e a programas de Ciência Política e/ou escrevem trabalhos que circulam na produção acadêmica de ciência política. Acadêmicos comprometidos com a autonomia cultural e institucional desta, com uma *visão* de Ciência Política em sentido estrito, tipicamente norte-americana, inscrevem-se num campo de produção maior, largamente vinculado ao campo intelectual e ao campo acadêmico das “ciências sociais”, ao serem obrigados a dialogar com a tradição e a enfrentar as estruturas acadêmicas e intelectuais estabelecidas. Em virtude das relações sociais e comunicativas estabelecidas, o campo da Ciência Política encontra-se, assim, do ponto de vista da produção cultural, mergulhado num campo maior.

---

<sup>81</sup> O IUPERJ tornar-se-ia mais heterogêneo com a criação do mestrado em Sociologia, em 1977, e o doutorado com área de concentração em Ciência Política ou Sociologia, em 1980 (REIS, 1993, p. 120)

<sup>82</sup> Cebrap em 1969; UFRGS em 1973 (mestrado em Sociologia e Política); USP em 1974 (mestrado e doutorado em Ciência Política); Cedec em 1976; Idesp em 1980; UFPE em 1982 (mestrado em Ciência Política); Unicamp em 1984 (mestrado em Ciência Política); UnB em 1984 (mestrado em Ciência Política); UFSC em 1985 (mestrado em Sociologia Política); UFF em 1994 (mestrado em Antropologia e Ciência Política); UFMG em 1994 (doutorado em Sociologia e Ciência Política); ABCP em 1996; UFRGS em 1996 (doutorado em Ciência Política); UFSC em 1999 (doutorado em Sociologia Política); UFRJ em 2001 (mestrado em Ciência Política); UFPE em 2002 (doutorado em Ciência Política); UFF em 2006 (doutorado em Ciência Política); UFMG em 2006 (doutorado em Ciência Política); Ufscar em 2007 (mestrado em Ciência Política); UFPR em 2009 (mestrado em Ciência Política).

<sup>83</sup> *Brazilian Political Science Review* viria a ser criado em 2007; *Opinião Pública*, que a nosso ver também poderia ser considerado um periódico estritamente de Ciência Política, foi criado em 1993.

Ademais, além de se posicionarem nesse espaço cultural de produção acadêmica sobre o “político”, acadêmicos vinculados intelectualmente a áreas que não a Ciência Política, à medida que cresce o campo institucional desta e cresce o reconhecimento subjetivo e a legitimidade dessa nova área, abordagens e acadêmicos “societalistas”, como o marxismo (na Unicamp, em especial), ao decorrer das décadas de 1970 e 1980, passam a fazer parte da Ciência Política, tornando-se mais comum a ocorrência de cientistas políticos de formação vinculados intelectualmente a áreas mais tradicionais das ciências humanas. O que faz o espaço *institucional* da Ciência Política não corresponder ao espaço *cultural*; o campo *institucional* sendo muito menor que o campo de *produção*. Em outras palavras, a Ciência Política (a disciplina) não corresponderia à ciência política (a prática).

Em segundo lugar, profundas diferenças políticas também viriam a contribuir para essas oposições, já que o ‘grupo’ mineiro-carioca abandona as posições políticas de esquerda radicais (*i.e.*, marxistas, comunistas) num momento em que essas posições se fortalecem (décadas de 1960 e 1970). Por outro lado, também durante as décadas de 1960 e 1970, a primeira e a segunda visões tomariam em geral posições mais radicais, favorecendo o comunismo ou tipos específicos de socialismo, manifestando sua intimidade com o marxismo, então em alta. O apoio da Fundação Ford à constituição da Ciência Política como disciplina específica e a incursão de um modelo “empirista” de ciência social eram vistos por grande parte do campo como “imperialismo” norte-americano (MICELI, 1990, p. 17-28; LAMOUNIER, 1982, p. 423). O fortalecimento do obscurantismo e de posições anti-científicas – movimento acadêmico-intelectual correlato aos movimentos políticos em curso – no campo das ciências sociais só teria contribuído para fortalecer uma oposição que é, ao mesmo tempo, acadêmica, metodológica, teórica e política<sup>84</sup>.

---

<sup>84</sup> Os determinantes de ordem propriamente política *talvez* tenham uma importância ainda maior. Ao que parece, o processo de institucionalização da Ciência Política, como disciplina específica, manteve-se relativamente lento até meados da década de 1980, acelerando-se a partir da década de 1990 – veja-se, por exemplo, a escassez de programas de pós-graduação (CAPES, 2010a) antes disso e a criação tardia da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), que passou a atuar efetivamente só a partir de 1996. Não achamos mera coincidência o fato desta expansão acadêmica ser paralela ao declínio do marxismo e do comunismo nos campos político e acadêmico internacionais e o correspondente fortalecimento da democracia liberal. Assim, se for verdade a tese de alguns cientistas políticos norte-americanos de que a Ciência Política norte-americana é estreitamente ligada à democracia (liberal) (RICCI, 1984; FARR, 1988; GUNNELL, 1988) e se for verdade que a Ciência Política brasileira autonomiza-se largamente à imagem da irmã norte-americana, importando algumas de suas características – entre elas, a relação entre a disciplina e regime e valores democráticos – então o crescimento da Ciência Política brasileira *pode* estar ligado a fatores políticos: internamente, com a redemocratização e o retorno da experiência e das esperanças democráticas, externamente, com o fim da URSS; processo que estaria relacionado à decadência do marxismo nos campos acadêmicos e a ascensão de abordagens e ideologias liberais.

Sintetizemos. Fazem parte do movimento geral de constituição do campo da Ciência Política sociólogos (e outros cientistas sociais) e *intelectuais* interessados em temas políticos, e cientistas políticos interessados na autonomia institucional e cultural da Ciência Política, atentos à autonomia da política institucional. No próprio campo institucional de Ciência Política, e além dele, englobando todo o campo de produção demarcado por temas “políticos”, opor-se-iam em questões relativas à autonomia/heteronomia cultural dessa disciplina, em função de suas posições e trajetórias<sup>85</sup>.

As *visões* a que nos referimos formar-se-iam nessas trajetórias e nos conflitos acadêmico-intelectuais e políticos. Tais oposições históricas entre grupos e, através deles, entre suas *visões*, estariam na base, pois, das duas oposições fundamentais verificadas na produção acadêmica contemporânea, a saber, o contínuo *empírico-simbólico* e o contínuo *politicista-societalista*. Estariam na base, aliás, de muitas das correlações estatísticas identificadas entre essas dimensões propriamente teórico-acadêmicas e dimensões extra-acadêmicas – a política, por exemplo, como sugerem as relações entre tomar a democracia liberal como objeto de estudo, *politicismo* e a apresentação de evidências empíricas, de um lado, e não tomar a democracia liberal como objeto, *societalismo* e a tendência a não apresentar evidências empíricas, de outro.

O campo da Ciência Política dividir-se-ia, então, (1) entre posições favoráveis à visão *strictu sensu* de Ciência Política – institucionalmente e culturalmente autônoma – e posições que abordam o que definem por “político” a partir de abordagens de outras disciplinas, que “importam” à economia simbólica do campo institucional da Ciência Política (mais ou menos *politicistas* ou *societalistas*); e (2) entre posições mais favoráveis a abordagens e áreas

---

Tais fatores políticos podem ter favorecido, também, o crescimento da importância da política institucional (e seus componentes) na agenda de estudos da ciência política brasileira, incidindo o foco sobre as instituições democráticas. Trata-se de uma hipótese a ser investigada com atenção num próximo estudo.

<sup>85</sup> Pasquino sugere uma oposição semelhante na Ciência Política italiana, quando sugere a dependência cultural da Ciência Política em relação à Sociologia como uma das principais causas da fraqueza das áreas e abordagens que tratam da política institucional e quando comenta a carreira de Sartori, em que ressalta a relação entre o foco analítico sobre as instituições políticas e a autonomia da Ciência Política (PASQUINO, 1982, p. 366; ARRUDA, 1995, p. 167). Nesse sentido, dada a heteronomia da Ciência Política, *talvez* o ‘grupo’ mineiro-carioca tenha *favorecido* a escolha da política institucional como objeto principal e *ênfatizado* a autonomia desta para *estimular* o processo de autonomização da Ciência Política brasileira (FORJAZ, 1997). Em geral, acreditamos que posições mais favoráveis à autonomia da Ciência Política tendem a tomar a política institucional como seu objeto de estudo. Talvez isso também explique a predileção pelo “neo-institucionalismo” por aqueles mais identificados com uma Ciência Política autônoma. Aliás, isso é uma possibilidade teórica de nosso esquema teórico, em que a visão da disciplina depende da definição do objeto e do tratamento dado a ele. Daí, como as dimensões cultural e institucional estão interligadas na realidade, compondo elementos indissociáveis do processo de autonomização, seria natural que pudessem influenciar-se.

*empíricas* e mais favoráveis a *teóricas* (mais ou menos *empíricas* ou *teóricas*). Num extremo do contínuo, estão as posições que associam o *politicismo* (de ordem e de objeto) ao *empirismo*, mais próximas da Ciência Política norte-americana e herdeiras do ‘grupo’ de mineiros e cariocas do ‘eixo UFMG-Iuperj’, noutra, as que associam o *societalismo* (de ordem e de objeto) ao *teoricismo*, mais próximas da Filosofia, da História e da Sociologia, próprios da tradição europeia de reflexão política, havendo uma série de combinações intermediárias entre esses extremos<sup>86</sup>.

## 2.2. A ligação entre visões e agentes (grupos)

A nosso ver, tal situação deve largamente às transformações e perturbações acadêmico-intelectuais desencadeadas pela tomada de posição do ‘grupo’ mineiro-carioca, isto é, pelos intensos conflitos acadêmico-intelectuais que se desenrolaram entre estes (pró-Ciência Política; “cientificistas”; “empiristas”) e outras frações ou grupos de cientistas sociais que abordavam (ou ignoravam) temas políticos à luz de disciplinas como a Sociologia, a Filosofia, a Economia e o Direito, em especial a chamada “escola sociológica paulista” (a partir de uma visão e de abordagens anti ou pré-científicas e/ou demasiado “societalistas”, aos olhos do ‘grupo’ mineiro-carioca e daqueles favoráveis à Ciência Política *strictu sensu*). Tratar-se-ia de um conflito fundamental, envolvendo distintas visões de ciência e de trabalho intelectual – métodos, teorias, abordagens; modos de organizar e valorizar o trabalho acadêmico etc. –, forjadas em função de posições e trajetórias acadêmicas e intelectuais distintas e conflituosas.

Assim, acreditamos que por meio das relações acadêmicas do ‘grupo’ mineiro-carioca, pode-se vislumbrar as relações entre a Ciência Política e outras ciências sociais em seu processo de autonomização. Sucederia, pois, uma oposição a visões e abordagens que falhariam em perceber a especificidade (sócio-lógica) do “político” (em especial, o fato de que ele seria, também, uma ordem) e que ignorariam a política institucional (não somente do ponto de vista científico, como um objeto interessante, mas também em sua capacidade de produzir efeitos sociais pertinentes). A sociologia paulista e suas orientações “durkheimiana”

---

<sup>86</sup> Essa divisão manifesta-se, aliás, na própria organização dos programas de pós-graduação culturalmente vinculados à ciência política, que se divide entre os de “Ciências Sociais”, “Sociologia e Política”, “Sociologia Política” e “Ciência Política”, deixando mais ou menos claro o posicionamento da instituição e dos responsáveis pela criação dos respectivos programas nos contínuos da ciência política.

e (crescentemente) “marxista”, inviabilizariam, de partida, a possibilidade de uma Ciência Política autônoma<sup>87</sup>.

Nas seções a seguir, tentamos articular visões e grupos, para relacionar campos de idéias a campos de agentes e grupos, tornando-os mais inteligíveis, além de ilustrar algumas características dos posicionamentos daí derivados, cujas diferenças, a nosso ver, estão na base das oposições acadêmico-intelectuais do campo, em especial, relativas aos contínuos. Antes, contextualizaremos sucintamente a Ciência Política brasileira na ciência política internacional.

### 3. INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA PRELIMINAR

#### 3.1. Contextualização: a Ciência Política brasileira na história da Ciência Política

Apesar das origens da *reflexão política* retroceder até os gregos, a *disciplina institucional e profissional* da “Ciência Política” formou-se como tal no fim do século XIX nos Estados Unidos, quando se instituíram as primeiras cadeiras e os primeiros departamentos universitários de Ciência Política (JENSEN, 1969, p. 1-2; LIPSET, 1969, p. X; ALMOND, 1996, p. 64-65; FERES JR, 2000, p. 97). A nosso ver, a especificidade da Ciência Política norte-americana persiste ao decorrer do século XX. Ao que parece, fora dos Estados Unidos, além de altamente heterônoma culturalmente em relação a outras ciências humanas, a disciplina mantém-se institucionalmente heterônoma, ou, mesmo, não existe enquanto tal, tendo outros nomes e sendo parte de outras disciplinas, especialmente do Direito e da Sociologia (LECA, 1982; LÓPEZ-PINTOR, 1982; LOYO, 1982; PASQUINO, 1982; MURMIS, 2005). Na Europa continental, o *estudo do “político”* está largamente associado a disciplinas como o Direito, a História e a Filosofia, e é bem mais antigo que a Ciência Política norte-americana. Ao que parece, até meados da década de 1980, pelo menos, o *pensamento erudito do “político”*, à maneira dos filósofos e dos “pensadores” políticos, pouco se diferenciou e se especializou a ponto de gerar uma Ciência Política, isto é, uma disciplina acadêmica pretensamente científica e institucionalmente autônoma, tal como nos Estados Unidos<sup>88</sup> (LECA, 1982; LOYO, 1982; PASQUINO, 1982). Ademais, compõe-se em

<sup>87</sup> Em geral, pela falta de atenção da primeira em relação ao “político” e à política institucional e à tendência da segunda em entender a política institucional como pouco relevante (importando a dominação de classe em que esta não é mais do que um acessório) e o “político” como uma superestrutura, submetida a “níveis” mais importantes.

<sup>88</sup> Lembramos que tal modelo só institui-se plenamente no *behaviorism*, aproximadamente a partir da década de 1920. Antes, no período “institucionalista”, a Ciência Política norte-americana – que já tinha este nome e já

larga medida por uma espécie de agremiação de acadêmicos de diferentes formações disciplinares, dedicados ao estudo da política ou dos fenômenos políticos. Tratando-se, pois, de um campo de fronteiras vagas e amorfas, marcado por um baixo grau de autonomia.

A ciência política (ou o pensamento erudito ou acadêmico do “político”) no ocidente parece ter se desenvolvido à luz desses dois modelos. A Ciência Política como disciplina especializada e institucionalmente autônoma parece ter se desenvolvido, predominantemente, em relação à Ciência Política norte-americana; a ciência política *latu sensu* (“pensamento político”, “Política” etc.), em relação à tradição europeia de reflexão política. Além disso, com o aumento da influência global da Ciência Política norte-americana, as ciências políticas ocidentais parecem desenvolver-se em função dela, positivamente (incorporando seu formato) ou negativamente (negando seus princípios).

O desenvolvimento da Ciência Política no Brasil parece ter sido marcado por ambas ‘correntes’. Até a maturação da ação acadêmica do ‘grupo’ mineiro, em fins da década de 1960, a “ciência política” (ou o “pensamento político brasileiro”) parece ter seguido o padrão europeu. Aqui, como na Europa continental, a proximidade (ou dependência) em relação ao Direito foi progressivamente substituída pela dependência em relação às “ciências sociais”, e à Sociologia, em particular (SANTOS, 1980, p. 16; QUIRINO, 1994; ARRUDA, 2001; TRINDADE, 2005). Nesse período, de uma forma ou de outra, a disciplina mantém seu baixo grau de autonomia: do ponto de vista institucional, é uma matéria de cursos ou de faculdades de Direito, Filosofia ou de Ciências Sociais; do ponto de vista cultural, é uma aplicação das abordagens daquelas disciplinas ao que se entende por “político”. A partir de fins da década de 1960, em função da prática do ‘grupo’ mineiro-carioca, introduz-se e passa a ampliar-se, no Brasil, um modelo mais próximo do padrão norte-americano, isto é, institucionalmente autônomo, com fortes pressões, também, por autonomia cultural.

### *3.2. Visões e agentes na construção da Ciência Política brasileira*

Poderíamos dividir a história da ciência política brasileira em três períodos. O primeiro, da década de 1920 a meados da década de 1940, define-se pelo estudo não-acadêmico e não-especializado da política. Trata-se de uma época em que eruditos e letrados pensavam e escreviam sobre temas políticos sem estar vinculados a uma estrutura acadêmica

---

gozava de autonomia institucional – seguia o padrão europeu, de proximidade com o Direito, a História e a Filosofia.

ou universitária. Durante este período não existe, na verdade, um campo de Ciência Política, mas um campo de produção que tratava de temas “políticos”. O segundo período, da década de 1940 a meados da de 1960, aproximadamente, define-se pela institucionalização do campo acadêmico brasileiro e, com ele, do estudo dos temas políticos. O terceiro, a partir de 1969, define-se pela criação dos primeiros programas de pós-graduação em Ciência Política, marcando o início do seu processo de autonomização institucional, em que se institui, de fato, um subcampo acadêmico próprio dessa disciplina no interior do campo acadêmico brasileiro.

### 3.2.1. *Intelectuais, visão humanística e formação da Ciência Política*

A *visão* de Ciência Política que chamamos de ‘relativa à figura do *intelectual*’, têm suas raízes nos intelectuais da primeira metade do século XX, cujos trabalhos são muitas vezes referidos como “pensamento político brasileiro”. A nosso ver, vários elementos do *habitus* dessa classe de intelectuais seriam herdados por cientistas sociais acadêmicos, e, por meio destes, transmitidos ao campo da Ciência Política, à medida que se entronizava no campo de produção das “ciências sociais”, favorecendo a adesão a abordagens e temas de caráter *teórico* e ao estilo *ensaístico* no próprio campo de produção de ciência política. Compreender esses elementos e como eles foram sendo transmitidos (e transformados) ao longo do tempo deve ajudar-nos a entender a presença atual de disposições e valores intelectuais, filosóficos e literários no campo da Ciência Política. Não temos condições de fazê-lo integralmente, neste momento, mas veremos *alguns* deles, apontando um caminho a seguir.

A abordagem dos intelectuais precursores era, como se sabe, inseparavelmente normativa e analítica, comprometida com a modernização do Brasil, o que implicava em geral na questão da “construção do Estado-Nação”. Pode-se mencionar Francisco Campos, Oliveira Vianna, Nestor Duarte, Alberto Torres e Azevedo Amaral, entre outros, como representantes do conhecimento político produzido nesse período. Bolívar Lamounier define essa “fase” da seguinte forma:

Do ponto de vista das condições institucionais em que é produzido o conhecimento político, essa fase pode ser facilmente caracterizada como um trabalho isolado de *pensadores*; do ponto de vista da forma, pelo recurso a amplos ensaios histórico-sociológicos que visavam substanciar propostas de reforma constitucional. Era, pois, um trabalho essencialmente individual, sem apoio universitário e sem crítica acadêmica sistemática. (LAMOUNIER, 1982, p. 415).

No que se refere às características culturais da produção do período, Héglio Trindade tece os seguintes comentários:

As origens das diferentes formas de constituição dos saberes associados ao campo das ciências sociais, especialmente da sociologia, remontam, como em outros países da América Latina, à implantação dos cursos de “ciências jurídicas e sociais”, à importação dos positivismos europeus e ao desenvolvimento do “ensaísmo” como estilo dominante das análises políticas, sociais, jurídicas e literárias. (TRINDADE, 2007, p. 73).

E quanto à situação dos “intelectuais” precursores das “ciências sociais” brasileiras:

O período de 1920 a 1945 foi extremamente significativo para o surgimento de uma ciência social *avant la lettre*. Os intelectuais entram na cena pública com a publicação de uma série de ensaios em que propõem reformas políticas. Essa geração, que transformou o papel cultural e político das oligarquias tradicionais, se “confrontou com uma república incapaz de dar corpo político à Nação” (*idem*, p. 74-75).

A situação desses “intelectuais” brasileiros assemelha-se a uma espécie de produtor cultural (de literatura, de filosofia, de história etc.) politicamente engajado, à maneira do “intelectual total” francês, da figura do “erudito”, do pensador eclético que se aventura em vários domínios do conhecimento; alguns, mesmo, podem ser muito bem classificados como membros de uma *intelligentsia*, no sentido reconstruído por Luciano Martins (1987). Poucos documentos são tão valiosos para reconstruir-se o *habitus* dessa classe de indivíduos como a entrevista de Evaristo de Moraes Filho concedida a Hiro Barros Kumasaka e Luitgarde Barros, em 8 de março de 1988. Eis uma passagem significativa:

Luitgarde - No caso da resposta do professor Rui Coelho, trata-se então de um erudito e não de um professor. Não lhe parece?

Evaristo - Não. Nada impede que o professor seja um erudito ou que um erudito seja professor. Uma mesma pessoa pode fazer mais de um curso superior ou dedicar-se a mais de um campo de estudos, para não chegar àquele caso extremo do especialista, que sabe cada vez mais de cada vez menos... Eu próprio, para dar meu exemplo - sempre antipático, segundo Pascal... - fiz os cursos de Direito e de Filosofia. Nesses cursos tive oportunidade de estudar, não só filosofia propriamente dita, como: Psicologia, Lógica, Estética, Ética, Economia, Sociologia, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Didática Geral e Especial. O universo de interesses foi bem amplo. (KUMASAKA & BARROS, 1988a, p. 26).

Evidentemente, tal estilo de trabalho acadêmico afigura-se bastante improvável para aqueles que *precisam* extrair seu sustento do trabalho intelectual e estão submetidos a exigências acadêmicas de produção. A nosso ver, trata-se de um estilo de trabalho marcado por um *éthos* aristocrático e pela liberdade econômica que garante ao indivíduo as bases materiais e a perícia cultural para dedicar-se desinteressadamente pelas coisas intelectuais. É compreensível, pois, que até o estabelecimento de um campo acadêmico de ciência política, a partir da década de 1970, os estudiosos da política fossem *intelectuais* em sua maioria formados em Direito, apoiados no capital (econômico, social, cultural) herdado de suas famílias e elaborado em seus círculos sociais (KUMASAKA & BARROS, 1988a, p. 6-7 e *segs.*; *idem*, 1988b, p. 1-7; ARRUDA, 2001, p. 168-174; MICELI, 2001, p. 103-132; CASTRO & OLIVEIRA, 2005, p. 178-182; JACKSON, 2007, p. 34-37).

Hélio Jaguaribe é um caso arquetípico, já dentro do segundo período, em que começa a formar-se um campo acadêmico de “ciências sociais”. Forma-se em Direito e, assim, inscreve-se no padrão da geração de “cientistas sociais” da primeira metade do século XX, de formação jurídica. Intelectualmente, começa marxista, assimila o culturalismo-historicismo neo-kantiano alemão e finalmente a “teoria crítica”, que o permite reunir o marxismo e o culturalismo neo-kantiano (KUMASAKA & BARROS, 1988b, p. 3). Representa e defende uma visão de ciência social indiferenciada, entre a economia, sociologia, filosofia, política etc. e, concomitantemente, a figura do *intelectual engajado*, do homem dedicado à cultura e engajado em projetos políticos. Nesse sentido, funda em 1953 o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp) e, em 1955, o ISEB, cujo quadro de intelectuais seria responsável pela elaboração e difusão do *desenvolvimentismo*, além de vários estudos teóricos em várias áreas das ciências sociais e da economia (JAGUARIBE, 1979). Vejamos, a seguir, algumas passagens, também extraídas de entrevistas concedidas pelo autor, para ilustrar essas proposições.

Hiro - Mas o senhor exerceu Direito, isso é que espantou nessa entrevista.

Hélio Jaguaribe - É verdade. Veja bem, a colocação é incorreta. Deveria dizer que, no período que procedeu meu ingresso à Universidade, eu ainda não tinha uma preocupação com consciência social. Comecei a vida intelectual pensando que iria ser escritor e voltaria um pouco para a poesia e para a coisa literária. No final da adolescência esse interesse transformou-se em interesse filosófico. Confesso que, no fundo, eu sou um filósofo e espero voltar a uma cogitação filosófica nos anos de minha velhice. Mas, circunstâncias várias, problemas no Brasil, desafio da compreensão de porque nós funcionamos mal (como quem nasce em uma família de loucos tem tendência para ser psiquiatra, quem nasce em sociedade subdesenvolvida e está angustiado com isso, tem tendência à ciência social), isso me levou, a partir da minha formação jurídica - que, naquele tempo, muito mais que hoje, era muito sociológica - a entrar na ciência social. Mas eu tinha a preocupação de ter uma vida não miserável e poder combinar uma vida razoável, de classe média, com uma vida intelectual. Então, a advocacia me abriu esse caminho. Comecei minha carreira prática com a advocacia. [...] Isso me permitiu, nesse tempo, financiar meus projetos, a revista "Cadernos do Nosso Tempo". Isso me deu, enfim, essa entrada na vida pública. (KUMASAKA & BARROS, 1988b, p. 25-26).

E falando sobre a relação do *intelectual* com a política:

Qual é a possibilidade do intelectual de ser ouvido pelo militante se ele se torna um concorrente do militante, disfarçado de intelectual? Não tem sentido. E as pessoas não são tolas e tudo que é falso não vinga. Eu sustentava, então: "Somos intelectuais, um intelectual pensa e propõe. Propõe, defende, tal tese, mas não disputa cargo, não pretende ser eleito. Ele está propondo uma influência prática, mas desinteressadamente. É isso que torna possível um diálogo válido entre um político militante e um intelectual. Mas esse pessoal, disfarçado de intelectual, quer ser deputado, quer ser ministro. É razoável que o pretendam, mas não pensem fazê-lo como titular de uma magistratura intelectual. (*idem*, p. 12).

As dimensões do trabalho intelectual são a “teoria” e a “prática”, isto é, a *práxis* da tradição marxista, a prática interessada, especialmente política. O “intelectual”, então, dedica-

se “desinteressadamente” às idéias (à “teoria”) para propor cursos de ação – que ele, contudo, não leva e *não deve* levar a cabo.

Luitgarde - Professor, do que eu ouvi, seria um equívoco eu entender que toda a sua apropriação do conhecimento do mundo tem sido pela via teórica?

Hélio Jaguaribe - Bem, evidentemente o conhecimento teórico, o saber teórico, só se pode obter por via teórica. Não nos façamos ilusões. Nenhuma praticidade conduz a níveis superiores de elaboração, sem prévia armação teórica. Portanto, da praticidade corrente à teoria dos quânta existe um intervalo da cultura, da praticidade corrente à Einstein existe um intervalo de cultura, e assim por diante. A praticidade corrente não conduz a níveis superiores de abstração. É uma ingenuidade do pragmatismo supor isso. Mas, de outra parte, o homem puramente teórico fica sem o “feed-back” da experiência prática. (*idem*, p. 5).

Trata-se, a nosso ver, de uma posição composta essencialmente por disposições filosóficas (a “teoria”) e políticas (a “prática”; a direção da teoria), com certas pitadas de literatura. Isso fica claro nos próprios termos e qualificações de Jaguaribe, referindo-se à sua situação e quando se refere ao papel do cientista social (que chama, sempre, de “intelectual”) e quando fala sobre suas aspirações intelectuais. Seus temas prediletos são “a sociedade”, interessa-se especialmente pela filosofia da história e tem predileção pelo grande ensaio teórico. É eminentemente teorista, adepto de uma visão humanística de ciência social.

Luitgarde e Hiro - E como o senhor encara uma afirmação que tem sido feita, geralmente pelo pessoal intelectual do Rio, de que era um intelectual só com intenção de influenciar decisões, mas não preocupado com a institucionalização da prática científica?

Hélio Jaguaribe - Isso depende... O ISEB teve de tudo. Eu, pessoalmente, inclusive, sou extremamente interessado em filosofia, tenho uma parcela da minha obra dedicada exclusivamente à filosofia. Tenho um grande interesse em teoria social, em teoria do desenvolvimento. Meu livro "*Desenvolvimento Político e Desenvolvimento Econômico*" é um livro totalmente teórico. Meu estudo "*Introdução à Sociedade não Repressiva*" é um livro teórico. Minha produção teórica é grande, não sou de nenhuma maneira infenso à teoria. Mas, por outro lado, essa minha angústia de contribuir para a modificação da sociedade me leva a achar que tem tantas pessoas que estão na vida teórica pura, que há suficiente espaço para aqueles que pensam a realidade contemporânea e a problemática teórica com uma certa vista à transformação social. (*idem*, p. 18).

Observamos, nos documentos consultados, que Jaguaribe não se refere à pesquisa empírica em nenhum momento: o trabalho do “intelectual” é teórico, trata de teoria e gera mais teoria; o contato com a realidade, por sua vez, é sempre “prática”, isto é, prática política, de “transformação do mundo”, orientada pela teoria. Que, aliás, não compete ao “intelectual” executar: o ‘contato com o real’ não faz parte do trabalho do “cientista” social, não está dentro do âmbito do trabalho científico-acadêmico, já que se trata do domínio da aplicação prática, do militante, do político. Além disso, o que há de “prático” no trabalho intelectual é, simplesmente, o fato dele orientar-se para a aplicação prática, isto é, constituir um *projeto político*. Assim, as questões relativas à validade do conhecimento não envolvem o teste e a

verificação empírica, manifestando uma confiança absoluta na capacidade de abstração do analista. O trabalho propriamente intelectual é essencialmente teórico – quando não *puramente* teórico, como os trabalhos isebianos de teoria social e econômica (JAGUARIE, 1979) estando distante de um modelo científico de trabalho acadêmico-intelectual. Nessa visão, as “ciências sociais” distinguir-se-iam da filosofia somente pelo objeto, a “sociedade”, e pela finalidade prática da “teoria”, resguardando a pureza da disciplina-mãe de quaisquer marcas grosseiras do mundo real.

A nosso ver, esse *gosto aristocrático* pela cultura e pelas idéias é decisivo nos posicionamentos epistemológicos, teóricos e metodológicos assumidos, como, por exemplo, a distância ou mesmo o desprezo pela pesquisa empírica ou pelo rigor lógico e a atração por meios de produção mais espontâneos, individuais (teoria *de* fulano; estilo *de* sicrano) e carregados de *virtudes* espirituais, sendo, pois, simbolicamente *rentáveis* num universo social marcado pela distinção.

Enfim, tal visão humanística do trabalho intelectual seria ‘importada’ para o campo acadêmico, a partir de meados da década de 1930, e iria ajustar-se progressivamente a princípios de organização e de avaliação do trabalho e a valores propriamente acadêmicos, formando uma espécie de campo acadêmico-intelectual, próprio da área da filosofia e das ciências humanas (ARRUDA, 1995; MICELI, 2001; PEIXOTO, 2001; JACKSON, 2007). Sendo a autonomização de um campo acadêmico uma condição necessária para o surgimento de um campo de Ciência Política relativamente autônomo e, com ele, de uma forma mais profissionalizada, especializada e mesmo científica de estudo de temas políticos, do ponto de vista da formação de um campo específico de Ciência Política, acreditamos que esta *visão* da ciência política tenha contribuído em pelo menos duas frentes: 1) instituindo uma forte tradição de pensamento e reflexão política, que se transfere ao campo acadêmico e estimula a formação de novas posições acadêmico-intelectuais especialmente interessadas em temas políticos; 2) a problemática do Estado-Nação, forte entre 1930 e 1950, colocaria o “Estado” no centro das atenções do pensamento político brasileiro, abrindo caminho para o *estatismo*, manifesto em posições como o marxismo estruturalista e gramsciano (FORJAZ, 1997, p. 7), e, por meio dele, para a “autonomia do político”, própria da Ciência Política *strictu sensu*, como as abordagens neo-institucionalistas. Além disso, impinge algumas marcas no campo de produção da Ciência Política, em função da proximidade social e cultural deste em relação ao campo acadêmico-intelectual das “ciências sociais”, no qual se cria e do qual se destaca.

Assim, do ponto de vista teórico-metodológico, tal visão estimularia diretamente a constituição de posições *teoricistas* e *societalistas* (na ordem e no objeto) no campo de produção da Ciência Política.

### 3.2.2. A proximidade com as “ciências sociais” e o societalismo

A *visão societalista* da ciência política refere-se às “ciências sociais”, mais especificamente à sociologia. Toma forma no segundo período, em especial entre a década de 1950 e o fim da de 1960, e depende da institucionalização acadêmica das “ciências sociais” brasileiras, em que se institucionaliza em paralelo o estudo de temas políticos, cada vez mais associado àquelas. Do início ao fim desse período, a ciência política vai gradativamente afastando-se do Direito e aproximando-se ou mesmo confundindo-se com a sociologia, sob a rubrica das “ciências sociais”, tanto culturalmente, em suas abordagens, como institucionalmente, passando a instituírem-se matérias de “política” ou de “ciência política” nas cátedras de Sociologia e nas faculdades de Filosofia, nas quais os cursos de Ciências Sociais, em geral, inseriam-se (LAMOUNIER, 1982, p. 409-419; QUIRINO, 1994; ALMEIDA, 2001, p. 239-255; ARRUDA, 2001, p. 286-318; JACKSON, 2007, p. 119).

A reflexão política nas “ciências sociais” é relativamente tardia, vindo a surgir esporadicamente durante a década de 1950 e a estabelecer-se em meados da década de 1960, enquanto os cursos de Ciências Sociais institucionalizam-se desde a década de 1930, a partir da criação, na USP, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e, nesta, de duas cátedras de Sociologia. Alguns autores sugerem que a causa desse “atraso” tenha sido o domínio das orientações durkheimiana e etnológica na sociologia (que é o foco das “Ciências Sociais”)<sup>89</sup> (LAMOUNIER, 1982, p. 417; QUIRINO, 1994; FORJAZ, 1997), o que pode ter contribuído para manter os temas políticos associados ao Direito, especialmente às áreas do Direito Constitucional, Público e do Trabalho. Tal situação mudaria subitamente durante a década de 1960, em função de dois processos relacionados: o crescimento da importância de temas políticos no campo acadêmico (brasileiro e internacional) e a radicalização ideológica no campo político.

---

<sup>89</sup> No início, o “político” era abordado (se é que o era) na cátedra de Direito Público: sucedendo-o, a cátedra de Política viria a ser criada em 1940 – vindo a ser ocupada por Paul Arbousse-Bastide, um sociólogo durkheimiano (QUIRINO, 1993, p. 339-340; TRINDADE, 2007, p. 88). A respeito da orientação teórica de Arbousse-Bastide e da hegemonia da tradição durkheimiana na Sociologia e na Etnologia francesas, importada para o curso de ciências sociais da USP por meio da missão francesa, cf. Peixoto (2001, p. 497-501) e Quirino (1993).

Assim, ainda que a Ciência Política só aparecesse enquanto tal na USP em 1974, temas políticos passam a constituir as principais preocupações do grupo de sociólogos ligados à cátedra de Sociologia I, de Florestan Fernandes. Curiosamente, a própria trajetória intelectual de Florestan parece retratar o movimento intelectual geral que marcou o campo das Ciências Sociais: inicia a carreira próximo da sociologia francesa, do funcionalismo e do estruturalismo; interessa-se por temas etnológicos e posiciona-se como um adepto de uma sociologia rigorosamente científica; e, progressivamente, aproxima-se de Marx e de Weber até, finalmente, elaborar uma espécie de sociologia aplicada, de esquerda, profundamente preocupada com os problemas sócio-econômicos que afligiam o país (ARRUDA, 1995, p. 175-181). Florestan reúne em torno de sua cátedra um grupo de sociólogos que realiza estudos em regime semi-profissional (*idem*, p. 194). À medida que transcorrem os estudos, o marxismo torna-se a orientação de maior influência (associado a certas pitadas de Weber) e, juntamente com os novos temas de estudo, manifesta-se um deslocamento vigoroso de uma sociologia mais gnosiológica e culturalista em direção a uma sociologia econômica e política. A formação dos projetos de pesquisa “A empresa industrial em São Paulo” e o ambicioso “Economia e sociedade no Brasil” (JACKSON, 2007, p. 122), entre outros, é um indício significativo disso, bem como a produção do grupo, subsequente a 1961, quando Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni defendem suas teses de doutorado, a qual se volta a problemas estruturais da sociedade brasileira responsáveis por seu “subdesenvolvimento” (ARRUDA, 1995, p. 200-206).

Assim, ao decorrer da década de 1960, a chamada “escola paulista” desloca o foco de atenção a temas políticos e econômicos, mas conserva uma posição teórico-metodológica *societalista* (de ordem), baseada em estruturas sociais e econômicas. A sociologia política e econômica desenvolvida, contudo, passa a compor indubitavelmente o pensamento político brasileiro e o campo de produção da ciência política, produzindo efeitos neste, sejam eles positivos, influenciando cientistas políticos de formação ou sociólogos interessados em temas políticos a adotarem elementos de sua abordagem, sejam eles negativos, fazendo que sociólogos e cientistas políticos assumissem sistematicamente posicionamentos de crítica.

Além da USP, constituiu-se um forte núcleo de concentração marxista na Unicamp, ao decorrer das décadas de 1970 e 1980, com algumas figuras de proeminência nas Ciências Sociais e na Ciência Política, como Décio Saes, Álvaro Bianchi e Armando Boito Jr.,

fortalecendo a tradição já constituída de estudos envolvendo temas políticos nas Ciências Sociais.

No Rio de Janeiro a reflexão política ligada às “ciências sociais” é anterior à USP, talvez pela ausência da orientação sociológica acadêmica e durkhemiana, proeminente nesta até a década de 1960. No bojo do processo de institucionalização das “ciências sociais”, cria-se em 1953 o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp), reformulado em 1955 quando passou a se chamar Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Os temas políticos propriamente ditos vigoravam no ISEB. Ainda assim, o que se fazia do lado carioca lembra pouco o que se entende hoje por Ciência Política: à maneira dos pensadores políticos do começo do século, os *isebianos* produziam ensaios de teoria social e doutrinas político-econômicas, elaboradas para produzir ou orientar a ação política (JAGUARIBE, 1979). Alguns autores apontam, inclusive, para a proximidade do ISEB (e de outras instituições universitárias cariocas, como a Universidade do Brasil) com o poder político federal, sugerindo a primazia do comprometimento ideológico sobre a liberdade acadêmica e científica (MICELI, 2001, p. 113-114). Fato ou não, parece ser verdade que o ISEB não estava comprometido com a formação e autonomização de um campo acadêmico de Ciências Sociais, sendo mais uma espécie de *intelligentsia*<sup>90</sup>, ao contrário do que ocorrera paralelamente na USP<sup>91</sup>.

Forma-se, assim, uma tradição de pensamento que assimila temas políticos a abordagens que mobilizam ordens das mais diversas para explicar, descrever ou interpretar fatos de natureza também diversa. Tende-se a definir “político” de forma ampla, referindo-se a formas específicas de relação ou interação entre grupos, classes ou frações do “mundo” ou da “totalidade” social, atravessadas por forças diversas, não somente políticas. Nesse sentido, quando abordada, a política institucional tende a ser entendida como um conjunto de fatos dependentes de fatores externos, especialmente sociais, como a origem social, seu *habitus*, à dinâmica de classe etc. Mas, como se pôde verificar na análise da produção acadêmica, no capítulo um, a *visão* de ciência política vinculada à sociologia não é necessariamente

---

<sup>90</sup> Sobre os objetivos do ISEB, em especial sua orientação de produção de estudos teóricos com vistas à aplicação por vias políticas, em vez de formar um quadro de profissionais em ciências sociais, consultar a entrevista de Hélio Jaguaribe concedida a Hiro Barros Kumasaka e Luitgarde Barros (KUMASAKA & BARROS, 1988b, p. 10-11 e p. 19), e seu balanço crítico da história e da produção isebianana, em Jaguaribe (1979).

<sup>91</sup> Sobre as causas da formação de uma iniciativa comprometida com a autonomização acadêmica das “ciências sociais” na USP, v. Miceli (2001).

*teorista*, havendo uma dispersão de abordagens *societalistas* no contínuo empírico-teórico, manifestando, assim, a diversidade metodológica da própria sociologia.

### 3.2.3. O ‘grupo’ mineiro-carioca e a Ciência Política autônoma

O período que se inicia com a institucionalização nacional da pós-graduação no campo acadêmico brasileiro é marcado pelo aprofundamento da *autonomização institucional* da Ciência Política, por meio da criação de programas de mestrado e doutorado específicos, em que se institui, de fato, um subcampo acadêmico próprio desta disciplina. A questão da autonomia cultural (teórica, metodológica, de objeto...), contudo, continuaria um impasse, conservando-se posições desfavoráveis a ela, inclinadas à manutenção dos vínculos de dependência cultural (ainda que não colocado desta maneira) com outras ciências humanas e sociais. Não havendo, portanto, consenso quanto à *visão* de ciência política que deveria definir e distinguir a disciplina.

A *visão* favorável a uma ciência política autônoma institucional e culturalmente, estabelecendo-se nas décadas de 1960 e 1970, forjou-se em grande medida na trajetória do grupo de cientistas políticos e sociais mineiros que se formaram no curso de Sociologia e Política da antiga Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG e que, juntamente com alguns cariocas, fundariam dois centros de Ciência Política relacionados, o Departamento de Ciência Política, na UFMG, e o Iuperj<sup>92</sup>. A principal característica deste ‘grupo’ é seu posicionamento sistemático a favor da *pesquisa empírica* nos estudos da Ciência Política e das ciências sociais em geral. São distintivamente críticos do *teoricismo* e infensos a qualquer postura acadêmico-intelectual, em ciências sociais, que não submeta as abstrações ao teste e a um rigoroso controle empírico. Também significativa, mas menos consensual entre os elementos do ‘grupo’, é o posicionamento favorável ao *politicismo* (de objeto e, em menor grau, de ordem e objeto). A nosso ver, sua tomada de posição no campo das ciências sociais brasileiras produz os seguintes efeitos: 1) são os responsáveis diretos da *autonomização institucional* da Ciência Política, destacando-a oficialmente das “ciências sociais” e da sociologia e demarcando um campo institucional específico; 2) são os responsáveis pela introdução no campo de produção das ciências sociais, especialmente na fração de ciência

<sup>92</sup> Os seguintes acadêmicos são as referências do ‘grupo’ mineiro-carioca do ‘eixo’ UFMG-Iuperj: Wanderley Guilherme dos Santos, Fábio Wanderley Reis, Bolívar Lamounier, Antonio Octávio Cintra, Simon Schwartzman, Amaury de Souza, Edmundo Campos Coelho, Eli Diniz, Olavo Brasil de Lima Jr., Renato Boschi, Teotonio dos Santos, Vinicius Caldeira Brandt, Herbert José de Souza, Ivan Ribeiro, Élcio Saraiva, Maurício Cadaval, José Murilo de Carvalho e Vilmar Faria. Os mineiros são o maior subgrupo, em número de acadêmicos.

política, de áreas temáticas e abordagens de orientação *empirista* e *politicista* (de objeto), abrindo um precedente para que outras áreas dessas orientações se desenvolvessem no Brasil. Esses efeitos conjugados estimularam, a nosso ver, a autonomização institucional e cultural da ciência política brasileira, fazendo o ‘grupo’ mineiro-carioca e o ‘eixo’ UFMG-Iuperj os pioneiros desse processo.

Tomando os mineiros como referência, acreditamos que os seguintes fatores, combinados, sejam responsáveis pelos posicionamentos do ‘grupo’ e seus efeitos.

No período de graduação, em meados da década de 1950, os mineiros formam-se em um curso de “Sociologia e Economia” carregado de disciplinas jurídicas e econômicas, além da presença da estatística e matemática, o que era incomum nos cursos vinculados a faculdades de Filosofia<sup>93</sup> (ARRUDA, 2001, p. 307-318). Os estudos partidários e eleitorais já eram uma preocupação importante no curso, e do ‘grupo’ mineiro (OLIVEIRA, FERREIRA & CASTRO, 1998, p. 364), o que, aliás, manifestava-se nos conflitos com o grupo de Orlando de Carvalho que também estudava partidos e eleições, mas na Faculdade de Direito e sob prisma jurídico (Lamounier *apud* FORJAZ, 1997, p. 16). Há indícios na literatura de que esse conflito era motivado por fatores *ideológicos*, em que os integrantes do ‘grupo’ mineiro acusavam a abordagem dos juristas de “formalista” e “conservadora” (FORJAZ, 1997, p. 15-16), e por um conflito profissional oriundo da sobreposição de interesses de pesquisa envolvendo posições acadêmicas próximas mas suficientemente distintas, engendrado, pois, pela competição por um espaço profissional (*idem*, p. 13 e p. 15-16, em especial as declarações de Bolívar Lamounier). A própria ocorrência de um conflito com essas características, em torno dessas circunstâncias, indica-nos que os mineiros já se interessavam pela política institucional, objeto à época tipicamente jurídico, com a diferença de que se vinculavam institucionalmente – e culturalmente – a disciplinas das “ciências sociais”.

Assim, fora do eixo Rio-São Paulo e já em fins da década de 1950, algo relativamente próximo de uma concepção atual de Ciência Política já era feito nas faculdades de Direito e de Economia da UFMG. A *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (RBEP), vinculada à Faculdade de Direito e liderada por Orlando de Carvalho, publicou trabalhos de estudos eleitorais, partidários e de análise institucional que em certa medida antecipam as abordagens

---

<sup>93</sup> A proeminência dessas disciplinas pode ser atribuída ao objetivo inicial do curso, de formar elites técnicas para compor cargos administrativos em instituições do Estado. *Cf.*, a respeito, Arruda (2001, p. 207-303).

*politicistas* da Ciência Política contemporânea, mas a partir da óptica do Direito Constitucional (LAMOUNIER, 1982, p. 417-418; FORJAZ, 1997; ARRUDA, 2001, p. 329).

Ainda que os mineiros tenham se oposto ao grupo de Orlando<sup>94</sup>, julgamos ser provável que essa tradição de estudos, na qual eles se inseriam, tenha contribuído para sua predileção pela política institucional, a adesão a abordagens *politicistas* e o posicionamento favorável à Ciência Política autônoma, depositando predisposições que floresceriam com a pós-graduação na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) e nos Estados Unidos<sup>95</sup>. Assim, num dos lados, temas políticos são tratados estritamente à luz do Direito, implicando, teoricamente, numa “ciência política” totalmente dependente deste. Do outro, a presença do Direito é menor, abrandada pela tradição sociológica, além da presença de disciplinas econômicas e de administração. A nosso ver, essa situação manifesta, no interior de uma só instituição, a situação ambivalente da ciência política e o germe do aprofundamento de sua *autonomização*. Do outro lado, as influências sociológicas<sup>96</sup> e o pertencimento a uma posição acadêmica e profissional ligada à “sociologia política” estimularia esses acadêmicos a distinguirem-se do Direito<sup>97</sup>. Processando o objeto político oriundo de uma abordagem jurídica a partir de influências sociológicas e econômicas, o desenlace seria a Ciência Política e uma visão *politicista* (de objeto) desta, vinculada à ênfase sobre a política institucional.

Aliás, há na literatura indícios de que durante a graduação os mineiros tinham um forte interesse político *prático*; muitos, inclusive, militavam na política estudantil (OLIVEIRA, FERREIRA & CASTRO, 1998, p. 356-360); e que esse interesse tenha estimulado a tomada da política institucional como foco de estudo e, inclusive, sido um fator de aproximação entre o ‘grupo’ mineiro e cientistas sociais cariocas deslocados ou que não mais se encaixavam no padrão militante-*intellectual* das “ciências sociais” no Rio de Janeiro. Nesse sentido, Forjaz

<sup>94</sup> Sobre as afinidades entre a abordagem representada por Orlando de Carvalho e o “neo-institucionalismo”, cf. Lamounier (1982, p. 417-418). Aliás, o “acerto de contas” de Bolívar Lamounier com a obra de Orlando de Carvalho é compreensível, já que ele seria um dos mineiros a aderir a abordagens institucionalistas (seria, mesmo, um dos seus pioneiros no Brasil) e a fazer estudos partidários e institucionais, à medida que passaria a opor-se ao *societalismo* marxista.

<sup>95</sup> Os trabalhos publicados pelo próprio grupo de Orlando, aliás, parecem ter chamado a atenção do grupo mineiro à importância da política institucional (ARRUDA, 2001, p. 329; LAMOUNIER, 1982, p. 415-416)

<sup>96</sup> Elementos da formação sociológica dos mineiros podem ser conferidos na entrevista de José Murilo de Carvalho concedida a Oliveira, Ferreira e Castro (1998), de Gláucio Ary Dillon Soares, em Gomes e D’Araujo (2008) e em Arruda (2001, p. 356-360).

<sup>97</sup> Bolívar Lamounier faz uma curiosa observação, sugerindo que, não fosse o conflito profissional oriundo da competição entre a Faculdade de Direito e a de Economia e Administração, provavelmente o grupo de cientistas políticos mineiros seria um grupo de advogados (FORJAZ, 1997, p. 16).

propõe que a forte cultura política de Minas Gerais e a cultura político-militante dos cariocas contribuiu para que se aproximassem – focando temas políticos. Isso, também, estaria por trás da adesão a abordagens e posicionamentos *politicistas* (de objeto e de objeto e ordem):

A inclinação para a política dos mineiros, que os transforma em atores importantes do processo de afirmação da Ciência Política brasileira, encontra eco na tradição intervencionista e militante das ciências sociais no Rio de Janeiro, imensamente marcada pela experiência isebiana [é o caso de Wanderley Guilherme dos Santos]. O intercâmbio e a comunicação fluem facilmente entre esses dois grupos de intelectuais ancorados numa concepção de ciências sociais na qual a esfera da política é extremamente valorizada. (FORJAZ, 1997, p. 12).

Os nossos contatos intelectuais, que procuravam acentuar mais a análise política, eram no Rio de Janeiro. O eixo era Minas-Rio. As revistas de Minas, a Brasileira de Estudos Políticos e a Brasileira de Ciências Sociais tentavam publicar gente do país inteiro, mas quem atraía mais a atenção era o pessoal do ISEB. Como Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe, que tinham muito o que dizer enquanto cientistas políticos. (Lamounier *apud* FORJAZ, 1997, p. 13).

A seguir, com a intensa influência intelectual dos cursos de especialização e mestrado na Flacso e do doutoramento nos Estados Unidos, acrescidos à desilusão política com o golpe militar de 1964, deslocaria o interesse político à *ciência* da política: o foco continuaria sendo a política, mas a partir de uma abordagem positiva e eminentemente empírica; esta última característica, aliás, tendo raízes na graduação.

Outro possível fator de influência sobre as posições acadêmico-intelectuais do ‘grupo’ mineiro é o regime de bolsas de estudo no curso de Sociologia e Economia, que conferiu a este um caráter altamente competitivo e semi-profissionalizado, exercendo um forte estímulo para que os graduandos bolsistas profissionalizassem-se e seguissem a carreira acadêmica (ARRUDA, 2001, p. 304; OLIVEIRA, FERREIRA & CASTRO, 1998, p. 359-363; MICELI, 1993, p. 59). De forma semelhante ao grupo de estudantes que se formou em torno de Florestan Fernandes, na USP, tais circunstâncias de trabalho inclinariam os mineiros à especialização e à profissionalização da atividade acadêmica que, por sua vez, combinadas com o foco sobre a política institucional, incliná-los-ia a favorecer a especialização da Ciência Política e mesmo, no caso de alguns, como Simon Schwartzman, Bolívar Lamounier e Wanderley Guilherme dos Santos, a deliberadamente buscá-la.

No que se refere especificamente à posição teórico-metodológica estabelecida na década de 1970, o fato mais importante parece ter sido a experiência na Flacso. Após a graduação, vários mineiros e cariocas vão ao Chile para se pós-graduarem nessa instituição, que então já era um núcleo em que as ciências sociais norte-americanas exerciam forte influência. “De Minas, foram Fábio Wanderley, Bolívar Lamounier, Simon Schwartzman,

Amauri de Souza. Do Rio, Wanderley Guilherme, César Guimarães, Carlos Hasenbalg. Posteriormente, foram também Renato Boschi, Elisa Reis, Olavo Brasil, os três de Minas” (José Murilo de Carvalho *apud* OLIVEIRA, FERREIRA & CASTRO, 1998, p. 365). Lá, são fortemente influenciados pela ciência social norte-americana; seu empirismo, sua forte atenção à pesquisa empírica, em especial. Diz a respeito Antonio Octávio Cintra: “E a Flacso foi, literalmente, uma lavagem cerebral... a gente já estava predisposta... realmente era uma orientação muito da Sociologia norte-americana. Então, nós voltamos muito imbuídos daquilo tudo... Muito neo-positivismo... essa foi uma grande influência.” (Antônio Octávio Cintra *apud* ARRUDA, 2001, p. 321). A orientação metodológica paralelamente empirista e quantitativa da Flacso (aliás, tipicamente norte-americana) e a continuidade ante a formação adquirida na graduação manifestam-se claramente nas palavras de José Murilo de Carvalho, que reproduzimos a seguir:

Ele [Johan Galtung, discípulo de Paul Lazarsfeld e professor na Flacso] vinha para recrutar. Fui entrevistado por ele para ir para a Flacso e fui aceito, mas sem bolsa, porque não consegui resolver uma equação, imagino que bastante simples, que ele me mandou resolver na entrevista. Minha álgebra não foi suficiente... Sem bolsa, como eu não tinha dinheiro, não pude ir. Isso já mostra o estilo de orientação deles, particularmente do Galtung: uma orientação muito matemática, muito quantitativa, que tinha muito a ver com a ciência social norte-americana. O único gancho que esse tipo de estudo encontrou na Faculdade de Ciências Econômicas foi via estudos eleitorais. Isso já existia lá, Orlando de Carvalho tinha isso na Revista Brasileira de Estudos Políticos, e por aí não houve um corte significativo. Mas do ponto de vista geral houve uma mudança importante, que na época, inclusive, gerou debate. Eu me lembro de um artigo do Antônio Octávio Cintra que se chamava "Sociologia: ciência fática". Wanderley Guilherme dos Santos, que então estava no Iseb, respondeu com muita ênfase, como lhe é próprio. Posteriormente Wanderley também foi para os Estados Unidos, mas certamente havia um conflito bastante grande entre a nova orientação e o que se praticava em São Paulo e no Rio de Janeiro, particularmente no Iseb. (José Murilo de Carvalho *apud* OLIVEIRA, FERREIRA & CASTRO, 1998, p. 362).

Nesses termos, é como se a experiência na Flacso atualizasse disposições previamente adquiridas, direcionando os cientistas sociais mineiros a orientações empíricas e, com a Ciência Política norte-americana, ao *politicismo* (de objeto). O doutoramento nos Estados Unidos, entre meados dos anos 1960 a meados dos 1970, seria o prolongamento natural dessa trajetória. Lá se doutoram Fábio Wanderley Reis (Harvard), Wanderley Guilherme dos Santos (Stanford), Simon Schwartzman (University of California, Berkeley), Antonio Octávio Cintra (Massachusetts Institute of Technology), Bolívar Lamounier (University of California, Los Angeles), Renato Boschi (Michigan), Gláucio Ary Dillon Soares (Washington University St. Louis) e José Murilo de Carvalho (Stanford), para mencionar alguns. Com a exceção de Gláucio, que se doutora em Sociologia, *todos* o fazem em Ciência Política. Retornariam ao Brasil prontos para tomar uma posição entre a elite do campo das ciências sociais,

combatendo as posições “anti-científicas” estabelecidas no campo – em especial, o marxismo. A nosso ver, são as experiências na Flacso e nos Estados Unidos, somadas ao interesse em política (em especial, a política institucional), que aproximariam cariocas e mineiros, além da emigração de mineiros para o Rio de Janeiro ao decorrer da década de 1970 – em especial o Iuperj – em virtude de problemas com o estabelecimento do Departamento de Ciência Política na UFMG (ARRUDA, 2001, p. 321 e p. 362-365), fortalecendo os laços.

A tomada de posição dos cientistas políticos mineiros e cariocas não decorre somente de suas trajetórias acadêmicas: encontram condições objetivas propícias para se realizar. Em 1968 inicia-se um extenso processo de reforma do sistema universitário brasileiro e um vigoroso programa de expansão da pós-graduação, em que as ciências sociais, antes pouco consideradas pelas agências governamentais de fomento, passariam a ganhar cada vez mais espaço, tanto no CNPq, que em 1964 passara a ser a instituição responsável por formular a política científico-tecnológica nacional, como na Capes, além de outras agências regionais, como a Fapesp. É também na segunda metade da década de 1960 que a Fundação Ford, estimulada pelo cenário político internacional de escalada da influência acadêmica e política do marxismo e do comunismo, implantaria um amplo projeto de financiamento às ciências sociais na América Latina e, em particular, no Brasil (MICELI, 1990; 1993; 2001; REIS, 1993). Desconfiada das tendências ideológicas da Sociologia (não por menos, dado o crescimento do marxismo na academia latino-americana nos anos 1960), a Fundação Ford focaria a Ciência Política e a Antropologia, em especial por tratarem-se, então, de disciplinas pouco institucionalizadas no país. Tratou-se de uma oportunidade de exportar os padrões americanos de organização do trabalho acadêmico e científico e suas abordagens teóricas e metodológicas (MICELI, 1990; 1993), ainda que, ao que parece, não ter exercido pressão sistemática para controlar as orientações políticas e o pensamento dos grupos e instituições financiados<sup>98</sup>, em parte, como sugere Miceli, pela orientação mais “liberal” do escritório latino-americano, que se distinguia da matriz, mais “conservadora” e politicamente preocupada. Assim, a Ford não só financiaria os doutoramentos de vários integrantes do ‘grupo’ mineiro-carioca, como financiaria suas iniciativas no campo institucional, injetando dinheiro no programa de mestrado em Ciência Política na UFMG (criado em 1969), no do Iuperj (também em 1969), além de financiar o Cebrap (criado em 1969; como se vê, é uma

---

<sup>98</sup> Veja-se, por exemplo, o caso do Cedec, um centro de pensamento de caráter fortemente de esquerda, criado e sustentado com o financiamento da Ford.

data-chave), o Cedec (de 1976) e o Idesp (de 1980), para mencionar os principais. Além disso, há o já mencionado processo de radicalização ideológica generalizado, ancorado em fatos políticos significativos (ditaduras de direita na América Latina; golpe militar de 1964 no Brasil; Revolução Cubana; Guerra do Vietnã etc.), que colocaria a política na ordem do dia – inclusive nos campos acadêmicos. Sem a expansão da pós-graduação, o apoio da Ford e o próprio cenário político internacional (que influencia a ação da Ford) não vemos como a posição acadêmico-intelectual do grupo mineiro-carioca poderia ter se convertido em posições institucionais, sem as quais não seria possível produzir a influência que produziriam com o ‘eixo’ UFMG-Iuperj.

Influenciados pelo modelo norte-americano de ciência social, altamente profissionalizada e especializada, baseada na figura do *scholar* e na divisão do trabalho em redes de pesquisadores organizados em torno de temas comuns, na veiculação da produção a partir de periódicos, favorável à pesquisa empírica e aos métodos quantitativos, grande parte dos cientistas políticos mineiros e cariocas viriam a acusar a falta de cientificidade das “ciências sociais” brasileiras e das inconsistências que tal disposição produziria no estudo do “político”; da política institucional, em especial, que era o foco de seu interesse. Estando as “ciências sociais” (*i.e.*, a sociologia) da época marcadas pela ascensão de visões e abordagens humanísticas e mesmo hostis à ciência, e estando interessados na política, a Ciência Política tornar-se-ia, a nosso ver, uma espécie de “refúgio” para os cientistas políticos mineiros e cariocas. O que não se reduziria a uma questão metodológica, estendendo-se também à maneira de se organizar e valorizar o trabalho acadêmico (MICELI, 1990, p. 34-35).

Contudo, na inexistência de um campo de produção autônomo, na fração do campo de produção que abordava temas políticos havia posições estabelecidas diametralmente contrárias às orientações teórico-metodológicas de mineiros e cariocas – a seu ver (1) anti-científicas e (2) demasiado *societalistas* (de ordem e de objeto). O marxismo, tal como praticado, seria a principal dessas abordagens. Novamente, o principal foco de tensão ocorreria em relação à sociologia paulista que, além de marcar-se cada vez mais por uma suposta posição anti-científica, caracterizava-se por sua organização e estilo de trabalho à francesa, pela predominância do “ensaísmo” e da orientação “teoricista”, apesar do projeto ‘cientificista’ de Florestan tocado ao decorrer da década de 1950 e do distanciamento relativo de seu grupo em relação à cultura literária que marcara as primeiras gerações e as outras cátedras do curso de ciências sociais (ARRUDA, 1995; MICELI, 2001, p. 127-133;

PEIXOTO, 2001; JACKSON, 2007a). Sucederia uma intensa luta acadêmico-intelectual, demarcada em torno do tema “político”, em que se buscava fundar de uma vez por todas uma ciência social positiva (especialmente por parte de Fábio Wanderley Reis e Antonio Octávio Cintra) e a instituir uma Ciência Política institucional e (em menor grau) culturalmente autônoma, baseando-se na idéia de autonomia das instituições políticas (especialmente por parte de Simon Schwartzman e Bolívar Lamounier). O que não seria possível a partir das abordagens *societalistas* (de ordem e de objeto), em especial o marxismo, que por princípio recusaria a especialização profissional baseado na idéia de “totalidade social” (evita-se a especialização porque o mundo é um “todo” integrado; a especialização profissional do trabalho acadêmico e a especialização dos métodos é influência do sistema de produção capitalista etc.). Embora o marxismo fosse o principal ‘alvo’, também se iria criticar certas orientações demasiado “sociologizantes” das “ciências sociais”, em especial a sociologia funcionalista e estruturalista, especialmente a dukheimiana, cujo “desinteresse pela política” sabotaria de partida a possibilidade de uma Ciência Política.

Essa oposição sistemática já se manifesta com clareza nos últimos números da *Revista Brasileira de Ciências Sociais*<sup>99</sup>, em que os mineiros, de volta dos Estados Unidos, iniciam seu posicionamento no campo, passando a assumir uma posição cada vez mais cristalizada (ARRUDA, 2001, p. 338-339 e p. 354-356). Com o fim do periódico, em 1966, e o relativo insucesso do Departamento de Ciência Política na UFMG (*idem*, p. 321) muitos mineiros migram para o Iuperj<sup>100</sup>, onde já estão importantes cientistas políticos cariocas, como Wanderley Guilherme dos Santos, estabelecendo o ‘eixo’ de intercâmbio de pessoal e de idéias UFMG-Iuperj. No Iuperj, por sua vez, é criado o principal veículo de posicionamento acadêmico-intelectual do ‘grupo’ mineiro-carioca, o periódico (com o sugestivo nome) *Dados*. O ‘grupo’ de cientistas políticos mineiros e cariocas ganha assim uma expressão institucional, além das proximidades teórico-metodológicas e as semelhanças acadêmicas que os aproxima no campo acadêmico e os une contra adversários comuns.

---

<sup>99</sup> Periódico publicado entre 1961 e 1966 pela Faculdade de Economia e Administração da UFMG. Em 1986, a Associação de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs) passaria a publicar um periódico como mesmo nome.

<sup>100</sup> Simon Schwartzman (em 1970), José Murilo de Carvalho (em 1978), Renato Boschi (1976), Elisa Reis (1980), Olavo Brasil de Lima Jr., Bolívar Lamounier, Edmundo Campos Coelho e Eli Diniz. Wanderley Guilherme dos Santos, carioca, seria um dos maiores responsáveis pelo estabelecimento do Iuperj, em que também lecionariam Carlos Alfredo Hasenbalg e Gláucio Ary Dillon Soares.

A posição de mineiros e cariocas transluz nos seguintes trechos, apontados contra o marxismo (paulista). Começando pelo “cientificismo” e o “empirismo”:

A idéia de totalidade, como a encontramos desenvolvida e utilizada na produção sociológica brasileira mais recente, e na forma pela qual tem curso nas discussões que se dão no ambiente universitário ligado às ciências sociais, parece ter como fonte próxima as teses de Gurvitch e/ou as teses marxistas. Haveria, também, uma certa correlação entre o recurso heurístico à “totalidade”, “método dialético” e os “métodos intensivos” ou “qualitativos” de coleta de evidências. (Antonio Octávio Cintra *apud* ARRUDA, 2001, p. 356)

Conceitos como o de “interesse objetivo de classe” (contraposto ao interesse empírico ou fenomênico), de “falsa consciência de classe” e “alienação”, de “lógica do processo histórico” etc., podem revelar-se efetivos ou não em nível supra-científico de indagação. Não cabe aqui discuti-lo. No nível propriamente científico parecem paralisar a investigação sociológica na tarefa de sempre confirmar qualquer que seja o comportamento da realidade social, as previsões decorrentes do nível essencial, dos inobserváveis. (*idem*, p. 356-357)

[...] se não se aceita o próprio método da ciência, e se foge ao âmbito do conhecimento científico, recusando-se o critério da auto-correção do conhecimento pela experiência controlada e comunicável, a solução só pode vir de pressupostos mais ou menos irracionais: o argumento de autoridade, o dogma de classe ou de nação etc. (*idem*, p. 357)

Maria Arminda do Nascimento Arruda sintetiza o argumento de Antonio O. Cintra: “Os procedimentos inerentes ao saber empírico são, assim, contrapostos a concepções, como a marxista, que *pressupõem a negação da experiência* como forma mais legítima para construção do conhecimento.” (ARRUDA, 2001, p. 357. Sem itálico no original).

Wanderley Guilherme dos Santos faz eco às objeções de Antonio Octavio Cintra, mas referindo-se a um “certo” marxismo:

Dada a influência incontestável que o marxismo exerce na produção latino-americana é oportuno assinalar que, entre os entraves ao conhecimento sobre política na América Latina, encontra-se uma variante escolástica do marxismo caracterizada, exatamente como o positivismo do século passado, pelo onanismo conceitual, pela obsessão definicional, pelo fanatismo do dogma. Ao lado da produção marxista de boa qualidade que, juntamente com outras correntes, tem contribuído para o avanço do conhecimento sobre a realidade política latino-americana, amontoam-se volumes e mais volumes, ensaios, revistas e opúsculos estritamente ocupados em decifrar o verdadeiro sentido dos ensinamentos do mestre, em esclarecer conceitos e em distribuir passes de entrada para o círculo dos iluminados e verdadeiros marxistas (SANTOS, 1979, p. 25).

E no que se refere ao “societalismo”, Wanderley Guilherme dos Santos sugere tratar-se de uma tendência das ciências sociais latino-americanas:

A busca por um entendimento mais globalizante, menos parcelado, da realidade política é uma característica visível na produção latino-americana. Escassos são os trabalhos de peso que, ocupados somente com uma dimensão apenas do sistema político – seja por exemplo o sistema partidário, o papel do legislativo ou as políticas governamentais –, não procurem de alguma forma referi-los à sociedade global a fim de que ganhem pleno sentido e inteligibilidade. (*idem*, p. 18).

Direcionando-se ao alvo principal, a USP, Bolívar Lamounier acusa a falta de atenção com a política institucional. Embora a crítica também possa ser direcionada ao marxismo

uspiano, tendente a ignorar a política institucional, tanto como *objeto* quanto como *ordem*, trata-se essencialmente de uma crítica à tradição sociológica francesa, baseada em Durkheim:

Não se trata aqui de discutir o acerto ou não dessa orientação geral dos estudos sociológicos da USP. Afirma-se apenas que ela teve como consequência um *sociologismo* às vezes exagerado, na medida que [sic] não dirigia a atenção aos temas propriamente políticos, ou político-institucionais. Esta impressão é confirmada por um rápido levantamento da produção de ciências sociais da USP. De 37 teses de doutoramento apresentadas durante o período de 1945 a 1964, [n]o máximo 13 poderiam ser classificadas como estudos de Ciência Política. Dessas 13, duas tratam dos empresários; três versam sobre relações de trabalho e sindicatos; duas sobre educação e movimentos estudantis; uma sobre movimentos messiânicos; duas sobre crescimento econômico e intervenção estatal; três sobre a história do pensamento político. Como se vê, nenhuma focalizou os partidos políticos, em que pese a riqueza, hoje reconhecida da experiência pluripartidária iniciada em 1945; nenhuma tratou do sistema eleitoral então adotado, de suas transformações e implicações, ou dos padrões de comportamento eleitoral; e nem mesmo do papel dos militares ou da estrutura das instituições militares. A leitura sobre partidos e representação política dos anos cinquenta foi quase toda produzida nas escolas de Direito ou por pesquisadores isolados, freqüentemente fora do eixo São Paulo-Rio. O próprio fenômeno do *ademarismo* e do *janismo*, paulista por excelência, embora chamasse imediatamente a atenção dos jornalistas e de alguns sociólogos fora de São Paulo, não foi abordado pela sociologia paulista até meados dos anos sessenta. (LAMOUNIER, 1982, p. 417-418. Itálicos no original).

Não se trata somente de uma oposição teórico-metodológica, mas uma discordância mais profunda, que alcança os princípios do trabalho intelectual, manifestando uma visão radicalmente oposta da própria ciência social e, com ela, de ciência política:

Por uma série de motivos que não nos cabe agora analisar, a sociologia brasileira busca ainda o rigor científico necessário ao seu progresso e à sua eficácia. *O gosto pelo ensaísmo e o divórcio entre a pesquisa empírica e as sistematizações teóricas têm prejudicado ambos os momentos do trabalho científico.* Já é hora, portanto, constatada a deficiência, de se tentar contribuir para superá-la. No nível teórico essa superação pode ser tentada abandonando-se a pretensão de construir esquemas conceituais muito amplos, desvinculados de toda possibilidade de pesquisa empírica comprobatória, para se tentar a formulação de teorias específicas sobre aspectos mais modestos da realidade social. Tecnicamente, abandonar as teorias gerais para concentrar esforços na elaboração de “teorias de alcance médio”. (Vilmar Faria *apud* ARRUDA, 2001, p. 358. Sem itálico no original).

Referindo-se aos trabalhos “Empresário industrial e desenvolvimento econômico”, de Fernando Henrique Cardoso, “Raízes sociais do populismo em São Paulo”, de Francisco Weffort e “A crise do pensamento sociológico”, de Octávio Ianni, Fábio Wanderley Reis direcionaria, entre outras, a seguinte crítica, bastante ilustrativa:

Não se trata de guerra à dialética, não se trata sequer de defesa do funcionalismo como “enfoque” especial que é: trata-se de propugnar um compromisso mais sério com padrões que orientem o trabalho dos estudiosos dos fenômenos sociais num sentido em que tal trabalho possa ser fonte de conhecimentos e não reiteração indefinida de princípios gerais. (Fábio Wanderley Reis *apud* ARRUDA, 2001, p. 358).

Um debate interno ao ‘grupo’ mineiro-carioca ajuda-nos a identificar a importância da questão da “autonomia do político” e do foco sobre a política institucional, manifestando também as oposições entre eles, indicando que o posicionamento no contínuo *politicista-societalista* não era consensual – bem menos que no contínuo *empírico-teórico* – ainda que, a

nosso ver, assim como para Forjaz (1997), houvesse tendência significativa ao *politicismo* de objeto, variando mais os posicionamentos quanto ao *politicismo* de objeto e ordem. Nesse sentido, Simon Schwartzman representa uma posição mais próxima da visão de Ciência Política *strictu sensu*, autônoma institucional e culturalmente, enquanto Gláucio Ary Dillon Soares mantém-se um sociólogo, apesar de tratar da política institucional, oscilando, portanto, entre o *politicismo* de objeto e o *societalismo* de ordem. Os seguintes trechos, retirados de uma entrevista de Gláucio, é extremamente esclarecedora a esse respeito:

Sociedade e política no Brasil, *ao sair, causou certo impacto na academia. Era uma primeira sistematização do processo eleitoral no Brasil durante um longo período.*

– Era sociologia política.

*E aí veio o livro da Maria do Carmo Campello de Souza, Estado e partidos políticos no Brasil, em 1976. Enquanto você estudava partidos e eleições, ela estudava partidos e governo.*

– Sim. Antes de ler, encontrei com Simon Schwartzman, e ele disse: “É contra a gente!” Simon também me criticava muito por ser pela sociologia política. Ele tendia a privilegiar o político na explicação do político. Àquela altura já tinha publicado *São Paulo e o Estado Nacional*, com a história das coalizões entre o Sul e Minas contra São Paulo.<sup>13</sup> O que a Maria do Carmo dizia era: “Olha, vocês esqueceram os partidos. Tem partido aí”. E a verdade é que nós esquecemos os partidos, sim. Mas ela não escreveu isso num sentido hostil, simplesmente afirmou isso, e era verdade. [...]

Como disse há pouco, quem foi muito crítico com o *Sociedade e política no Brasil* foi o próprio Simon, mas pessoalmente, verbalmente. Mande o livro para o Antônio O[c]távio Cintra, que é um fantástico crítico, para o Simon e para mais alguém para que fizessem comentários, e o do Simon foi que se de via explicar o político muito mais pelo político. “Pára com esse negócio de urbanização, industrialização, classe.” Acho que Simon estava negando o passado marxista dele, uma negação que começou na Flacso, porque por um tempo ele se entusiasmou com a perspectiva do Peter Heintz. O problema com o Olavo foi o detalhe de que a unidade de análise não devia ser aquela, enquanto Simon dizia que o enfoque estava errado. Não podia ser sociologia política e afirmar que era ciência política. (Gláucio Ary Dillon Soares *apud* GOMES & D’ARAUJO, 2008, p. 340-341).

A unidade desse ‘grupo’ de acadêmicos é notável, mas, com efeito, não se pode dizer que o ‘grupo’ mineiro-carioca ou o ‘eixo’ UFMG-Iuperj era monoliticamente favorável a uma visão de Ciência Política autônoma *culturalmente*, sendo, portanto, *politicistas* de *ordem* e de *objeto*, tal como mostra a discussão entre Gláucio Soares e Simon Schwartzman. Acreditamos ser consensual a visão favorável a uma Ciência Política *institucionalmente* autônoma, a valorização da pesquisa empírica (sendo esta mais forte do que a predileção por métodos quantitativos, que a nosso ver existe, mas não é consensual<sup>101</sup>) e a importância da política institucional. A exata medida em que esta é considerada autônoma varia de autor para autor, variando, portanto, os posicionamentos quanto à autonomia *cultural* da Ciência Política. Deste modo, consideramos correta a idéia de que o ‘grupo’ mineiro-carioca e o ‘eixo’ UFMG-

<sup>101</sup> Ao que parece, a predileção quantitativa é mais forte naqueles acadêmicos que se pós-graduaram na Flacso.

Iuperj tenha contribuído para a autonomização institucional da Ciência Política, por meio da criação de pós-graduações específicas e, em menor grau, para sua autonomia *cultural*, pela atenção cedida à política institucional, não abordada antes pelas ciências sociais, a qual, combinada com o sucesso acadêmico logrado pelo grupo, pelo Iuperj e por *Dados*, abre um precedente que favorece ou mesmo estimula o estabelecimento de abordagens e áreas temáticas da Ciência Política *strictu sensu*, como o neo-institucionalismo, vinculadas a uma visão de autonomia total da Ciência Política – que, aliás, instituiu-se com força inclusive na USP, a partir de 1974, com um departamento e um programa de pós-graduação especificamente de Ciência Política e com importantes cientistas políticos ligados à ciência política *strictu sensu*, como Fernando Limongi.

#### 4. CONCLUSÕES

No intuito de direcionar a pesquisa para uma *explicação* dos padrões e oposições identificados na produção acadêmica da Ciência Política brasileira contemporânea, elaboramos uma hipótese para identificar as causas dos contínuos *empírico-teórico* e *politicista-societalista* que, acredita-se, são os principais responsáveis pela forma da produção acadêmica.

Essa hipótese afirma que a produção depende de um conflito entre *visões* de Ciência Política, a saber, a *visão* relativa à figura do *intelectual*, a relativa ao *societalismo* e à relativa à autonomia institucional e cultural da Ciência Política. Essas oposições, por sua vez, provêm de uma combinação entre a trajetória acadêmica e as posições teórico-metodológicas assumidas, acrescidas a influências propriamente políticas. Assim, a proximidade social e cultural com o campo intelectual ou determinado campo acadêmico, com determinada disciplina ou área, cumpre um papel central na *visão* assumida. Cada visão, por sua vez, por meio da ação dos ‘grupos’ e indivíduos que as carregam, produz efeitos distintos sobre o processo de *autonomização* da Ciência Política, desestimulando-o ou favorecendo-o. Neste último caso, dividindo-se entre o estímulo à autonomia institucional, cultural ou ambas.

Nesse sentido, tentamos relacionar as visões a determinados grupos acadêmicos ou intelectuais, no intuito de identificar, dentro daquele esquema teórico, os fatores determinantes. A figura do *intelectual* desde os anos 1930 são responsáveis pelas áreas temáticas e abordagens ecléticas, dentro da orientação geral das Humanidades. Esta visão é a principal responsável pelo estilo ensaístico e pela tradição de pensamento teórico (ou

“teoricista”) nas “ciências sociais” brasileiras e, nelas, também na Ciência Política. Além disso, estabeleceu as condições culturais para constituir-se a Ciência Política, a partir da forte tradição de pensamento político e pelo foco conferido ao Estado (tanto o fato político como o conceito). A visão societalista, oriunda da heteronomia cultural com o campo das “ciências sociais” e da sociologia, mantém as fronteiras vagas entre “sociologia política” e “ciência política”, e é responsável pela forte presença da teoria e de abordagens genuinamente sociológicas no campo de produção da Ciência Política, como a problemática das classes, das elites sociais e de suas relações com o Estado. Já a visão relativa à autonomia da Ciência Política, forjada a partir da trajetória e da ação do ‘grupo’ de cientistas políticos mineiros e cariocas pós-graduados na Flacso e nas universidades norte-americanas, separa institucionalmente a ciência política das “ciências sociais” e da sociologia e contribui decisivamente para introduzir no campo de produção abordagens e áreas temáticas *empiristas* e *politicistas* – variando, neste caso, entre o *politicismo* de objeto e o *politicismo* de ordem e de objeto.

Por fim, coloca-se uma importante questão, a nosso ver ainda não resolvida: se a autonomia da disciplina depende da autonomia do objeto, como *definir* e como *tratar* o “político” na “ciência política”? E, caso não se acredite em sua autonomia, em que medida se faz necessária uma ciência da política institucionalmente e profissionalmente destacada da sociologia ou de outras ciências humanas?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao decorrer deste trabalho tentamos fazer uma radiografia da produção acadêmica da Ciência Política brasileira contemporânea a partir de alguns periódicos importantes e elaborar uma hipótese de pesquisa, para futuramente construirmos uma explicação para o que foi verificado. Utilizamos métodos estatísticos para descrever a produção acadêmica, em especial a análise de correspondência e o teste de correlação “Q” de Yule. Interpretando os resultados, entendemos que a produção parece estar dividida e organizada em função de duas dimensões, o contínuo empírico-teórico (composto pela natureza do objeto e das evidências) e o contínuo politicismo-societalismo (composto pela visão de ‘político’ privilegiada na escolha do objeto ou do foco de estudo). Assim, periódicos, áreas temáticas e abordagens teórico-metodológicas – os elementos principais da análise da produção – parecem aproximar-se e distanciar-se no campo por serem mais ou menos ‘empíricas’ ou ‘teóricas’ e mais ou menos ‘politicistas’ ou ‘societalistas’. Num extremo, temos posições politicistas e empíricas e, noutro, societalistas e teóricas. Então, seguimos o caminho da análise histórica para traçar os panoramas de uma explicação para tal. A hipótese de pesquisa daí oriunda é a de que um conflito entre certas visões de ‘político’ (e do que é ou deve ser a “ciência política”), relativas a determinados grupos de acadêmicos e intelectuais, construiu o campo acadêmico institucionalizado da Ciência Política que conhecemos hoje. Os elementos dos contínuos, que hoje são fatores que organizam a produção, eram antes sistemas de valores incorporados e disposições mentais (*habitus*) dos principais agentes responsáveis pela construção da Ciência Política brasileira. Esses *habitus*, por sua vez, foram construídos em função das posições e trajetórias acadêmico-intelectuais (disciplina e área de formação; formação e posições teórico-metodológicas assumidas) e políticas (crenças e ideologias defendidas) ocupadas por aqueles agentes, confrontadas com certas circunstâncias objetivas (a cena política nacional e internacional; o estado do campo acadêmico e intelectual brasileiro: as preocupações, os valores correntes, o estilo de trabalho predominante etc.; a situação e o tipo da oferta de recursos para a formação de recursos humanos e institucionais) que esculpiram aquelas posições a tomarem tais ou quais trajetórias. Os conflitos desencadeados entre três posições principais – a visão relativa à figura do ‘intelectual’ (própria do período de 1920 a 1950, tendo nos intelectuais do Iseb e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP seus casos exemplares), a relativa ao ‘societalismo’ (forte a partir de 1960 e tendo no grupo de Florestan Fernandes e nos marxistas seus casos exemplares) e a favorável à autonomia

institucional e cultural da Ciência Política (ascendente a partir de fins de 1960 e representada pela ‘grupo’ de mineiros e cariocas vinculados ao ‘eixo’ UFMG-Iuperj) – estabeleceria os princípios responsáveis pelas oposições verificadas na produção acadêmica contemporânea (os contínuos). Ao que parece, os elementos vinculados à visão *strictu sensu* de ciência política parecem ocupar hoje os estratos superiores da hierarquia cultural – mas as posições mais teóricas e societalistas não vêm muito abaixo, sugerindo que o ‘grupo’ mineiro-carioca foi relativamente bem sucedido no estabelecimento dos valores acadêmico-intelectuais que eles transmitiam, mas também que adversários como as posições teóricas e societalistas, como o marxismo e abordagens idealistas, mantêm um prestígio significativo, ainda que possivelmente inferior ao das décadas de 1970 e 1980.

Agora que identificamos a produção acadêmica contemporânea da Ciência Política brasileira e demos uma direção para uma explicação da situação verificada, é preciso solidificar o que fizemos até aqui e dar um passo adiante. Tendo em mente o objetivo principal de reconstruir a estrutura (cultural e institucional) da Ciência Política brasileira e elaborar uma explicação para ela, definimos desde já um plano provisório para a etapa seguinte da pesquisa.

Primeiramente, pretende-se ampliar a análise da produção contemporânea, abordando os trabalhos apresentados em congressos como o da Anpocs e da ABCP e teses de doutorado, aplicando o mesmo método utilizado na análise dos artigos. Também seria interessante ampliar o período de análise, no sentido de contemplar a hipótese que esboçamos no capítulo histórico, referente ao possível fortalecimento de abordagens da ciência política *strictu sensu* em detrimento do enfraquecimento do marxismo em virtude da redemocratização, do ocaso da URSS e do fortalecimento da democracia liberal no mundo.

Além da ampliação da análise da produção acadêmica, vamos incluir as instituições como uma dimensão principal de análise, no intuito de relacioná-las com a produção acadêmica para gerar um retrato mais detalhado do campo, agora bi-dimensional, formado por instituições e sistemas simbólicos. Nesse sentido, queremos abordar os programas de pós-graduação em Ciência Política. Poderíamos investigar a composição do corpo docente, analisando as trajetórias acadêmico-intelectuais dos membros, inclusive dos aposentados. Aliás, se analisarmos a produção desses acadêmicos, como os artigos, seria possível relacionar instituições aos vários elementos culturais identificados, como abordagens e áreas

temáticas. E talvez encontremos padrões entre certas trajetórias, o vínculo a certa instituição e a adesão a certas abordagens ou áreas temáticas. Podemos também encontrar proximidades e distanciamentos entre certos periódicos e certas instituições, o que lançaria luz sobre os princípios por trás da hierarquia do campo. Ampliando a caracterização das instituições de pós-graduação, podemos analisar os programas das disciplinas ofertadas (as referências bibliográficas; as abordagens mencionadas; o estilo de trabalho: leitura de textos, discussão teórico-conceitual, trabalhos aplicados, os métodos de avaliação etc.), bem como as linhas de pesquisa (quais os temas, os objetos e as abordagens presentes ou ausentes).

Além dessa análise substantiva, poderíamos investigar a hierarquia das instituições, especialmente dos programas de pós-graduação. Nesse sentido, podemos tentar elaborar um modelo para reconstruir a hierarquia das instituições, tal qual o fizemos com a produção acadêmica, a partir de certos critérios como as avaliações da Capes (considerados diacronicamente), a distribuição de bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq e os vínculos especiais com agências financiadoras e outras universidades (como a Fundação Ford e o intercâmbio com universidades estrangeiras, por exemplo). Com mais tempo e recursos, poderíamos abordar esses elementos historicamente, investigando o processo de constituição dos critérios de hierarquização – para que possamos não apenas dizer *onde* estão *x*, *y* e *z*, mas *por que* lá estão.

Continuando no curso da investigação das estruturas de poder, achamos que seria extremamente útil verificar os responsáveis pelos principais periódicos da área, investigando suas trajetórias, filiações institucionais e sua produção acadêmica; bem como os membros dos comitês editoriais, dos comitês de agências de fomento, como o CNPq e a Capes, e de associações como a ABCP e a Anpocs. Tudo isso poderia ser cruzado com os programas de pós-graduação. Nesse sentido, poderíamos verificar, por exemplo, se as posições objetivas (trajetória acadêmica, filiação institucional, recursos acadêmicos e burocráticos etc.) têm alguma relação com a produção cultural (as tomadas de posição no campo teórico-metodológico). Talvez descubramos correspondências entre certo tipo de capital e certa posição institucional e intelectual. É o capital propriamente acadêmico, intelectual, que dá acesso às posições institucionais mais prestigiadas? Há alguma relação entre certa posição intelectual (adesão a certa abordagem, por exemplo) e a posse de determinado recurso propriamente institucional, como a presença em um comitê de área da Capes ou do CNPq?

Outro imperativo, sem dúvida, é dar mais fundamento empírico à análise histórica, e expandi-la. Em vez de apoiar-se em evidências bibliográficas para identificar as posições de grupos, por exemplo, poderíamos analisar efetivamente sua produção, como suas teses de doutorado, artigos e mesmo livros que, a partir de um método definido, torna-se algo operacional. Neste processo, poderíamos analisar melhor a dinâmica em que se envolve o campo da Ciência Política. Por exemplo, a difusão da Ciência Política norte-americana e de abordagens sociológicas (ou *societalistas*) na Ciência Política brasileira pode ser investigada comparando-se as tomadas de posição de acadêmicos importantes (suas teses, seus trabalhos, a criação de instituições acadêmicas) com a evolução do campo de produção, expresso nas características acadêmico-intelectuais dos artigos, verificando se aqueles posicionamentos correspondem a mudanças no estado geral da produção – caso afirmativo, provaríamos o poder de influência dessas elites acadêmicas. E por aí vai.

Enfim, calcamos o primeiro passo deste longo empreendimento. Com as críticas construtivas da comunidade acadêmica, pretendemos depurá-lo cada vez mais e levá-lo adiante, no intuito de contribuir para a ampliação do conhecimento sobre as Ciências Sociais brasileiras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABCP.** 2009. Notas sobre a reunião a respeito da avaliação institucional da Capes, realizada em Belo Horizonte, 27 de julho de 2009. *Boletim ABCP*, ago.-set., p. 4.
- ALMEIDA**, Maria H. T. Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. V. 1. São Paulo: Sumaré, p. 223-255.
- ALMOND**, Gabriel. 1990. *A Discipline Divided*. Newbury Park, CA: Sage Publications.
- \_\_\_\_\_. 1991. Political Science: The History of the Discipline. In: GOODIN, Robert E. & KLINGEMANN, Hans-Dieter. (eds.). *A New Handbook of Political Science*. New York: Oxford University Press.
- ARRUDA**, Maria A. N. 1995. A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: MICELI, Sérgio. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. V. 2. São Paulo: Sumaré, p. 107-231.
- \_\_\_\_\_. 2001. A modernidade possível: cientistas e ciências sociais em Minas Gerais. In: MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. V. 1. São Paulo: Sumaré, p. 277-368.
- BOURDIEU**, Pierre. 1984. *Distinction*. A Social Critique of the Judgement of Taste. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- \_\_\_\_\_. 1996. *As Regras da Arte*. Gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. 2003a. Social Space and the Genesis of ‘Classes’. In: BOURDIEU, Pierre. *Language and Symbolic Power*. Cambridge, MA: Harvard University Press. (Trad. portuguesa: BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese das classes. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.)
- \_\_\_\_\_. 2003b. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo: UNESP.
- \_\_\_\_\_. 2004a. *Science of Science and Reflexivity*. Cambridge: Polity Press.
- \_\_\_\_\_. 2004b. O mercado de bens simbólicos. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, p. 99-154.
- BOURDIEU**, Pierre & **WACQUANT**, Loïc. 1992. *An Invitation to Reflexive Sociology*. Chicago: The University of Chicago Press.
- BRAZILIAN POLITICAL SCIENCE REVIEW.** 2007. *Objetivos*. Sítio de internet da BPSR. Disponível em: <http://www.bpsr.org.br/objetivos.htm>. Acesso em: 3.mar.2010.
- CABRAL**, Manuel V. 1982. História e política nas ciências sociais portuguesas, 1880-1980. In: LAMOUNIER, Bolívar. (org.). *A Ciência Política nos Anos 80*. Brasília: UNB, p. 251-280.

**CASTRO, Celso & OLIVEIRA, Lúcia L.** 2005. Entrevista com Luiz Werneck Vianna. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 35, p. 177-191, jan.-jun. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2230/1628>. Acesso em: 11.mai.2010.

**CAPES. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.** 2008. Qualis periódicos: reestruturação do sistema e classificação dos periódicos em 2008. Instrução/DAV n. 05/2008, 6.mai.

\_\_\_\_\_. 2010a. Planilhas Específicas. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/PlanilhasEspecificasServlet> Acesso em: abr.2009.

\_\_\_\_\_. 2010b. Caderno de Indicadores. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/CadernoAvaliacaoServlet> Acesso em: abr.2009.

\_\_\_\_\_. 2010c. *Qualis 2009. Perguntas Mais Frequentes.* Disponível em: [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/FAQ\\_Qualis.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/FAQ_Qualis.pdf) Acesso em: abr.2010.

\_\_\_\_\_. 2010d. *WebQualis.* Disponível em: <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/> Acesso em: abr.2010.

\_\_\_\_\_. 2010e. *Tabela de Áreas de Conhecimento.* Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento> Acesso em: abr.2010.

**CNPq.** 2009. Plano Tabular. Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/planotabular/> Acesso em: 24.set.2009.

**COLLINI, Stefan; WINCH, Donald & BURROW, John.** 1983. *That Noble Science of Politics: A Study in Nineteenth-century Intellectual History.* Cambridge: Cambridge University Press.

**EASTON, David.** 1993. Political Science in the United States: Past and Present. In: FARR, James & SEIDELMANN, Raymon. *Discipline and History.* Political Science in the United States. Ann Arbor : Michigan University Press, p. 292-309.

**EASTON, David.; GUNNELL, John G. & STEIN, Michael.** (eds.). 1995. *Regime and Discipline: Democracy and the Development of Political Science.* Ann Arbor: University of Michigan Press.

**FARR, James.** 1988. The History of Political Science. *American Journal of Political Science*, v. 32, n. 4, Nov., p. 1175-1195.

**FARR, James & SEIDELMAN, Raymond.** (eds.). 1993. *Discipline and History: Political Science in the United States.* Ann Arbor: The University of Michigan Press.

**FERES JR., João.** 2000. Aprendendo com os erros dos outros. O que a história da Ciência Política americana tem para nos contar. *Revista de Sociologia e Política*, n. 15, p. 97-110, nov. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n15/a07n15.pdf> Acesso em: 30.jul.2010.

**FINIFTER**, Ada (ed.). 1983. *Political Science: the State of the Discipline*. Washington, DC: The American Political Science Association.

**FORJAZ**, Maria C. S. 1979. De como a “autonomia do político” aprisionou os cientistas sociais brasileiros. *Cadernos de Opinião*, n. 14, p. 11-16.

\_\_\_\_\_. 1997. A emergência da Ciência Política no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 35, fev.

**FÓRUM DE COORDENADORES DE PÓS EM SAÚDE COLETIVA**. 2008. *Nota do fórum de coordenadores de programas de pós-graduação em saúde coletiva sobre o novo Qualis Periódicos*. Documento gerado a partir de discussões realizadas no Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Vitória, 2.out.

**GOMES**, Angela C. & **D'ARAUJO**, Maria C. Entrevista com Gláucio Ary Dillon Soares. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 323-349, jul.-dez. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1375/990>. Acesso em: 12.maio.2010.

**GOODIN**, Robert E. & **KLINGEMANN**, Hans-Dieter. (eds.). 1996. *A New Handbook of Political Science*. New York: Oxford University Press.

**GREER**, Scott. 1969. Sociology and Political Science. In: LIPSET, Seymour M. *Politics and the Social Sciences*. New York: Oxford University Press, p. 49-64.

**GUNNELL**, John G. 1988. American Political Science, Liberalism and the Invention of Political Theory. *American Political Science Review*, v. 82, n. 1, p. 71-87.

**HALL**, Peter A. & **TAYLOR**, Rosemary C. R. 2003. As três versões do neo-institucionalismo. In: *Lua Nova*, São Paulo, n. 58, p. 194.

**IMMERGUT**, Ellen M. 1998. The Theoretical Core of the New Institutionalism. *Politics & Society*, v. 26, n. 1, p. 5-34.

**JACKSON**, Luiz C. 2007a. Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 65, p. 33-49. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n65/a04v2265.pdf>. Acesso em: 11.maio.2010.

\_\_\_\_\_. 2007b. Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969). *Tempo Social*, v. 19, n. 1, p. 115-130. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a07v19n1.pdf>. Acesso em: 11.maio.2010.

**JAGUARIBE**, Hélio. 1979. ISEB – Um breve depoimento e uma reapreciação crítica. *Cadernos de Opinião*, n. 14, p. 94-110, out.nov.

**JANOS**, Andrew C. 1986. *Politics and Paradigms: Changing Theories of Change in the Social Sciences*. Sanford: Stanford University Press.

**JENSEN**, Richard. 1969. History and the Political Science. In: LIPSET, Seymour. (ed.). *Politics and the Social Sciences*. New York: Oxford University Press.

**KAPLAN**, Abraham. 1972. *A conduta na pesquisa*. Metodologia para as ciências do comportamento. São Paulo: Herder.

**KARL**, Barry. 1974. *Charles E. Merriam and the Study of Politics*. Chicago: University of Chicago Press.

**KUMASAKA**, Hiro B. & **BARROS**, Luitgarde O. C. 1988a. Entrevista com Evaristo de Moraes Filho. *História da Ciência*, Arquivo Histórico do CLE/UNICAMP, Campinas, 8.mar. Disponível em: <http://www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/eevaristo.pdf>. Acesso em: 10.maio.2010.

\_\_\_\_\_. 1988b. Entrevista com professor Hélio Jaguaribe de Mattos. *História da Ciência*, Arquivo Histórico do CLE/UNICAMP, Campinas, 9.mar. Disponível em: <http://www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/ehelio.pdf>. Acesso em: 10.maio.2010.

**LAMOUNIER**, Bolívar. 1982. A Ciência Política no Brasil: roteiro para um balanço crítico. In: LAMOUNIER, Bolívar. (org.). *A Ciência Política nos anos 80*. Brasília: UNB, p. 407-433.

**LECA**, Jean. 1982. A ciência política no campo intelectual francês. In: LAMOUNIER, Bolívar. (org.). *A Ciência Política nos anos 80*. Brasília: UNB, p. 385-406.

**LIPSET**, Seymour M. (ed.). 1969. *Politics and the Social Sciences*. New York: Oxford University Press.

**MARQUES**, Eduardo C. 1999. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 45-67, out. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n41/1751.pdf>. Acesso em: 12.maio.2010.

\_\_\_\_\_. 2006. Redes sociais e poder no Estado brasileiro. Aprendizados a partir das políticas urbanas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, v. 21, n. 60, p. 15-41, fev. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n60/29759.pdf>. Acesso em: 12.maio.2010.

\_\_\_\_\_. 2007. Os mecanismos relacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 64, p. 157-161, jun. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n64/a13v2264.pdf>. Acesso em: 12.maio.2010.

**MICELI**, Sérgio. 1990. *A desilusão americana*. Relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Sumaré.

\_\_\_\_\_. 1993. A aposta numa comunidade científica emergente. A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil (1962-1992). In: MICELI, Sérgio. (org.). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Sumaré, p. 33-97.

\_\_\_\_\_. 2001. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais. In: MICELI, Sérgio. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. V. 1. São Paulo: Sumaré, p. 91-133.

**MITCHELL**, William C. The Shape of Political Theory to Come: From Political Sociology to Political Economy. In: LIPSET, Seymour M. *Politics and the Social Sciences*. New York: Oxford University Press, p. 101-136.

**OLIVEIRA**, Lucia L.; **FERREIRA**, Marieta M. & **CASTRO**, Celso. 1998. Entrevista com José Murilo de Carvalho. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 357-377, 9.out.

**OLSON**, Mancur. 1969. The Relationship Between Economics and Other Social Sciences. In: LIPSET, Seymour M. *Politics and the Social Sciences*. New York: Oxford University Press, p. 137-162.

**PASQUINO**, Gianfranco. 1982. A Ciência Política italiana: profissionalização lenta e desigual. In: LAMOUNIER, Bolívar. (org.). *A Ciência Política nos anos 80*. Brasília: Universidade de Brasília, p. 361-384.

**PEIXOTO**, Fernanda A. 2001. Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais brasileiras (1930-1960). In: MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. V. 1. São Paulo: Sumaré, p. 477-532.

**QUIRINO**, Célia. 1994. Departamento de Ciência Política. *Estudos Avançados*, v. 8, n. 32.

**REIS**, Bruno & **ARAÚJO**, Cícero. 2005. A formação do pós-graduando em Ciência Política. In: MARTINS, Carlos Benedito (org.). *Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil*. Bauru: EDUSC, p.

**REIS**, Elisa P. 1993. A construção intelectual e a política das Ciências Sociais brasileiras: a experiência do Iuperj. In: MICELI, Sérgio. *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Sumaré, p. 115-129.

**REIS**, Elisa P.; **REIS**, Fábio W. & **VELHO**, Gilberto. 1997. As ciências sociais nos últimos 20 anos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35, fev. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69091997000300002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt) Acesso em : 8.set.2009.

**PERISSINOTTO**, Renato M. 2008. Poder: imposição ou consenso ilusório? Por um retorno a Max Weber. In: NOBRE, Renarde F. (org.). *O poder no pensamento social: dissonâncias*. Belo Horizonte: UFMG, p. 29-58.

**REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA**. 2009. Documento da Revista de Sociologia e Política apresentando sua perspectiva a respeito de algumas questões conexas da produção científico-editorial recente. Documento apresentado 14º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Rio da Janeiro, 22.jul.

**RIBEIRO**, João U. 1981. *Política*. Quem manda, por que manda, como manda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

**RICCI**, David. 1984. *The Tragedy of Political Science*. New Have: Yale University Press.

**SANTOS**, Wanderley G. 1980. A Ciência Política na América Latina. *Dados*, v. 23, n. 1.

**SARTORI**, Giovanni. From the Sociology of Politics to Political Sociology. In: LIPSET, Seymour M. (ed.). *Politics and the Social Sciences*. New York: Oxford University Press, p. 65-100.

**SCIELO**. 2010. Relatórios do periódico. Disponível em:

<http://www.scielo.br/statjournal.php?lang=pt&issn=0011-5258> (Dados);  
<http://www.scielo.br/statjournal.php?lang=pt&issn=0102-6909> (Rev. Bras. Ci. Soc.);  
<http://www.scielo.br/statjournal.php?lang=pt&issn=0104-6276> (Opin. Publica);  
<http://www.scielo.br/statjournal.php?lang=pt&issn=0104-4478> (Rev. Sociol. Polit.);  
<http://www.scielo.br/statjournal.php?lang=pt&issn=0102-6445> (Lua Nova). Acesso em: abr.2010.

**SEIDELMAN**, Raymond & **HARPHAM**, Edward. 1985. *Disenchanted Realists: Political Science and the American Crisis, 1884-1984*. Albany: State University of New York Press.

**SOMIT**, Albert & **TANENHAUS**, Joseph. 1967. *The Development of American Political Science: From Burgess to Behavioralism*. Boston: Allyn and Bacon.

**STEINMO**, Sven. 2001. The New Institutionalism. In: CLARK, Barry & FOWERACKER, Joe. (eds.). *The Encyclopedia of Democratic Thought*. London: Routledge.

**TOBIN GRANT**, J. 2004. What Divides Us? The Image and Organization of Political Science. *The Society for Political Methodology*, Working Papers, 25.May. Disponível em : <http://polmeth.wustl.edu/media/Paper/Grant%202004%20What%20Divides%20Us.pdf>. Acesso em : 5.nov.2009. (Também publicado em: *Political Science and Politics*, v. 38, n. 3, July, 2005, p. 379-386.)

**TRINDADE**, Hélió. 2005. Ciências Sociais no Brasil em perspectiva: fundação, consolidação e expansão. In: TRINDADE, Hélió *et alii*. (orgs.). *As Ciências Sociais na América Latina em perspectiva comparada*. Porto Alegre: UFRGS, p. 71-169.

**URICOECHEA**, Fernando. 1982. Institucionalização da Ciência Social na Colômbia. In: LAMOUNIER, Bolívar. (org.). *A Ciência Política nos Anos 80*. Brasília: UNB, p. 343-356.

**WIENER**, Norbert. 1954. *The Human Use of Human Beings: Cybernetics and Society*. Boston: Houghton Mifflin.

## APÊNDICE – O SISTEMA QUALIS E A QUESTÃO DOS “CRITÉRIOS ‘DOMINANTES’ SOCIALMENTE EFICAZES”

### 1. A acusação de tautologia, de aquiescência com os valores “dominantes” e a confusão entre ser e dever ser

Como utilizamos a classificação do Qualis como o principal indicador para escolher e avaliar os periódicos a serem analisados, freqüentemente se faz a objeção de que estaríamos usando os critérios definidos ou impostos pelos agentes (em sentido amplo) “dominantes” para dizer o que ou mesmo quem é “dominante”. O mesmo poderia ser dito a respeito de outros indicadores como, por exemplo, o índice de impacto (que avalia um artigo pela diferença entre o número de citações recebidas e concedidas) ou o número de acessos que um periódico recebeu num dado período. Trata-se de uma acusação de circularidade, de que o argumento é tautológico, e que tende a gerar reações controversas. Mas cremos que isso é um mal-entendido, e não consiste num problema metodológico real. Explicaremos por etapas.

Em primeiro lugar, vamos tocar no ponto que acreditamos ser o principal foco de inquietação, relativo às implicações político-acadêmicas dos critérios adotados. Ora, lembramos que o método “circular” que adotamos não equivale a tomar como naturais ou isentos os critérios do Qualis – ou qualquer outro. Não se trata de aquiescência em relação aos “valores dominantes”. Está no próprio princípio da pesquisa que os indicadores e critérios adotados são representações teóricas de estados cristalizados de *processos de lutas sociais*, de *conflitos*; de *mecanismos de luta e dominação*. Sabemos, pois, que eles são construções sociais essencialmente arbitrárias que se institucionalizaram e se legitimaram por meio de conflitos sociais e de disputas simbólicas.

Em segundo lugar, como nosso objetivo é identificar as frações superiores (para, numa etapa seguinte, dizer por que o são), é necessário que os indicadores e critérios que tomamos para identificar essas frações refiram-se a fatores que *produzem efeitos sociais eficazes*. Ou seja, (1) que sejam socialmente obrigatórios, obrigando os agentes do campo a considerá-los, conscientemente ou inconscientemente e (2) que efetivamente *hierarquizam e contribuem para conservar* a hierarquia do campo. Assim, se por acaso os critérios do Qualis forem a cristalização de certa visão interessada do trabalho acadêmico na forma de referenciais de avaliação que atingem todo o campo acadêmico – assim exercendo influência ou constrangimento sobre as instâncias do campo –, persiste que eles são socialmente eficazes, sendo parte dos responsáveis por hierarquizar o campo e por conservar certa hierarquia.

Trata-se de *atos sociais*. Porque esses fatos são produtos arbitrários, muitos, estimulados por sua situação no campo acadêmico, são levados a enxergar apenas essa arbitrariedade, o fato desses fatos serem cristalizações de lutas. Assim, são estimulados a ignorar seu lado objetivo, seu componente de obrigatoriedade. E esse componente de obrigatoriedade é justamente nosso interesse no momento, porque ele institui uma hierarquia. Não esquecemos, contudo, que essas duas dimensões andam juntas, que os fatos sociais são essencialmente arbitrários e marcados por lutas sociais.

Assim, por exemplo, se os “dominantes” controlam o Qualis da Ciência Política e Relações Internacionais, incluindo nele critérios que contribuem para que ocupem essa posição e que lhes fornecem certos privilégios, persiste que isso é um fato social, sendo efetivamente responsável pela hierarquização do campo. É algo que *obriga* os desfavorecidos a se *conformarem* ou a *considerarem* (deliberadamente ou não) o Qualis e seus efeitos para tomarem um curso de ação, caso queiram mudar sua situação. De todo modo, sua situação no campo é *influenciada* pelos princípios de divisão e valorização atualmente correntes – como o Qualis.

Além disso, a própria dominação é um mecanismo social circular, em que a espécie de capital dominante recria suas próprias condições de reprodução (no caso do campo acadêmico, instituindo regras acadêmicas), com bases essencialmente arbitrárias. A inércia social é um mecanismo de *feedback*, em que os efeitos fortalecem as causas (ou contribuem para a sua manutenção), sustentado pelos interesses existentes, associados a certas posições. Ao constatá-las, não estamos concordando com elas, e muito menos estamos enunciando (o que acreditamos que são) os fatos porque concordamos com eles ou porque queremos que tudo continue como está.

Em terceiro lugar, no que se refere às possíveis implicações político-acadêmicas de nossa posição metodológica, entendemos que tornar explícitos os mecanismos de dominação e a lógica de seu funcionamento é, na verdade, o maior instrumento para combatê-los. Acreditamos que há certos vícios de pensamentos nas ciências sociais, oriundos talvez de sua falta de autonomia científica e sua proximidade com a política e a ideologia, que fazem com que se associe significados políticos a considerações de fato. Tende-se a confundir “ser” com “dever ser”. Assim, por exemplo, no caso do campo acadêmico, quando se fala de uma “fração superior” ou de “dominação”, entende-se que estamos dizendo que essas frações

*devem* ocupar a posição que ocupam ou que elas *devem* ser “dominantes”. Ou, entende-se que sugerimos que isso significa “melhor”, “mais qualidade”, “mais contribuição ao conhecimento” etc. Os agentes do campo podem efetivamente, em suas práticas e representações, relacionar “prestígio” (*i.e.*: poder) com qualidade acadêmica, intelectual e científica; mas nós não o fazemos e não estamos interessados nisso. Não estabelecemos qualquer relação entre superioridade hierárquica e qualidade acadêmica ou intelectual. Acreditamos, inclusive, que o poder (capital) acadêmico, intelectual ou científico pode não estar a serviço do conhecimento. Um exemplo abstrato: uma hegemonia hipotética, o *statu quo* do meio científico, pode agir, deliberadamente ou não, de modo a conservar sua posição, para isso precisando lutar contra aqueles que propõem novos conhecimentos, desestimulando e mesmo impedindo o desenvolvimento da disciplina. Sabemos que isso ocorre com frequência na história do campo acadêmico.

Em suma, os indicadores e critérios utilizados na pesquisa *precisam* ser um fator efetivo de organização do campo, de produção de sua hierarquia; um fato social; um princípio de divisão e valorização. É isso que importa nesta pesquisa. Ora, de que outro modo poderíamos *identificar* a hierarquia do campo?

A nosso ver, a utilidade do Qualis para nossa pesquisa vai além de definir os periódicos a serem analisados. Achamos que ele é, de fato, um fator (muito importante) de determinação da hierarquia do campo acadêmico, incluindo aí o da Ciência Política contemporânea. Tentaremos mostrar isso a seguir.

## 2. O Sistema Qualis: elementos estruturais fundamentais

O Sistema Qualis consiste numa metodologia de avaliação (e seu instrumental) das instâncias do campo acadêmico brasileiro, especialmente os programas de pós-graduação e a produção acadêmica, e num banco de dados que registra as avaliações dessas instâncias. Vinculado ao Ministério da Educação, é utilizado como referencial para a distribuição de recursos para pesquisa. Iremos focar esta exposição sobre o Qualis de Periódicos e vamos resumi-la para atender especificamente aos fins da pesquisa.

O Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTS-ES), instituição ligada à Capes e ao Ministério da Educação, em conjunto com os coordenadores de área, define as diretrizes operacionais do Sistema Qualis. Chama-se de “Coordenador de Área” o indivíduo responsável por representar uma determinada Área de Conhecimento, presidindo a Comissão

Capes de sua respectiva Área<sup>102</sup> e possuindo poderes específicos, como o de indicar um periódico para compor a lista de periódicos classificados da Área.

O CTS, contudo, não tem o poder de determinar os critérios de avaliação a partir dos quais os periódicos serão efetivamente classificados e distinguidos entre si. O responsável por isso é a Comissão do Qualis Periódicos, que é específica para cada área. O coordenador é o responsável por indicar os membros da Comissão. Isso geralmente é feito por meio da negociação com o Fórum dos Coordenadores de Pós-Graduação que, como diz o nome, reúne os coordenadores dos programas de pós-graduação de uma determinada área. Os critérios são entregues à Diretoria de Avaliação do CTS, que oficializa sua vigência.

Ainda que o Coordenador de Área não tenha o poder exclusivo de determinar os critérios de avaliação dos periódicos, é possível que ele influencie indiretamente sua concepção por meio do poder de determinar quem serão os responsáveis por fazer isso. Não encontramos qualquer informação, nos documentos consultados<sup>103</sup>, que indicasse a obrigação de os critérios serem definidos pelos representantes dos programas de pós-graduação. Isso significa que não há qualquer garantia institucional de que os critérios sejam a manifestação da vontade ou da intenção objetiva dos responsáveis pelos programas de pós-graduação. A definição dos critérios a serem adotados acaba por depender das circunstâncias político-acadêmicas de cada área. Aparentemente, os programas de pós-graduação detêm influência sobre a concepção dos critérios por meio do Fórum, que reúne os líderes dos programas de pós-graduação e o Coordenador de Área: espera-se, em geral, que o Coordenador indique os membros da Comissão negociando com o resto da comunidade acadêmica. O poder de definir os critérios de classificação dos periódicos está, portanto, nas mãos do Coordenador de Área e dos representantes dos programas de pós-graduação; variando o peso de cada um na definição desses critérios em função de circunstâncias específicas de cada área.

Vejamos um exemplo prático. O CTS faz uma reunião com os coordenadores de área e, juntos, definem as diretrizes operacionais do Sistema Qualis. Uma dessas diretrizes é a definição dos estratos em que os periódicos serão alocados. Assim, na reestruturação aprovada em 6 de maio de 2008 (CAPES, 2008), foram determinados oito estratos: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C. Entre outras diretrizes operacionais, certas regras para preencher

---

<sup>102</sup> A Tabela das Áreas de Conhecimento pode ser conferida em Capes (2009e).

<sup>103</sup> São eles: Capes (2008), Fórum... (2008), Revista... (2009) e ABCP (2009).

esses estratos também foram estabelecidas, como a obrigação de o número de periódicos componentes dos estratos superiores (A1 e A2) não superar 20% do universo de periódicos presentes na lista de periódicos indicados pela Área. Já os critérios utilizados para classificar os periódicos, para determinar quem irá compor cada estrato, cabem a cada área definir: pode-se determinar que para um periódico ser classificado como “A1” ele precisa obter um valor mínimo de fator de impacto num tempo determinado. Ou pode-se usar o fator h; ou ter um número mínimo de autores ou co-autores estrangeiros. Ou mesmo considerar tudo isso. Os critérios de classificação, enfim, variam de área para área.

Os periódicos a fazerem parte da lista de periódicos classificados de cada área são escolhidos pelos próprios programas de pós-graduação, que os indicam em função das necessidades de publicação de seus membros. Isso ocorre por meio da lista de áreas, que é preenchida anualmente pelos programas de pós-graduação, componente da Coleta de Dados do Qualis. Assim, basicamente, a lista de periódicos de cada área corresponde aos periódicos em que os acadêmicos (docentes e discentes) publicam artigos. Vamos aprofundar um pouco mais nossa análise da composição da lista de periódicos de cada área. Ela irá nos conduzir a considerações importantes – fundamentam o uso do Qualis até como um instrumento para se identificar frações da estrutura do campo acadêmico.

### *2.1. Algumas considerações a respeito da composição da Lista de Periódicos da Área*

A terceira e a quarta questões do documento Perguntas Mais Frequentes (“FAQ”), do Qualis, contêm informações a respeito da composição da Lista de Periódicos que têm importantes implicações para nossa pesquisa. Antes de esclarecê-las, transcrevemos a terceira questão, “Como é construído o Qualis?”:

Os periódicos que compõem o Qualis são constituídos por periódicos mencionados pelos programas de pós-graduação anualmente no Coleta de Dados. Quando os dados chegam a CAPES, são reunidos em uma base de dados os títulos de todos os periódicos e eventos mencionados pelos Programas naquele ano. Portanto, o Qualis é o processo de classificação dos periódicos mencionados pelos próprios programas e não do universo de periódicos ou de eventos de cada área.

Com definição temos o Sistema Qualis como o processo de classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da produção intelectual de seus docentes e alunos. Tal processo foi concebido pela CAPES para atender a necessidades específicas do sistema de avaliação e baseia-se nas informações fornecidas pelos programas no aplicativo Coleta de Dados. Esta classificação é feita ou coordenada por uma comissão de consultores de cada área e passa por processo anual de atualização. Os veículos de divulgação citados pelos programas de pós-graduação são enquadrados em categorias indicativas da qualidade do veículo utilizado, e, por inferência, do próprio trabalho divulgado (CAPES, 2009c, p. 3).

E a quarta, “Gostaria de saber como faço para indicar um periódico para o Qualis das Áreas?”:

Existem duas formas para um periódico ou outro veículo ser inserido na lista Qualis de uma área. Primeiro, pela declaração de um dos programas de pós-graduação reconhecidos pela Capes, quando do preenchimento do Relatório Anual da CAPES (Coleta de Dados), de que seus docentes, discentes ou pesquisadores publicaram artigos científicos no veículo. Adicionalmente, esse veículo precisará passar por processo de (1) padronização pela Capes - no caso de periódico, checagem de que realmente existe e que o código de ISSN e título são válidos - (2) classificação - receber os atributos de qualidade - e, finalmente, (3) ser indicado pela área de avaliação para participar da lista de veículos publicados no Qualis das Áreas.

Uma segunda forma de um veículo figurar na listagem é por indicação direta do Coordenador de Área, em virtude da relevância qualitativa do veículo. Nesse caso, o Qualis está sendo utilizado como indutor de publicação de qualidade em veículos de qualidade reconhecida, independente desse veículo já ter sido, ou não, utilizado para divulgar a produção bibliográfica de algum Programa. Tal indicação, após a devida padronização e classificação, é incluída no Qualis das Áreas.

Em ambos os casos, a classificação e divulgação ocorrem anualmente (idem, p. 4).

Esses trechos contêm implicações importantes para nossa pesquisa. Em primeiro lugar, a classificação, a conferência de valor acadêmico e, portanto, a hierarquização dos artigos publicados depende da classificação do periódico. Disso deriva que a posição do periódico no Qualis é um importante indicador para definir o valor acadêmico oficial de um determinado artigo, já que o valor do artigo está institucionalmente vinculado ao valor do periódico, em virtude dos critérios do Qualis. Assim, pelo menos a partir do Qualis, o valor de um artigo publicado numa revista “A1” é superior ao de outro publicado numa revista “B1”, não importando a influência acadêmico-intelectual real de cada um, medida, por exemplo, pelo número de citações bibliográficas, e não importando a avaliação subjetiva dos pares<sup>104</sup>. E disso deduzimos: para determinar o valor individual dos artigos publicados é preciso, além do Qualis, considerar outros indicadores, como o número de citações. Por haver, de fato, transferência de capital (e suas várias formas: valor, prestígio, reconhecimento etc.) entre o veículo de publicação e o conteúdo publicado, a classificação do periódico no Qualis é um importante indicador da posição de um artigo, mas é preciso usar outros. Para os periódicos, especificamente, trata-se de um excelente critério, ainda que seja imprescindível considerar outros.

Em segundo lugar, há *alguma* relação entre os programas de pós-graduação e os periódicos que compõem o Qualis, em que os periódicos precisam ser mencionados por

---

<sup>104</sup> Ainda que acreditemos que essas coisas estão relacionadas de alguma forma; alguém pode ser detestado coletivamente por ser muito poderoso, além de eventualmente arrogante. A importância acadêmica pode se manifestar por meio de críticas generalizadas, por fortes resistências, entre outros.

programas de pós-graduação. A maioria dos periódicos que compõem o Qualis deve possuir alguma relevância acadêmica, já que eles são indicados pelos próprios acadêmicos vinculados aos programas. Não é correto inferir que são todos, já que o Coordenador de Área pode indicar um determinado periódico sem justificativas objetivas, já que não são definidos os critérios de mensuração da “relevância qualitativa do veículo” (tratar-se-á, portanto, da avaliação subjetiva do Coordenador), tornado possível, assim, a indicação de periódicos insignificantes no campo acadêmico brasileiro. Todavia, consideramos essa possibilidade bastante remota, pois não vemos razão de um Coordenador indicar um periódico desconhecido ou ignorado por toda a comunidade acadêmica de sua Área: não achamos que ele conseguiria sustentar-se no cargo caso se “apropriasse” da lista de periódicos da área indicando periódicos que ninguém ouviu falar. Isso implica que, salvo alguma idiosincrasia extraordinária do Coordenador, o próprio meio acadêmico define os periódicos que farão parte de cada área do Qualis. Isso significa que, se um periódico qualquer está na lista de periódicos do relatório de área, (i) ele necessariamente foi utilizado como meio de publicação de algum trabalho de algum acadêmico vinculado a determinado programa de pós-graduação (ou em vias de sê-lo), (ii) algum número dos periódicos indicados conteve conteúdo considerado pertinente por algum acadêmico de algum programa de pós-graduação para a sua área de conhecimento ou (iii) foi indicado pelo coordenador. Significa, portanto, que o periódico possui *alguma* influência acadêmica. E como, para medi-la – e determiná-la –, existe a nota do Qualis, deriva que ele é um indicador importante, o principal, nós diríamos, da influência acadêmica.

## 2.2. A eficácia social do Qualis manifesta na polêmica em torno de sua reestruturação

Em 6 de maio de 2008 a Capes publicou um documento intitulado “Qualis periódicos: reestruturação do sistema e classificação dos periódicos em 2008” (CAPES, 2008) que estabeleceu as diretrizes de reestruturação do Sistema Qualis. Essa reestruturação decorreu durante o ano de 2008, e sua principal consequência para nossa pesquisa foi a mudança nas classes que estratificavam a Lista dos Periódicos da Área. O que nos interessa neste momento é o fato de que, por causa da reestruturação do Qualis, ainda não temos os critérios de avaliação dos periódicos da Área de Ciência Política e Relações Internacionais<sup>105</sup>. É

---

<sup>105</sup> Até o fim de fevereiro de 2010, não conseguimos ter acesso aos critérios da Área de Ciência Política e Relações Internacionais para classificar sua Lista de Periódicos. Segundo Gustavo Biscaia de Lacerda, editor da Revista de Sociologia e Política, esses critérios ainda não foram publicados.

imprescindível que analisemos esses critérios se usamos o Qualis como indicador para identificar frações da hierarquia do campo, já que, se fazemos isso, pressupomos que os critérios do Qualis da Área correspondem aos nossos critérios para definir a hierarquia do campo. Como não temos esses critérios, vamos tentar mostrar indiretamente sua relevância na composição da hierarquia do campo acadêmico por meio das reações que a reestruturação suscitou em parte da comunidade acadêmica.

Antes de tudo, apresentamos alguns elementos, importantes aos nossos propósitos, extraídos do relatório divulgado pela Diretoria de Avaliação da Capes sobre a reestruturação do Qualis.

1. O Qualis de Periódicos e os demais Qualis – de Eventos, de Livros, de Produção Artística e de Patentes – continuam sendo o referencial da produção intelectual apresentada pelos programas de pós-graduação e avaliada pela Capes. (CAPES, 2008, p. 1).

3. Cada área deve definir o que considera “periódico”, e apenas os veículos de divulgação que atendam o estabelecido nesse conceito serão classificados no respectivo Qualis de Periódicos. Em princípio, somente os veículos com corpo editorial reconhecido, com avaliação pelos pares (pareceristas ad hoc) e dotados de ISSN devem ser considerados periódicos. Além disso, no caso das áreas que apresentam critérios de indexação bem estabelecidos, suas bases de dados podem, para esse fim, ser utilizadas como referência. (*ibidem*).

7. Cada área deverá apresentar, em seu documento “Critérios do Qualis de Periódicos”, os critérios pelos quais define cada estrato (fator de impacto, índice H, ou outros modos de mensurar sua qualidade). Destaca-se a necessidade de a definição dos dois estratos superiores ser efetuada de maneira particularmente criteriosa e rigorosa. (*idem*, p. 2).

8. Recomenda-se que os dois estratos superiores não sejam superpovoados, a fim de que seja devidamente destacada a excelência ou o diferencial de qualidade dos periódicos neles classificados, em relação aos incluídos nos demais estratos. (*ibidem*; negrito no original).

9. Os dois estratos superiores – A1 e A2 – poderão ser deixados vazios, por decisão da área, em termos de artigos efetivamente publicados, recomendando-se que delas constem apenas periódicos da mais alta qualidade, nos quais a área julga que deva sinalizar para avançar a qualidade da produção científica de sua comunidade. O Qualis assim terá um papel indutor claramente definido, não se limitando a analisar onde a área publica, mas indicando também onde se deve publicar. (*ibidem*).

O parágrafo nove é especialmente importante para nós: indica, pelo menos aparentemente, que os estratos superiores devem ser referenciais de desenvolvimento, indicando a direção que devem seguir os periódicos nacionais de outros estratos. Duas novas diretrizes do novo formato do Qualis, em especial, geraram críticas de certos setores do campo acadêmico: a combinação da estratificação em oito níveis com a regra de que a soma dos periódicos que compõem os estratos superiores (A1 e A2) não pode ser superior a 20% do total de artigos listados pela área<sup>106</sup>. Vejamos o que dizem algumas vozes de protesto.

---

<sup>106</sup> Não encontramos menção alguma à “cláusula de barreira” dos 20% no documento da Capes sobre a reestruturação (CAPES, 2008). Ela é mencionada nos documentos de protesto que analisamos.

Durante reunião realizada em Vitória (ES) nos dias 1 e 2 de outubro de 2008, o Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação em Saúde Coletiva publicou um manifesto contra as regras de preenchimento dos estratos superiores (A1 e A2) da nova classificação proposta pela Capes.

[...] o Fórum foi surpreendido pela não aprovação de sua proposta de qualificação de periódicos, assim como pela determinação recente da CAPES de que os estratos superiores (A1 e A2) da nova classificação não deveriam conter mais que 20% dos artigos produzidos pela área. A aplicação irrestrita deste critério, arbitrário e sem sustentação conceitual ou bibliométrica, pode se revelar danosa para algumas áreas do conhecimento. No caso da Saúde Coletiva, compromete gravemente o projeto político-acadêmico desenhado pela área e coloca sob risco a árdua e indiscutível conquista de qualificação dos nossos periódicos. (FÓRUM..., 2008).

Eis o núcleo da crítica:

O efeito da nova proposta de Qualis periódicos foi o rebaixamento de todos os periódicos nacionais relevantes, tomando como base a proposta elaborada pelo Fórum para a área de Saúde Coletiva, em particular deixando os estratos A1 e A2 sem nenhum periódico nacional relevante para o campo. A lógica utilizada gera ainda um grave problema lógico: apesar de seus excelentes indicadores bibliométricos, será impossível para os mais importantes periódicos da área ascender simultaneamente para o nível A, já que dois deles concentram aproximadamente 20% da produção da área. Considerando que o percentual de distribuição por faixas não guarda qualquer relação objetiva com a qualidade dos periódicos, sendo meramente um artefato aritmético de ranqueamento, a nova classificação gera distorções que podem comprometer as conquistas e avanços da área no país. (*idem*, p. 3-4; grifos do original).

E o documento refere-se à dimensão da influência do Qualis na produção acadêmica nacional:

Como seria esperado, a Política de Avaliação da Pós-Graduação e os critérios por ela definidos têm um poderoso papel indutor que ultrapassa o âmbito estrito dos programas. A classificação Qualis, por exemplo, passou a ser adotada como parâmetro de qualificação da produção de pesquisadores pelas agências de fomento e para a avaliação de professores pelas instituições de ensino. (*idem*, p. 4).

No caso da Área de Saúde Coletiva, a “barreira” fez que os periódicos nacionais fossem rebaixados, ou seja, excluídos dos estratos superiores. Mas como é a própria área que define os critérios de avaliação dos periódicos – salvo, evidentemente, a “barreira” –, isso significa que os periódicos nacionais ficaram aquém dos internacionais (que por suposto compuseram os 20%) segundo os próprios critérios definidos pela área. Por isso, critica-se a arbitrariedade do valor estabelecido como limite.

Em 22 de julho de 2009, na ocasião do 14º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), os editores da Revista de Sociologia e Política publicaram um documento (REVISTA..., 2009) criticando a nova classificação do Qualis por causa de um efeito indireto, supostamente nocivo para os periódicos nacionais, que deriva da vinculação entre a “cláusula de barreira”, a presença de periódicos internacionais e o uso do Qualis como referencial para a distribuição de recursos entre os periódicos nacionais. O raciocínio é o seguinte. A maior

parte dos periódicos que compõem os estratos superiores (da Área de Ciência Política) é estrangeira, especialmente norte-americana. Por causa do limite de 20%, ocorre que poucos periódicos nacionais fazem parte dos estratos superiores. E como a classificação no Qualis é o principal critério considerado no financiamento dos periódicos (entre outras coisas), ocorre que os periódicos nacionais são prejudicados por competirem com periódicos internacionais que não dependem do financiamento público brasileiro. O fundamento da crítica da Revista de Sociologia e Política é, assim, semelhante ao manifesto do Fórum de Saúde Coletiva.

O documento da Rev. Sociol. Polit. também contém vários elementos que ilustram a idéia – muito presente no campo acadêmico – que associa prestígio a qualidade acadêmica, referindo-se ao Qualis como principal determinante dessas propriedades, reconhecidas tanto subjetivamente (por meio da avaliação dos agentes) como objetivamente (por meio da concessão de recursos, entre outros).

Consideradas todas as informações apresentadas, torna-se, a nosso ver, impossível ignorar o Qualis como importante critério de hierarquização do campo; acreditamos, na verdade, que ele é o principal.